

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES - CEAM
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania -
PPGDH

**Tecendo o futuro: vivências de mulheres negras
numa perspectiva intergeracional e familiar**

DÉBORA BRASIL MIRANDA

Brasília
06 de janeiro de 2015

DÉBORA BRASIL MIRANDA

**Tecendo o futuro: vivências de mulheres negras
numa perspectiva intergeracional e familiar**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania do Centro de Estudos Avançados Interdisciplinares da Universidade de Brasília – UnB como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania.

Linha de Pesquisa: Direitos humanos, democracia, construção de identidades/ diversidades e movimentos sociais.

Orientadora: Dra. Vanessa Maria de Castro

Co-Orientadora: Dra. Cléria Botelho Costa

Brasília
06 de janeiro de 2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

MIRANDA, Débora Brasil.

Tecendo o futuro: vivências de mulheres negras numa perspectiva intergeracional e familiar. / Débora Brasil Miranda. Orientadora Vanessa Maria de Castro, Co-orientadora Cléria Botelho Costa. – Brasília, 2015.

178fl

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, 2015.

Racismo. Discriminação racial. Gênero. Mulheres negras. Interseccionalidade.

CDD

Nome: MIRANDA, Débora Brasil.

Título: Tecendo o futuro: vivências de mulheres negras numa perspectiva intergeracional e familiar

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania do Centro de Estudos Avançados Interdisciplinares da Universidade de Brasília – UNB como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania

Aprovado em: 06 de janeiro de 2015

BANCA EXAMINADORA

Dra. Vanessa Maria de Castro – Universidade de Brasília (Orientadora)

Dra. Luciana de Oliveira Dias – Universidade Federal de Goiás (Examinadora Externa)

Dra. Maria Salete Kern Machado - Universidade de Brasília (Examinadora Interna)

Dr. Wellington Lourenço de Almeida – Universidade de Brasília (Suplente)

AGRADECIMENTOS

Agradeço o talvez, o não e o sim; agradeço o processo do fim;
Agradeço a paciência e a decência, a honestidade e o cuidado;
Agradeço a atenção e o esquecimento, a proximidade e o isolamento;
Agradeço a lâmpada e a escuridão, as noites em claro e as lágrimas em vão;
Agradeço a expectativa, o atraso; a chegada e a partida;
Agradeço a ciência com café e a conhecimento com fé;
Agradeço aos santos e aos cientistas; aos livros e as revistas;
Agradeço todos àqueles que me emprestaram esperança, livros e canetas;
Agradeço quem acreditou enquanto eu vacilava;
Agradeço quem enxergou um final feliz;
Agradeço aqueles que não me entenderam e aos que me fizeram questionar;
Agradeço aqueles que sonharam comigo;
Aqueles que atrapalharam para ajudar e aqueles que ajudaram uma atrapalhada;
Agradeço a todos que ajudaram sem saber e os que souberam ajudar;
Agradeço aqueles que ajudaram por obrigação ou que não quiseram dizer não;
Agradeço aos que abriram janelas e aqueles que apontaram estrelas;
Agradeço aqueles que criticaram e os que ensinaram;
Agradeço aqueles que discutiram e os que motivaram;
Agradeço aqueles que se solidarizaram e os que demandaram;
Agradeço aqueles que esconderam e os que compartilharam;
Agradeço quem comemorou e quem chorou, quem sorriu e quem ficou;
Agradeço a todos que estão não só nas referências, mas nas entrelinhas, nas reticências...

Às mulheres negras desse meu Brasil

Muitas vezes, o trabalho intelectual leva ao confronto com duras realidades. Pode nos lembrar que a dominação e a opressão continuam a moldar as vidas de todos, sobretudo das pessoas negras e mestiças. Esse trabalho não apenas nos arrasta mais para perto do sofrimento, como nos faz sofrer. Andar em meio a esse sofrimento para trabalhar com ideias que possam servir de catalisador para a transformação de nossa consciência e nossas vidas, e de outras, é um processo prazeroso e extático. Quando o trabalho intelectual surge de uma preocupação com a mudança social e política radical, quando esse trabalho é dirigido para as necessidades das pessoas, nos põe numa solidariedade e comunidade maiores. Enaltece fundamentalmente a vida.
Bell Hooks – feminista negra.
(1995: 477-478)

RESUMO

A presente dissertação trata do racismo enquanto ideologia presente na sociedade brasileira, que tem sido expressa, na maioria dos casos, de maneira velada e indireta. O preconceito praticado é o que se referencia na cor e não na descendência. Neste contexto, a ideologia do branqueamento promove a desvalorização da pessoa negra e exaltação da branca em uma tentativa de promover o branqueamento da população. Considerando o contexto das relações raciais no Brasil, nesta pesquisa, buscou-se analisar como a desigualdade racial impacta a vida da mulher negra por intermédio da história oral. Para chegar a esse objetivo analisou-se a especificidade das vivências de três mulheres negras, de uma mesma família, numa perspectiva intergeracional tendo como foco o racismo na sociedade brasileira. Os resultados indicaram que o racismo impacta a vida das mulheres negras participantes desta pesquisa, mas que esse não é um assunto que costuma ser discutido por elas. Além disso, foi possível perceber a interseccionalidade das subordinações às quais as mulheres estão sujeitas com destaque para a opressão de raça, de gênero e social. O racismo institucional é outro ponto importante uma vez que impacta a sociedade brasileira como um todo e a população negra em particular. As conclusões indicam a necessidade de mais pesquisas na área e a adoção de políticas públicas que garantam a cidadania e a dignidade das mulheres negras brasileiras.

Palavras-chave: Racismo, Discriminação racial, Gênero, Mulheres negras, Interseccionalidade.

ABSTRACT

This dissertation deals with the racism as an ideology in the Brazilian society, which has is expressed, in most cases, in a veiled and indirect. The practiced prejudice is referenced in color and not in the offspring. In this context the whitening ideology promotes the devaluation of the black person and white exaltation in an attempt to promote the bleaching of the population. Considering the context of race relations in Brazil, in this study, we sought to examine how racial inequality impacts in lives of black women through oral history. To reach this goal we analyzed the specificity of experiences of three black women, of the same family, an intergenerational perspective focusing on racism in Brazilian society. The results indicated that racism impacts the lives of black women participants of this search, but this is not a subject that is often discussed by them. In addition we saw the intersectionality of subordination which women are subject highlighting the oppression of race, gender and social. Institutional racism is another important point as it impacts the Brazilian society as a whole and the black population in particular. The findings indicate the need for more research in the area and the adoption of public policies that guarantee citizenship and dignity of Brazilian black women.

Keywords: Racism, Racial discrimination, Gender, Black women, Intersectionality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. BREVE HISTÓRICO	155
1.1 Período escravocrata	166
1.2 Período pós-abolição até a ditadura militar (1888 – 1964).....	222
1.3 Ditadura militar (1964 – 1985).....	226
1.4 Da redemocratização aos dias atuais (1985 a 2014).....	299
2. RACISMO NO BRASIL.....	344
2.1 Raça	34
2.2 Mito da Democracia Racial	39
2.3 Especificidade do racismo no Brasil	45
2.4 Antirracismo e Direitos Humanos	57
3 RACISMO E MULHERES NEGRAS: ALGUNS APONTAMENTOS	644
3.1 A interseccionalidade	644
3.2 Contexto das mulheres negras.....	677
3.3 Feminização da pobreza e desigualdade educacional.....	73
3.4 Estética.....	788
3.5 A luta pelo direito humano de ser mulher negra.....	844
4. METODOLOGIA.....	955
4.1 História Oral	966
4.2 Entrevista	Erro! Indicador não definido. 9
4.3 Questões éticas.....	104
4.4 Relação entrevistadora e participantes	1041
5. TECENDO O FUTURO	10404
5.1 Quem são essas mulheres negras?	1044
5.2 Pensar sobre racismo: reflexões de uma família de mulheres da periferia do Distrito Federal.....	1066
5.3 Miscigenação e racismo institucional	11414
5.4 A interseccionalidade entre a questão racial e a de gênero	12323
5.5 A interseccionalidade entre a questão racial, de gênero somadas a desigualdade social, geracional e regional.....	13332
5.6 Educação como esperança	14141
5.7 Mulheres negras: Protagonismo e resistência.....	15050
CONSIDERAÇÕES FINAIS	15555
BIBLIOGRAFIA	1622
APENDICE A - Termo de Consentimento Livre Esclarecido	177
APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista	1788

INTRODUÇÃO

O racismo no Brasil remonta ao período da colonização, no qual, o regime escravocrata era vigente. Entretanto, esse não é um fenômeno exclusivamente brasileiro e ocorre em diversos países de maneiras diferenciadas. No caso do Brasil, o histórico de miscigenação trouxe especificidades e particularidades às manifestações e concepções das relações raciais brasileiras.

A ideologia racista enquanto constructo social pode ser transformada ao longo do tempo. Sua reprodução se dá, sobretudo, pelo processo de assimilação que ocorre por meio da socialização das pessoas por intermédio do contato com os padrões e as representações socialmente estabelecidas. Os sujeitos não são passivos a esse processo e, em sua interação, poderão constituir maneiras diferenciadas de compreender e atuar perante seu contexto.

Difícilmente uma pessoa negra, no decorrer de sua vida, não se depara com o preconceito racial, seja por meio da assimilação ou pela discriminação racial, velada ou explícita. É nessa situação que a população negra vem ao longo do tempo reagindo à reprodução desta ideologia e sua assimilação.

As mulheres negras, como parte desta população, estão sujeitas não somente à discriminação racial, mas também ao sexismo, à discriminação de gênero, à violência doméstica e às práticas machistas. Essa parte da população tem, portanto, especificidades que expressam o entrelaçamento da questão racial e de gênero que interage com outros tipos de opressões, tais como, a desigualdade social e regional.

De acordo com o relatório Retrato da Desigualdade de Gênero e Raça (IPEA, 2011), com referência ao ano de 2009, as mulheres negras têm os piores índices de desemprego (12,5%) em relação às mulheres brancas (9,2%) e em relação aos homens brancos (5,3%) e negros (6,6%). Em 2006, 70% dos domicílios de famílias que recebiam o benefício Bolsa Família eram chefiadas por homens ou mulheres negras, o que permaneceu em 2009. Em 2009, trabalhadoras domésticas negras ganhavam, em média, R\$ 364,80 (trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos), e as trabalhadoras domésticas brancas, R\$ 421,60 (quatrocentos e vinte e um reais e sessenta centavos). Dos domicílios localizados em favelas, 26,8% eram chefiados por mulheres negras e, somando esse número com o número

de proporção chefiada por homens negros (39,4%), temos 66,2%, o que significa que a maioria da população nas favelas é negra (BRASIL, 2011).

Também com referência a 2009, somente 10,4% dos domicílios rurais chefiados por negros tinham acesso à internet e 91,2% não possuíam máquina de lavar roupas, contra 37,9% dos domicílios urbanos chefiados por brancos. Dos 10% mais pobres do Brasil, os negros representam 72% deste segmento. Nisso, as mulheres negras são as que têm pior renda média (R\$ 544, 40 – quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos) em comparação às mulheres brancas (R\$ 957,00 – novecentos e cinquenta e sete reais), aos homens negros (R\$ 833,50 – oitocentos e trinta e três reais e cinquenta centavos) e homens brancos (R\$1.491,00 um mil e quatrocentos e noventa e um reais) (BRASIL, 2011).

Ressalto, todavia, que as mulheres negras, assim como os homens negros, não são passivas ao processo de assimilação e de reprodução do racismo. A reação como a resistência e o enfrentamento a essa problemática são práticas constantes. Este é um processo que se inicia desde a infância e segue pela vida toda nas construções ou reconstruções dos significados do “ser negra” para si e para o outro. No caso das mulheres negras, há uma sobreposição de preconceitos que leva a uma condição de maior vulnerabilidade, como mostram alguns indicadores sociais. Recusando o lugar de vítimas frágeis, as mulheres negras têm enfrentado diariamente as dificuldades impostas, seja por meio das práticas diárias de autonomia e de autoafirmação, seja pela militância.

De acordo do Claudia Cardoso (2012: 135): “poucos são os estudos no Brasil que abordam a intersecção de gênero e raça/etnia, as representações de gênero racializadas e os efeitos sobre a vida das mulheres nas mais diferentes áreas [...]”. Tendo essa conjuntura como pano de fundo, essa pesquisa foi motivada pelo interesse de compreender, de maneira interdisciplinar, a complexidade do fenômeno da discriminação racial associada às referências sociais machistas e sexistas. A proposta de ter mulheres como sujeitos de pesquisa foi a busca para compreender alguns aspectos da especificidade da dupla discriminação, de raça e de gênero, que não se dá de maneira separada, mas formando uma potencial situação de vulnerabilidade e também de superação das dificuldades e protagonismo social.

A escolha de trabalhar com as vivências de mulheres negras é consequência do objetivo geral que consiste em analisar como a desigualdade racial afeta a vida da mulher negra. Os objetivos específicos da pesquisa foram: Apresentar uma contextualização sobre racismo no Brasil, a partir de um levantamento bibliográfico do tema; tratar da intersecção entre a questão racial e de gênero e suas especificidades no caso das mulheres negras; e, analisar a especificidade das vivências de três mulheres negras, de uma mesma família em uma perspectiva intergeracional tendo como foco o racismo na sociedade. A pergunta motivadora do trabalho foi: Como o racismo impacta a vida das mulheres negras?

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que visa a compreensão do fenômeno sem pretensões de generalizar resultados. O método utilizado é a história oral, que é amplamente utilizada nas pesquisas qualitativas e se caracteriza por um processo de troca entre entrevistador e entrevistados no qual as informações fluem e o conhecimento é possibilitado. Na história oral o foco está nos depoimentos orais com todas as suas especificidades.

Cabe ressaltar ainda que o interesse de utilizar essa metodologia visou privilegiar as vivências das mulheres negras e suas interpretações de sua história e de seu cotidiano. Essas vivências possuem singularidades, mas também diversos elementos que remetem às vivências comuns de outras mulheres negras brasileiras. Suas formas de experienciar a vida são próprias, mas ocorrem num contexto no qual diversos condicionantes são comuns a toda a população, dentre eles o racismo.

Para participar da pesquisa escolhi uma família que não conhecia anteriormente e fiz aproximações para que elas se sentissem mais a vontade nas entrevistas. Procurei por uma família negra na qual pudesse encontrar três gerações de mulheres negras disponíveis para participar da pesquisa. As mulheres negras que participaram da pesquisa vivem em situação de vulnerabilidade social, o que é representativo da maioria da população, principalmente de mulheres negras no Brasil.

Trata-se de uma família originária do estado do Maranhão que migrou para o Distrito Federal em busca de melhores oportunidades e atualmente vivem em cidades satélites e no entorno do Distrito Federal. A escolha por um estudo

intergeracional teve o intuito das análises cobrirem diferentes momentos históricos e geracionais.

O instrumental escolhido foi a entrevista semiestruturada. Foram realizadas quatro entrevistas na residência da matriarca da família (que era uma das participantes), local escolhido pelas entrevistadas. As entrevistas abordaram concepções e opiniões das participantes acerca do racismo, bem como suas experiências de vida.

Sobre os cuidados éticos, cabe ressaltar que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi lido e explicado a todas as participantes que concordaram e assinaram o mesmo. Também foi considerada na pesquisa minha implicação pessoal para a pesquisa uma vez que também sou negra e, portanto as questões abordadas também me dizem respeito.

Em relação à estrutura desse trabalho, o mesmo é composto, por um capítulo inicial com um breve histórico sobre relações raciais no Brasil. Essa parte tem por objetivo apresentar, a partir da história, o contexto de preconceito e discriminação aos quais as pessoas negras sempre estiveram expostas. Além disso, esse capítulo apresenta a luta da população negra por liberdade e por igualdade. São referenciadas algumas das mobilizações e iniciativas contra a desigualdade racial no Brasil.

No capítulo dois apresentei alguns pontos sobre a atual discussão sobre racismo na sociedade brasileira. A partir de diferentes autores que tem pensado a questão racial na atualidade foram abordados: o conceito de raça, racismo, o mito da democracia racial, a situação de opressão racista, a defesa do branqueamento e a luta antirracista relacionada aos Direitos Humanos. Essa parte tem por objetivo apresentar um pouco do que tem sido discutido sobre racismo no Brasil, com a predominância de autores negros.

No terceiro capítulo tratei da especificidade das mulheres negras e a intersecção entre questão racial e de gênero. Inicialmente é abordado o conceito de interseccionalidade enquanto categoria teórica utilizada na compreensão de contextos de múltiplas opressões. Na caracterização da situação da negra brasileira são abordadas: a desigualdade de gênero e racial, a feminização da pobreza e a desvalorização estética. Também compõe esse capítulo o feminismo negro brasileiro ressaltando-se a militância das negras brasileiras a partir da década de 1970.

Em seguida a abordagem metodológica da pesquisa é exposta trazendo a história oral enquanto método empregado. As escolhas metodológicas bem como o trabalho de campo foram especificadas e detalhadas. Essa parte contém: os cuidados éticos, o instrumental utilizado e a minha implicação pessoal.

No quinto capítulo apresentei os resultados da pesquisa e a discussão do trabalho de maneira conjunta. Nesse trecho as participantes da pesquisa foram apresentadas de maneira mais detalhada. Além disso, é feito um diálogo entre os dados da pesquisa e teóricos que trabalham com a temática racial. Nesse capítulo destaca-se as análises acerca do racismo, da interseccionalidade das diversas opressões, da importância da educação para essas mulheres bem como a autonomia e protagonismo das mesmas.

Por fim estão as considerações finais onde os destaques dos resultados foram retomados com as conclusões obtidas. Nessa parte há uma avaliação da pesquisa e da implicação pessoal que ela representa. O objetivo nessa parte não é oferecer respostas, mas sim fechar apresentando alguns apontamentos no sentido de reafirmar a importância do objeto de pesquisa bem como a necessidade de mais estudos na área. É nessa perspectiva de diálogo que desejo uma boa leitura a todos.

1. A história de luta dos negros do Brasil

“Não sou descendentes de escravos. Eu descendo de seres humanos que foram escravizados” (Makota Valdina).

Para tratar da condição atual da população negra em geral, e das mulheres negras em particular, faz-se necessário trazer alguns elementos históricos para a melhor compreensão da atual configuração da sociedade brasileira no que tange à questão racial. Corroborando com essa ideia é interessante a argumentação de Cesar Rossato e Veronica Gesser (2001: 33) que afirmam:

A necessidade de reescrever a História nas diversas áreas do conhecimento é de extrema importância, principalmente para desmistificar o mito de que o Brasil, por ser um país de grande miscigenação, não tem problemas raciais como sempre se observa por meio de educadores internacionais.

Ressalta-se que: “Faz parte do exercício do poder ocultar a diferença, a contradição, decidindo o que deve ser lembrado, como deve ser lembrado e, em contrapartida, o que deve ser esquecido” (Vieira; Peixoto; Khoury, 1998: 27). De acordo com Abdias do Nascimento (2002: 23):

A história do Brasil é uma versão concebida por brancos, para os brancos e pelos brancos, exatamente como toda sua estrutura econômica, sociocultural, política e militar tem sido usurpada da maioria da população para o benefício exclusivo de uma elite minoritária brancóide, presumidamente de origem europeia.

Deve-se ressaltar de antemão que, em muitos casos, as questões referentes às mulheres negras estão relegadas à marginalidade ou imersas nas referências gerais, pois a história do Brasil é majoritariamente masculina (L. Santos, 2010). De fato, a história das mulheres negras no Brasil ainda precisa ser reivindicada, pois, como afirma Luana Santos (2010: 02) “o número reduzido de obras dedicadas ao estudo da trajetória da mulher negra no Brasil denuncia que os desafios, lutas e conquistas da mulher negra, posteriores ao 13 de maio de 1888, foram silenciados e/ou negligenciados”. Segundo Sueli Carneiro (2003: 49):

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras.

Também Bell Hooks (1995: 468), sobre o período colonial americano, reforça essa compreensão ao afirmar: “Desde a escravidão até hoje, o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo da quintessencial de uma presença feminina ‘natural’, orgânica, mais próxima da natureza, animalística e primitiva”. Marcelo Paixão e Flávio Gomes (2008: 949) também contribuem com essa posição ao dizerem que:

Há silêncios na história de ontem e de hoje; sobre o papel das relações de gênero e raça no passado escravista – entre a imagem de mucamas e a suposta permissividade sexual – nas primeiras décadas da abolição com a estigmatização e a erotização do corpo da mulher negra.

Importante destacar que a história do negro como um todo foi negligenciada e entregue ao esquecimento. Ao tratar da ausência desta história, Jurema Werneck (2003: 40) destaca que: “Sabemos que somente agora essa história começa a ser descortinada por outros além de nós mesmos. Sabemos que ainda sabemos pouquíssimo”.

1.1 Período escravocrata

O sequestro de pessoas africanas para fins de escravidão se iniciou no Sec. XV, quando países da Europa iniciaram a chamada “missão colonizadora”. A inferiorização dos não-brancos somada às explicações religiosas de maldição e de pecado foram justificações para tal ato (Munanga, 1986). De acordo com Rafael dos Anjos (2013: 140).

O tráfico demográfico forçado do continente africano para a América foi, durante quase quatro séculos, uma das maiores e mais rentáveis atividades dos negociantes europeus, a ponto de se tornar impossível precisar o número de africanos retirados de seu *habitat*, com sua bagagem cultural, a fim de serem injustamente incorporados às tarefas básicas para formação de uma nova realidade. Entre 12 milhões e 13 milhões de seres humanos africanos transportados é uma referência, apesar de as pesquisas divergirem, ainda atualmente, sobre os registros quantitativos nessa diáspora africana.

Ressalta-se que o Brasil teve a especificidade de se tornar sede do governo com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808 devido à invasão francesa de Portugal. E em 7 de setembro de 1822, D. Pedro I declara a independência do Brasil as margens do rio Ipiranga. Assim se inicia o Brasil-Império, período que durou 67 anos. De acordo com Antônio Sérgio Guimarães (1999: 103):

“o Estado liberal de direito que se implanta em 1822, com a Independência, garante, a um só tempo, as liberdades individuais dos senhores e das classes dominantes e a continuidade da escravidão”.

“A primeira metade do século XIX, caracterizou-se pelos vários tratados visando abolir o tráfico negreiro, o que no Brasil só ocorreu em 1850” (Anjos, 2013: 141). Como observa Maria Aparecida da Silva, “não se pode esquecer ainda que o Brasil foi o país que escravizou o maior número de africanos/as durante o sistema escravista colonial e o último das Américas a pôr fim à escravidão” (2001: 76).

Antes da abolição da escravidão houveram algumas leis que teoricamente favoreciam os negros escravizados. Em 28 de setembro de 1871 foi promulgada a Lei do Ventre Livre, que libertava todos os filhos de negros escravizados nascidos a partir daquele dia, e, em 1885, foi promulgada a Lei Saraiva-Cotegipe (ou Lei dos Sexagenários) que libertava negros escravizados com idade superior ou igual a 65 anos. O benefício foi classificado como teórico porque não sendo negros escravizados, idosos e crianças, poderiam não ser abrigados e nem alimentados pelos senhores, uma vez que não trabalhavam e nem tinham condições para isso, no caso das crianças com pouca idade e idosos doentes.

Em relação à população indígena, Clovis Moura (1983: 16 -17) diz: “em guerras sucessivas – Confederação dos Tamoios, Confederação dos Cariris, Confederação dos Guerres entre outras – o índio é praticamente dizimado e/ou lançado para linhas divisórias cada vez mais distantes [...]”.

Devido à proximidade do Brasil com as rotas do tráfico negreiro, havia grande oferta de negros escravizados com menores preços, tornando a substituição fácil e fazendo com que o Brasil fosse a colônia onde os negros escravizados tinham as piores condições de vida (A. Nascimento, 2002). Nesse aspecto, destacam-se as palavras de Jurema Werneck (2003: 40) que sintetizam o período Brasil-Colônia e também apresentam a dura realidade dos negros escravizados:

Para colocar em números brasileiros, sabemos que o Brasil nasceu fundado na herança de ser o maior importador de escravos durante o tráfico transatlântico e o último a abandonar o negócio ultralucrativo da escravidão. Sabemos que se conta em milhões o número de homens e mulheres africanos escravizados transportados para cá.

Sabemos que tinham vida média de sete anos nos campos de trabalho forçado e morriam no limite da exaustão. Sabemos que buscavam a fuga, a morte, a revolta, as mil formas de escapar da tortura e da desapropriação de si.

Fernanda Lopes e Jurema Werneck (2009: 05-06) argumentam que os africanos escravizados desenvolviam estratégias de mitigação da dor e sobrevivência, todavia:

Como é de conhecimento de todas e todos, tais iniciativas tiveram eficácia atestada na redução, ainda que limitada, dos impactos da desterritorialização, da superexploração, da inanição, das torturas e sevícias impetradas sobre os indivíduos e grupos. Contudo, ao longo de todos os anos de vigência do regime escravista, africanas e africanos, afrobrasileiras e afrobrasileiros, tiveram que enfrentar altas taxas de mortalidade infantil, materna e de adultos; epidemias; violência; traumas físicos e psicológicos.

O racismo foi a ideologia que sustentou o sistema escravista. Nesse período, o tipo de racismo em voga era o racismo científico, que defendia que os negros tinham uma raça biologicamente inferior à dos brancos. Segundo Maria Aparecida da Silva (2001: 76):

A expansão teórica do racismo deu-se em meados do século XIX, a partir das interpretações equivocadas e abusivas das teorias evolucionárias de Charles Darwin. Foi feita uma hierarquização das diferenças de ordem física que se constatam entre os seres humanos transformando-as em desigualdades, em marcas de superioridade para uns/mas (fenótipo branco/europeu) e de inferioridade para outros/as (negro/africano).

Podemos resumir os focos de trabalho escravo que exploraram os africanos no Brasil da seguinte forma: a monocultura da cana-de-açúcar iniciada na região costeira do Nordeste (sec. XVI e XVII). A exploração de ouro e de diamantes em Minas Gerais e o cultivo de algodão na província do Maranhão também no séc. XVII. Já no séc. XIX na monocultura do café nas províncias do sul: Rio de Janeiro e São Paulo (A. Nascimento, 2002).

Rafael dos Anjos (2013) assinala que os negros escravizados tinham três possibilidades de inserção na ocupação territorial: o espaço das senzalas nas fazendas, a dos “fundos” das grandes casas nas cidades, e os territórios dos quilombos que se encontravam espalhados por todo o Brasil.

Diversas estratégias eram utilizadas para dificultar a organização e a mobilização da população negra nesse período. Dentre elas, Abdias do Nascimento (2002: 24) cita o “estimulo às inimizades tribais” em uma clara tentativa de separar a população negra e promover discórdias internas que dificultariam um processo de mobilização. Ainda assim, houve muita mobilização, apesar da maioria delas não ter espaço na história oficial do Brasil.

Em praticamente todos os movimentos insurgentes desse período havia a participação de pessoas negras e muitas vezes em posições importantes ou como líderes. Todavia a maioria das mobilizações são retratadas sem tratar da contribuição dos negros e negras. Dentre as mais conhecidas temos: A Revolta dos Alfaiates (1798), na Bahia, que contou com quatro líderes negros e a Balaiada, no Maranhão, em 1839. Após a abolição, teve destaque a Revolta da Chibata, liderada pelo negro João Cândido em 1910 (A. Nascimento, 2002).

Ivair Santos (2012) destaca a preocupação constante dos brancos com uma possível revolta dos negros escravizados, citando algumas das revoltas com participação de negros e negras que não foram descritas acima, ele elenca: Revolução Pernambucana (1817), Cabanada (1832-1835) em Pernambuco, a Cabanagem (1834-1840), na então província do Grão-Pará, a Sabinada (1837-1838) na Bahia. A Revolução Malê, na Bahia (1835) foi um movimento predominantemente de negros e negras.

Assim, é preciso considerar que os negros escravizados nunca aceitaram passivamente sua situação, e, a despeito de todas as estratégias contra sua mobilização, lutaram persistentemente por liberdade e dignidade. Segundo Abdias do Nascimento (2002: 61): “Movimentos de insurreições e levantes, revoltas armadas, proclamando a queda do sistema escravo, podem ser localizadas em toda extensão geográfica do país, particularmente naquelas áreas de significativa população escrava”. Muitos destes movimentos ocorreram em cidades por ser um território que conjugava as diferentes disputas de poder e a insatisfação com o sistema colonial com as notícias e referências vindas de fora como o caso da Revolução Francesa (1789) e os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

Também sobre a resistência do povo negro, Sergio Costa (2006) aponta algumas organizações de grupos negros na época do Brasil – Colônia destacando as irmandades religiosas, as rebeliões de negros escravizados, os assentamentos duradouros e, após a abolição, os jornais editados por intelectuais negros.

Em relação às mulheres negras, Marcelo Paixão e Flávio Gomes (2008) destacam que as negras escravizadas eram mulheres conhecidas por sua força e poder espiritual; elas lutavam pela união de sua família, ameaçando o senhor com suicídio e infanticídio além da recusa em trabalhar. Foram as mulheres negras as que mais lutaram pela preservação e reprodução das referências africanas culturais e religiosas.

De acordo com Luana Santos (2010: 07): “Ao longo da história, a mulher negra teve sua imagem sempre ligada a sexualização e ao exotismo, ou comercializada como produto de exportação de baixo custo”. Durante o período escravocrata as mulheres negras eram constantemente exploradas sexualmente além da servidão forçada. A feminista negra Bell Hooks (1995: 469) chama atenção para o fato de que:

A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que ‘as mulheres desregradas’ deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado.

Destacando a opressão sofrida pela mulher negra americana no período colonial Bell Hooks (1995: 469) também assinala:

Entre os grupos de mulheres assassinadas como bruxas na sociedade colonial americana, as negras têm sido historicamente vistas como encarnação de uma “perigosa” natureza feminina que deve ser governada. Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas “só corpo, sem mente”.

Apesar de considerar o contexto opressor ao qual as mulheres negras estavam expostas no período da escravidão, também há referências que indicam o quanto elas resistiam à escravidão: não cooperando com o trabalho diário, obtendo informações sobre vendas e transferências indesejadas, auxiliando em fugas,

providenciando suprimentos, instigando rebeliões nos navios negreiros, isso tudo além de manter a cultura e as religiões através das tradições orais (Paixão e Gomes, 2008).

Jurema Werneck (2009) também destaca as irmandades femininas negras que, eram associações religiosas abrigadas no interior dos rituais cristãos, organizações de grande importância na manutenção da subsistência de mulheres negras que promoviam as articulações necessárias ao enfrentamento ao regime da época, como revoltas.

Na história do regime colonial no Brasil ganha relevo os diversos quilombos que funcionavam como verdadeiras sociedades organizadas para proteger a liberdade da população negra. Os quilombos eram “territórios livres para aquelas e aqueles que lograram escapar do regime escravocrata, ocupando muitas vezes regiões de difícil acesso aos soldados e representantes do estado colonial” (Werneck, 2009: 80-81). O quilombo mais importante na história do Brasil foi o de Palmares. Segundo Abdias do Nascimento (2002: 57):

Palmares pôs em questão a estrutura colonial inteira: o exército, o sistema de posse da terra dos patriarcas portugueses, ou seja, o latifúndio, assim como desafiou o poder todo poderoso da Igreja católica. Resistiu a cerca de 27 guerras de destruição lançadas pelos portugueses e os holandeses que invadiram e ocuparam por longo tempo o território pernambucano. Palmares manteve sua existência durante um século: de 1595 a 1695.

Em relação aos líderes dos quilombos, a referência maior é Zumbi dos Palmares, mas as mulheres também exerciam lideranças e funções de prestígio nos quilombos, como no caso de Dandara, esposa de Zumbi, reconhecida como uma heroína negra. Jurema Werneck (2009: 81) também cita outros exemplos, segundo ela:

É possível encontrar em diferentes relatos sobre os quilombos no Brasil, ainda que de forma indireta, pistas da participação e liderança feminina em diferentes posições de comando, exemplificados pelas figuras de quilombolas como Aqualtune, Acotirene, Mariana Crioula, entre outras, ou de articulação econômica ou política de resistência.

“No período pré-abolicionista [...] foram se desenvolvendo vários argumentos a favor da extinção do regime de produção colonial, bem como as ideias

de branquear o povo brasileiro diante do fato irreversível da miscigenação” (Carone, 2012: 14). Para além da luta da população negra por liberdade, haviam as diversas mobilizações e discussões sobre o futuro do país e a constituição de sua população. Preocupações que se intensificaram no período posterior à abolição da escravidão com a Proclamação da República em 1889.

1.2 Período pós-abolição até a ditadura militar (1888 – 1964)

A abolição da escravidão ocorreu em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea, pela princesa Isabel. Todavia, a situação da população negra não melhorou. Após a abolição, a população negra não foi absorvida pelo mercado de trabalho que se desenvolvia. Assim, tiveram de permanecer em estado servil ou foram para as periferias das cidades, que o que havia para eles era desemprego, miséria e fome (A. Nascimento, 2002). Carlos Hasenbalg (1979: 167) afirma que: “Um complexo de circunstâncias históricas atuou no sentido de limitar as oportunidades socioeconômicas da população de cor durante as quatro décadas seguintes à abolição”. Luana Santos (2010: 02) também confirma essa argumentação, para ela:

Mesmo com o advento da abolição da escravatura em 1888, conseguinte a Proclamação da República, as estruturas socioeconômicas no Brasil seguiam praticamente inalteradas. Embora “livres”, “homens e mulheres de cor” permaneciam em “cativeiro”, num estado permanente de marginalização, miséria e abandono.

Embora as premissas racistas dos primeiros ideólogos da nação não tenham levado a um regime legal de *apartheid*, estas permaneceram até pelo menos os anos de 1930 como referência importante para a constituição de valores e padrões de comportamento, diminuindo sua influência somente com a consolidação do discurso nacionalista (Costa, 2010).

De acordo com Sergio Costa (2010), a ideologia do nacionalismo, que enaltecia a mestiçagem, do qual Gilberto Freire¹ era a grande referência, se

¹ Cf. Freyre, Gilberto. Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933; Sobrados e mucambos. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1936.

consolidou durante a ditadura varguista (1937-1945). O autor explica que nessa ideologia, “[...] a afirmação de uma “brasilidade mestiça” - nos termos sistematizados intelectualmente por Freyre - é mantida como pré-requisito da constituição da comunidade política nacional” (2010: 279).

Nesse período, apesar da propaganda de relações raciais harmônicas, o racismo intensificava a situação de vulnerabilidade da população negra. Clovis Moura (1983:12) sintetiza a condição do negro dizendo:

O negro foi, por isto, lançado à periferia do sistema, não apenas para ficar no subemprego, no desemprego, na criminalidade do pobre e na prostituição (baixa), mas, também, para ser dizimado biologicamente nos surtos de meningite, desidratação, tuberculose, raquitismo e outras doenças carenciais, além da sua destruição violenta por grupos racistas/repressivos como o “Esquadrão da Morte” cujas vítimas das suas ações criminosas são esmagadoramente negras.

No que se refere a esse período, de acordo com Rita Laura Segato (2004: 67) “[...] a suspensão da ordem jurídica que garantia a exclusão na lei foi substituída por uma caução ideológica, o racismo, que passou a ser a norma não jurídica a garantir a permanência da exclusão das pessoas negras”. Convergingo com essa opinião, Fernanda Lopes e Jurema Werneck (2009: 06) ressaltam:

A instauração do regime republicano secundariamente à derrubada do regime de escravidão trouxe novos desafios. A conquista da liberdade por parte de uma população tida como inferior desde as perspectivas eugenistas dos grupos dominantes, bem como a quebra do paradigma economicista que permeava as relações sociopolíticas à época, angariou represálias. Foram inúmeras as deportações e outras formas de violência, o abandono e a desresponsabilização do Estado – e dos brancos que compunham a classe dos senhores - pelos destinos do grande contingente populacional.

Com o fim da escravidão e a preocupação com a formação da nação pelas elites, foi introduzida uma política de imigração que era também uma política de branqueamento. “Com isso, italianos, poloneses, alemães, japoneses, judeus de diferentes nacionalidades fugidos do nazismo e árabes, foram trazidos para o país e aqui se instalaram, durante a primeira metade do século XX, em condições facilitadas” (Lopes e Werneck, 2009: 06). “Vale lembrar que a imigração estrangeira, leia-se europeia/branca, posto que neste período era vedada a entrada no país de pessoas africanas e asiáticas, justificou-se e foi incentivada pela necessidade de ‘branquear a raça’” (M. Silva, 2001: 76). Em relação a esse período, Laura López

(2012: 126) e Carlos Hasenbalg (1979) destacam que: “Os imigrantes europeus passaram, no Brasil, por um rápido processo de mobilidade econômica ascendente, concentrando-se nos setores mais dinâmicos da economia”.

Para Carlos Hasenbalg (1979), na região Sudeste do Brasil havia uma clara associação entre o abolicionismo e o imigracionismo, pois o entendimento era que para o progresso era necessário o branqueamento da população. Em relação às mulheres, ele destaca que “em 1950, 89% das mulheres de cor empregadas fora das atividades primárias e industriais concentravam-se nos serviços pessoais, principalmente no emprego doméstico” (1979: 172).

Também em relação à mulher negra, Clovis Moura (1977: 33) afirma que, após a escravidão o que sobrou para a mulher negra foram: “os trabalhos não qualificados de doméstica, que substituiu os de Mãe Preta e da mucama, o subemprego nas fábricas e a baixa prostituição forçada”. E sobre sua organização, Jurema Werneck (2009: 81) destaca, “com o fim da escravidão e do regime colonial, a luta das mulheres assumiu outras frentes, voltadas para a garantia de participação de negras e negros na sociedade brasileira em condições de equidade”.

O mais importante é que frente às circunstâncias tão difíceis, a população negra continuou a lutar e a se organizar. Um ano após a abolição da escravidão, em 1889, foi proclamada a República no Brasil. A partir desse período foram surgindo várias organizações, clubes e agremiações de negros com o objetivo de enfrentar a situação de marginalidade em que viviam, além desses grupos surgiu também a imprensa negra, em 1899 (Domingues, 2007).

Outro marco referente à organização dos negros foi a criação, em 1931, da Frente Negra Brasileira (FNB), em São Paulo, a mais importante entidade negra do país, extinta em 1937 com a ascensão do Estado Novo (Domingues, 2007). De acordo com Antônio Sérgio Guimarães, a FNB era uma organização além de étnica, política que chegou a se transformar em partido com orientação majoritariamente de direita (2002).

Ainda em relação à FNB é necessário enfatizar que ali era expressiva e essencial a participação das mulheres negras, tanto em número quanto em

importância: haviam comissões somente de mulheres, como a Cruzada Feminina e as Rosas Negras (Domingues, 2007).

O período de 1937 a 1935 foi de grande repressão a todos os tipos de mobilização, limitando também o progresso das organizações negras. No entanto, elas voltaram mais fortes após esse período, sendo exemplos a União dos Homens de Cor (UHC) e o Teatro Experimental do Negro (TEN) (Domingues, 2007).

Segundo o próprio fundador, Abdias do Nascimento, o TEN, criado em 1944 no Rio de Janeiro, seria “um laboratório de experimentação cultural e artística, cujo trabalho, ação e produção explícita e claramente enfrenta a supremacia cultural elitista-arianizante das classes dominantes” (2002: 78). Também sobre essa organização, Sergio Costa ressalta:

Cabe destaque aqui ao TEN – Teatro Experimental do Negro, que alçaria Abdias do Nascimento à condição de figura-símbolo do protesto negro no Brasil. O TEN buscava inspiração no movimento Négritude, de enorme importância nos debates intelectuais contra o racismo e o colonialismo no espaço francófono (2006: 143).

Ainda sobre o TEN é importante destacar que, embora tenha sido iniciado com um objetivo eminentemente cultural, acabou, com o tempo, por se transformar em uma agência de formação profissional, clínica de psicodrama e movimento de recuperação da imagem e da autoestima dos negros, tornando-se a principal organização negra do país (Guimarães, 2002).

Em relação à mobilização das mulheres neste período, merece destaque a criação do Conselho Nacional das Mulheres Negras, em 1950 por mulheres vinculadas à cultura, às artes e à política. (Domingues, 2007; Werneck, 2009). Neste sentido, Jurema Werneck dá ênfase especialmente à contribuição das mulheres negras no campo da cultura de massa, com destaque para a Música Popular Brasileira, em que tiveram papel importante na formação e na disseminação do Samba assim como das escolas de samba (2009).

A redemocratização de 1950 foi orientada por um projeto nacionalista que, tanto em termos econômicos como culturais, favoreceu a população negra na medida em que ofereceu melhor inserção econômica e tornou nacional ou regional

tradições de origem africana ou luso-afro-brasileiras, como o samba, o carnaval e a capoeira (Guimarães, 2002).

1.3 Ditadura militar (1964 – 1985)

O período que compreendeu a ditadura militar (1964-1985) foi mais um momento de repressão contra o movimento negro que trouxe como consequência a dificuldade de organização. Talvez tenha sido este o motivo que levou Carlos Hasenbalg (1979) a relatar um baixo nível de mobilização dos negros brasileiros nesse período. Segundo Petrônio Domingues (2007: 111), “a discussão pública da questão racial foi praticamente banida”. Exemplo disso foi a desarticulação do TEN em 1968, com o autoexílio de Abdias do Nascimento nos Estados Unidos da América (Domingues, 2007).

Sobre a influência da ideologia da democracia racial nesse período, Sergio Costa (2010: 280) relata que: “a partir dos anos 1980, o mito da brasilidade inclusiva e aberta, capaz de integrar em seu interior harmonicamente as diferenças, vai perdendo, paulatinamente, sua eficácia simbólica”.

Apesar de a ditadura militar ignorar a temática racial e não dar espaço para que o movimento negro atuasse no âmbito do Estado, o Brasil participou de duas conferências mundiais contra o racismo em 1978 e 1983 e já era signatário de importantes tratados internacionais, a saber: a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), concernente à discriminação em matéria de emprego e profissão (1968); a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão (1968); a Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no campo do Ensino (1968); e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1969) (Jaccoud e Beghin, 2002).

Em relação à situação da população negra, Carlos Hasenbalg (1979: 197) afirma: “noventa anos depois da abolição do escravismo, os negros e mulatos brasileiros aglomeram-se nas posições subordinadas da estrutura de classes e nos degraus inferiores do sistema de estratificação social”.

Apesar da limitação da capacidade de organização social e política existem algumas iniciativas importantes a serem consideradas nesse período, sobretudo no âmbito da cultura. Petrônio Domingues (2007) cita: a criação, em 1972, do Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) por estudantes e artistas em São Paulo, em 1971, a criação do Grupo Palmares em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a tímida continuidade de alguns jornais negros e movimentos de música e dança no Rio de Janeiro. Esse foi um momento de grande investimento cultural por parte do movimento negro, que buscou se aproximar das raízes africanas.

Sergio Costa diferencia cultura negra de identidade negra conceituando:

Cultura negra é uma denominação genérica para todo tipo de manifestação cultural relacionada com as diferentes formas de resistência da população negra contra o racismo. A ideia de identidade negra, por sua vez, não diz respeito a uma forma de vida específica ou a alguma referência estética particular. Trata-se de uma alusão a um tipo de consciência política, qual seja, a assunção pública do antirracismo, que pode assumir naturalmente formas culturais muito diversas (Costa, 2006: 145).

Sobre estas manifestações culturais, Sergio Costa (2006) destaca a associação com a cultura negra que ocorreu no Rio de Janeiro, primeiramente com o *soul* e depois com o *funk*, em São Paulo com o *hip-hop* e, em Salvador, as manifestações culturais com destaque para a criação do bloco carnavalesco Ilê Aiyê, em 1974.

Também em relação ao período da ditadura militar, Luana Santos (2010: 02) salienta que, “somente em meados dos anos de 1970, quando eram eminentes os sinais de redemocratização do país e o Movimento Negro conseguiu retomar atividades, a produção de jornais ganhou força depois de alguns anos de silêncio”.

Para Antônio Sérgio Guimarães, “o moderno movimento negro brasileiro foi criado nos 1930, e recriado nos 1970, como um programa de combate à discriminação racial e de integração do negro à sociedade de classes” (2002: 61).

Segundo Sergio Costa (2006), a partir dos anos 1960 e inspirados no movimento de valorização da estética negra, inicia-se um movimento crescente no Brasil também com o mesmo intuito. O Movimento Negro Unificado (MNU) também

teve um importante papel na promoção da valorização da população negra nesse período, como demonstra Petrônio Domingues (2007: 115):

Para incentivar o negro a assumir sua condição racial, o MNU resolveu não só despojar o termo “negro” de sua conotação pejorativa, mas o adotou oficialmente para designar todos os descendentes de africanos escravizados no país. Assim, ele deixou de ser considerado ofensivo e passou a ser usado com orgulho pelos ativistas, o que não acontecia tempos atrás. O termo “homem de cor”, por sua vez, foi praticamente proscrito.

O MNU, criado em 1979, se diferenciava da Frente Negra Brasileira pelo seu caráter democrático e do Teatro Experimental do Negro por seu caráter popular e buscava a conscientização da população negra, além do combate ao racismo e ao mito da democracia racial (Costa, 2006). Sobre a atuação do MNU, Petrônio Domingues (2007: 114) afirma:

No Programa de Ação, de 1982, o MNU defendia as seguintes reivindicações “mínimas”: desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país.

Sobre a atuação do MNU e as referências históricas da população negra no Brasil, Sergio Costa (2006: 144) relata:

No bojo desse processo, o MNU transforma o aniversário da morte do legendário líder do Quilombo de Palmares, Zumbi, em Dia da Consciência Negra, buscando assim retirar o conteúdo simbólico do dia 13 de maio, quando se dão as comemorações oficiais da abolição da escravidão.

Desde o início, as mulheres participaram do movimento negro. Mariana Damasco (2009: 65) afirma que: “Mulheres negras estiveram presentes na trajetória do movimento negro brasileiro, fundando entidades, escrevendo em jornais, participando das ações, reuniões e debates acerca das relações raciais no Brasil”.

Cabe ressaltar que o cenário internacional dos anos de 1960 a 1970 influenciou as mobilizações em torno da questão racial no Brasil. Nesse quesito, Antônio Sérgio Guimarães (2002: 98) afirma que “a coincidência entre a

descolonização da África e a luta pelos direitos civis dos negros americanos, desagua em uma conseqüente onda de pan-africanismo e afrocentrismo que mudará substancialmente o panorama brasileiro”. Concordando com essas colocações, Sergio Costa (2006: 149) também afirma que:

Politicamente, o movimento de direitos civis nos Estados Unidos, a luta contra o *apartheid* na África do Sul e as lutas de independência, sobretudo das ex-colônias portuguesas, na África, constituíram, ao longo da história, impulsos importantes para as lutas antirracistas no Brasil.

Percebendo a falta de espaço no movimento negro para a pauta de gênero e a dificuldade de inserir o quesito racial no movimento de mulheres, as militantes negras optaram por “enegrecer o feminismo”, termo cunhado por Sueli Carneiro (2003). Assim se iniciou o chamado feminismo negro que vem mobilizando e organizando a luta das mulheres negras desde a década de 1980.

Em relação às organizações fundadas nesse período, podemos citar o Coletivo de Mulheres Negras, criado em março 1985, tendo como uma de suas idealizadoras Alzira Rufino, uma das militantes negras de destaque no Brasil (L. Santos, 2010).

1.4 Da redemocratização aos dias atuais (1985 a 2014)

Referindo-se ao período posterior à ditadura militar no Brasil, Antônio Sérgio Guimarães (1999: 110) relata que: “quando a ideia integracionista de “democracia racial” se transforma em uma ideologia oficial e as instituições negras são banidas, o movimento negro passa a assumir cada vez mais um discurso racista e multicultural”. Durante esse período merecem destaque a promulgação da Constituição Brasileira e a criação da Fundação Cultural Palmares.

Em 1988 a promulgação da Constituição Brasileira, que garante importantes avanços no campo dos direitos humanos e que contou com a contribuição do movimento negro e de mulheres na sua formulação (Jaccoud e Beghin, 2002). Em relação aos avanços da Constituição de 1988 no que tange à questão racial, Sergio Costa (2010: 281) coloca:

A constituição de 1988 representa o marco legal que reorienta as relações entre o Estado brasileiro e as populações afrodescendentes e indígenas nos anos recentes. O texto constitucional trata, em primeiro lugar, de caracterizar adequadamente a prática de racismo como crime e não mais como contravenção penal, como fizera a Lei Afonso Arinos de 1951. Ademais, o texto eleva a promoção do bem estar de todos os cidadãos acima dos preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade à condição de objetivo fundamental da república brasileira.

Também foi em 1988 que foi criada a Fundação Cultural Palmares ligada ao Ministério da Cultura (MinC) com o objetivo de preservar e promover a arte e a cultura afro-brasileira (Fundação Cultural Palmares - Brasil, 2014).

Como destaca Fernanda Lopes e Jurema Werneck (2009:11), “em 1995, negros e negras apresentam uma série de demandas ao Governo Federal por ocasião da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida”. De acordo com Luciana Jaccoud e Nathalie Beghin (2002: 19), essa Marcha foi organizada pelo movimento negro que entregou ao então presidente Fernando Henrique Cardoso um documento sobre a situação da população negra e um plano de ação contra a desigualdade racial no país, a Marcha contou com “[...] dezenas de milhares de pessoas em homenagem ao tricentenário da morte de Zumbi de Palmares”.

No que se refere ao campo da cultura, Luciana Jaccoud e Nathalie Beghin (2002) destacam como conquistas deste período o tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca na Bahia, em 1984, e da Serra da Barriga, em Alagoas, antigo território do Quilombo dos Palmares, em 1986; o reconhecimento oficial do dia 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi dos Palmares (1695), como o Dia da Consciência Negra e a fundação do Memorial Zumbi, organização que reúne representantes do movimento negro, da academia e de setores governamentais ligados ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Também é importante citar a fundação da Casa de Cultura da Mulher Negra, em Santos, São Paulo, em janeiro de 1990. Essa organização lança o jornal

*Eparrei*² e, tempos depois, em 2001, a revista de mesmo nome para tratar das questões da população negra, sem desconsiderar a questão de gênero, pois, como afirma Alzira Rufino: “comunicar é politizar” (L. Santos, 2010).

Assim, é possível perceber que a mobilização negra esteve muito associada à cultura nesse período. De acordo com Petrônio Domingues (2007: 115):

Alguns elementos sinalizam que no início do terceiro milênio está se abrindo uma nova fase do movimento negro, com a entrada em cena do movimento *hip-hop*, por vários motivos. Trata-se de um movimento cultural inovador, o qual vem adquirindo uma crescente dimensão nacional; é um movimento popular, que fala a linguagem da periferia, rompendo com o discurso vanguardista das entidades negras tradicionais. Além disso, o *hip-hop* expressa a rebeldia da juventude afrodescendente, tendendo a modificar o perfil dos ativistas do movimento negro; seus adeptos procuram resgatar a autoestima do negro, com campanhas do tipo: *Negro Sim!*, *Negro 100%*, bem como difundem o estilo sonoro *rap*, música cujas letras de protesto combinam denúncia racial e social, costurando, assim, a aliança do protagonismo negro com outros setores marginalizados da sociedade.

De grande importância foram os preparativos do Brasil e a sua participação na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, em 2001, em Durban, África do Sul, pois, após esse evento ocorreram importantes desdobramentos para a luta contra as desigualdades raciais, como a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCDD), ligado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH), àquela época parte do Ministério da Justiça (Jaccoud e Beghin, 2002).

Além das discussões aprofundadas, nessa Conferência foram propostas e adotadas diversas medidas de ações afirmativas que orientaram os países signatários no enfrentamento à discriminação e às desigualdades raciais. Quanto a isso, destaca-se, no Brasil, a criação, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), já no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (Sales Junior, 2009). Outro importante passo foi a aprovação do

² Eparrei é uma saudação ao orixá africano Iansã que significa: “Senhora, tenha misericórdia de nós!” (L. Santos, 2010).

Estatuto de Igualdade Racial. Conforme consta no Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional (Geledes, 2014: 32):

Em 20 de julho de 2010 foi sancionado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Estatuto da Igualdade Racial - Lei nº 12.288/2010. Este dispositivo legal foi instituído com o principal objetivo de garantir à população negra a efetiva igualdade de oportunidades na sociedade brasileira, a defesa dos seus direitos individuais e coletivos, além do combate a discriminação e as demais formas de intolerância.

Para sintetizar algumas conquistas temos: em 2002, o início da implementação de cotas raciais com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); em 2003, a aprovação da Lei n. 12.639, que dispõe sobre o ensino da história e cultura afro-brasileiras nas escolas; no mesmo ano, o Decreto n. 4.887, que regulamenta a titulação das terras das populações quilombolas; em 2004 ocorre a implantação do sistema de cotas na Universidade de Brasília (UnB). O reconhecimento da constitucionalidade das ações afirmativas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) foi em 2012, mesmo ano de promulgação da Lei n. 12.711, que regulamenta cotas nas universidades e institutos técnicos para alunos egressos de escolas públicas e para negros. Em 2014, é promulgada a Lei nº 12.990, que dispõe sobre as cotas raciais na proporção de 20% para concursos públicos federais.

É importante mencionar o reconhecimento das comunidades quilombolas e as mobilizações em torno da garantia de direitos à essa população, principalmente no que tange ao direito a terra. Nesse quesito é importante esclarecer que:

No Brasil, os remanescentes de antigos quilombos, “mocambos”, “comunidades negras rurais”, “quilombos contemporâneos”, “comunidades quilombolas” ou “terras de preto” referem-se a um mesmo patrimônio territorial e cultural inestimável e que apenas recentemente passaram a ter atenção do Estado e ser do interesse de algumas autoridades, organismos oficiais e da academia (Anjos, 2013: 146).

Em relação ao movimento negro da atualidade, Sergio Costa (2006) além dos progressos, destaca principalmente a heterogeneização do movimento com a diferenciação em segmentos com demandas específicas e a transnacionalização a partir de ações conjuntas de pesquisadores e ativistas brasileiros e estrangeiros.

Assim, encontra-se mobilização contra as desigualdades raciais nas mais diversas organizações, como sindicatos, partidos políticos e diretórios estudantis.

Além disso, atualmente existem diversas organizações que lutam contra a desigualdade racial no Brasil, sendo muitas delas de Organizações Não Governamentais (ONGs) de mulheres negras que lutam contra a opressão do racismo e do sexismo de maneira interseccional, isto é, abarcando várias áreas de subordinação às quais os sujeitos estão vulneráveis.

A mobilização em torno da igualdade racial e contra o racismo vem ocorrendo desde o século XVI, sendo que todas as conquistas que podemos observar são fruto do esforço do movimento negro e de sua resistência. Clovis Moura (1983: 47) chama a atenção para o fato que “Em toda a nossa história social vemos o negro se organizando, procurando um reencontro com as suas origens étnicas ou lutando por meio dessas organizações, para não ser destruído social, cultural e biologicamente”. E por esse motivo retomo as palavras de Abdias Nascimento (2002: 175), que expressa toda essa trajetória em uma frase: “Os negros tem resistido e resistirão”.

Por fim, a melhor forma de sintetizar a história do negro no Brasil e finalizar esse capítulo é com as reflexões de uma mulher negra e militante, Jurema Werneck (2003: 46) que diz: “Nós negros e negras, acreditamos que esse passado que tivemos precisa ser dito, descrito. O caminhar nosso de cada dia precisa ser encarado. Responsabilidades precisam ser faladas. Julgadas, inclusive. É o passo. O rito de passagem”.

2. RACISMO NO BRASIL

“Aquilo que não se via ou não se dizia ou se fingia não ver/dizer está dito: racismo” (Jurema Werneck, 2003: 40).

A discussão sobre as relações raciais se impõe como necessária por diversos fatores, mas principalmente porque o Brasil tem a maior população negra do mundo, depois da Nigéria (Rufino, 2003. Costa, 2006). Contudo, tal população está sujeita à discriminação racial, à pobreza, à desvalorização, à desumanização do racismo brasileiro, velado e eficiente. Nesse sentido é necessário e urgente falar de relações raciais e racismo.

2.1 Um debate sobre raça

Para falar de racismo é preciso falar antes de um termo controverso e central para essa discussão, qual seja, raça. Tal conceito, embora desprovido de valor no campo da biologia, é importante para a sociologia e para as demais disciplinas que analisam a sociedade (Costa, 2006. Guimarães, 2009. Sales Júnior, 2009). A esse respeito, Sergio Costa (2006: 206) esclarece que: “Não se trata, portanto, da afirmação da existência biológica de raças entre seres humanos, mas da referência à raça como construções sociais que funcionam como mecanismo de adscrição e hierarquização”. Também em relação a essa categoria, Antônio Sérgio Guimarães (2009: 30-31) especifica que:

[...] o conceito de “raça” não faz sentido se não no âmbito de uma ideologia ou teoria taxonômica, a qual chamarei racialismo³. No seu emprego científico, não se trata de conceito que explique fenômenos ou fatos sociais de ordem institucional, mas de conceito que ajude o pesquisador a compreender certas ações subjetivamente intencionadas, ou o sentido subjetivo que orienta certas ações sociais.

Na ótica de Sergio Costa (2006) três elementos legitimariam o uso da categoria raça pelos estudos sociais. Primeiramente, o fato das desigualdades sociais entre grupos de cor poderem ser agrupadas em brancos e “não-brancos”. Em segundo, a constatação de que o critério de classe não é suficiente para explicar as desigualdades sociais. Por último, a constatação – por meio da comparação de

³ Racialismo para Guimarães é a crença na existência de raças humanas não necessariamente hierarquizadas (Guimarães, 2009).

diferentes gerações – de que o desfavorecimento dos “não-brancos” não pode ser justificado como herança do passado escravocrata. Também em relação à raça, Jacques D’ Adesky (2005: 44) sugere que:

Existe consenso na afirmativa de que raça remete, simbolicamente, a uma origem comum. Seja qual for seu grau de indeterminação, ela evidencia a continuidade das descendências, o parentesco pelo sangue, a hereditariedade das características fisiológicas, e mesmo das psicológicas e sexuais.

A ideia de raça é o que está no cerne do racismo, pois, conforme Antônio Sérgio Guimarães (2009) compreende, a ideia precisa de racismo está expressa nos casos em que o preconceito e a discriminação pressupõem ou se referem à ideia de raça, mesmo que seu nome não seja pronunciado e ainda que o termo também possa ser usado para designar práticas de discriminação social com base em essencialismo ou naturalização

O racismo no Brasil possui especificidades devido a sua constituição histórico-social. Este país famoso pela miscigenação também sofreu influências de mudanças históricas no que se refere à defesa dos Direitos Humanos e à criação de normas sociais antirracistas (França e Monteiro, 2004; Lima e Vala, 2004a). Em relação a sua origem, Antônio Sérgio Guimarães (1999: 104) diz que:

O racismo, portanto, origina-se da elaboração e da expansão de uma doutrina que justificava a desigualdade entre os seres humanos (seja em situação de cativo ou de conquista) não pela força ou pelo poder dos conquistadores (uma justificativa política que acompanhara todas as conquistas anteriores), mas pela desigualdade imanente entre as raças humanas (a inferioridade intelectual, moral, cultural e psíquica dos conquistados ou escravizados).

Segundo Jacques D’ Adesky (2005: 82) o racismo no Brasil é universalista e totalitário, pois “a todos impõe um modelo normativo de síntese do humano”. Para Marcus Lima e Jorge Vala (2004a: 407) o tipo de racismo ao qual os brasileiros estão expostos seria o racismo cordial que os autores definem como:

[...] uma forma de discriminação contra os cidadãos não brancos (negros e mulatos), que se caracteriza por uma polidez superficial que reveste atitudes e comportamentos discriminatórios, que se expressam ao nível das relações interpessoais através de piadas, ditos populares e brincadeiras de cunho "racial".

Já Antônio Sérgio Guimarães (1999) afirma que no Brasil há um racismo de atitudes presente nas práticas sociais e nos discursos. Os mecanismos e

instituições que sustentam o racismo de atitudes são: 1) a utilização do conceito de cultura ao invés de raça nas explicações das desigualdades sociais; 2) a substituição de raça pela noção de cor, tornando possível retirar da categoria negro grande parte dos mestiços; 3) a existência de relações raciais amparadas num sistema mais amplo de hierarquização social e de desigualdades de tratamento que contamina todas as relações sociais; 4) a concepção de que o não-racialismo é considerado como antirracismo, como se negando a existência de raças as pessoas automaticamente deixassem de ser racistas (Guimarães, 1999).

Segundo Marcus Lima e Jorge Vala (2004a: 402), o racismo:

[...] constitui-se num processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a qual é re-significada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento.

Tendo em vista as diversas apreensões sobre o termo racismo, Antônio Sérgio Guimarães (1999) elenca quatro significados para esse conceito nesse novo contexto. Resumidamente esses significados seriam: 1) ideologia ou doutrina que justificam as desigualdades e diferenças pelo critério biológico de raça; 2) ideologia ou doutrina, preferências e atitudes que justificam as desigualdades pela superioridade ou inferioridade cultural; 3) manutenção e reprodução de desigualdades entre grupos identificados como de diferentes raças, etnias ou cores por meio de atitudes e preferências, não sendo constituído de ações explicitamente racialistas; 4) sistema social que gera desigualdades e desvantagens para grupos considerados ou identificados por traços raciais ou racializados.

Esse sistema utiliza os seguintes mecanismos de discriminação: psicológicos e individuais, de exclusão e de discriminação direta no cotidiano, podendo ser de maneira discreta e amável ou mesmo de exclusão e de discriminação por meio de atributos burocratizados de mercado (Guimarães, 1999). Antônio Sérgio Guimarães ainda destaca que o termo:

Racismo pode, ademais, referir-se não apenas a doutrinas, mas a atitudes (tratar diferencialmente as pessoas de diferentes raças e culturas, ou seja, discriminar) e a preferências (hierarquizar gostos e valores estéticos de acordo com a ideia de raça ou de cultura, de modo a inferiorizar sistematicamente características fenotípicas raciais ou características culturais) (1999: 105).

O racismo encontra-se institucionalizado, sendo, portanto, invisibilizado, o

que dificulta ainda mais seu combate. Segundo Laura López (2012: 126), o conceito de racismo institucional “vêm se dando desde o final da década de 1960, vinculados a contextos pós-coloniais de empoderamento e (re) definição de sujeitos políticos negros em âmbito transnacional”. Sobre a evolução na utilização do conceito, essa autora salienta que:

É, então, no contexto dos anos de 1990, e com maior ênfase nos anos 2000, com a crescente demanda e permeabilidade do Estado brasileiro por parte do movimento negro, que o conceito de racismo institucional emerge como organizador de uma nova pauta de ações que possibilita a mobilização dos vários atores sociais que intervêm no processo de elaboração de políticas públicas de promoção da igualdade racial (2012: 126).

O racismo institucional pode ser identificado nos mais diferentes espaços da sociedade e se caracteriza por uma maneira impessoal e não individualizada de discriminar e por esse motivo ser mais difícil de ser identificada. Quanto ao conceito de racismo institucional, Fernanda Lopes e Jurema Werneck (2009: 16) informam:

Também chamado de racismo sistêmico ou estrutural, é um conceito criado por ativistas negros para assinalar a forma como o racismo penetra as instituições, resultando na adoção dos interesses, ações e mecanismos de exclusão perpetrados pelos grupos dominantes através de seus modos de funcionamento e da definição de prioridades e metas de realização.

Segundo a ótica de Laura López (2012: 127), racismo institucional seria: “[...] processos de discriminação indireta que ocorrem no seio das instituições, resultantes de mecanismos que operam, até certo ponto, à revelia dos indivíduos”. “Ele não é uma escolha explícita empreendida no momento de cada ação cotidiana. Ao contrário, ele está embutido nas escolhas institucionais feitas a priori e que determinam o funcionamento” (Lopes, Werneck, 2009: 17).

“O que o racismo institucional produz é não só a falta de acesso e o acesso de menor qualidade aos serviços e direitos, mas é também a perpetuação de uma condição estruturante de desigualdade em nossa sociedade” (Geledes, 2014: 13). Concordam com essa afirmação, Almir Júnior e Verônica Lima (2013: 129) que consideram o racismo institucional como um: “fator que reproduz as desigualdades estruturais da sociedade”. Fernanda Lopes e Jurema Werneck (2009: 16) destacam que:

No caso da maioria dos países da Diáspora Africana – no Brasil inclusive – este conceito aponta, além do privilégio branco, as ações impetradas por esse grupo para o controle, manutenção e expansão de seus privilégios por meio da apropriação do Estado, das instituições e organismos que o representam, que lhe dão operacionalidade.

Em 2005, foi implementado no Brasil o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI). De acordo com as referências deste programa, racismo institucional (2006: 22) seria:

[...] o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações.

Embora costumeiramente se fale muito do racismo institucional no campo público, ele não se restringe somente a essa área. “O racismo institucional também pode ser verificado na iniciativa privada, como por exemplo, na hora das contratações no mercado de trabalho” (Geledes, 2014: 13).

Em relação ao campo público, o exemplo de racismo institucional oferecido por Almir Júnior e Verônica Lima (2013) é a segurança pública no Brasil, sobretudo a atuação policial, tendo em vista os altíssimos índices de homicídios de jovens negros.

De acordo com os dados do Mapa da Violência de 2014 (os jovens do Brasil): “A vitimização negra entre os jovens passa, de 85% em 2002, para 175% em 2012: aumenta 105,5%” (Waiselfisz, 2014: 158).

Segundo Antônio Sérgio Guimarães (1999) não só o estigma racial, mas também o estigma cultural ou étnico, ou seja, a definição por meio de atributos raciais (como a cor), podem ser considerados como racismo. Ainda sobre essa questão, Ronaldo Sales Júnior (2009: 56) traz as especificidades desse processo afirmando que:

A estigmatização, como prática hegemônica, técnica política do corpo, tem o poder de organizar superfícies, envolver o corpo em superfícies, segundo diversos procedimentos (estiramento, fragmentação, corte...). Para a estigmatização, o mais profundo é a pele. O estigma é uma fissura, um sulco sobre a superfície,

marcando-a e demarcando-a, mas ameaçando a organização do sentido que se desdobra sobre a superfície dos corpos que delimita.

Cabe ressaltar que o racismo é um prejuízo a todos os brasileiros uma vez que desvaloriza a diversidade étnica e cultural do país além de causar impactos sociais e econômicos de importância significativa. Apesar dos prejuízos serem para todos, não há uma mobilização da sociedade que correspondam a real necessidade de enfrentamento do racismo, sendo muitas vezes considerado um problema somente para as pessoas negras

2.2 Mito da Democracia Racial

A forma como a questão racial é encarada na sociedade brasileira leva a população negra a um sofrimento que não é reconhecido, nem legitimado. Esse sofrimento pode levar à internalização de estereótipos, de estigmas e de representações o que gera um sofrimento particular e geralmente silencioso. Um retrato cru dessa realidade é apresentado por Ronaldo Sales Júnior (2009: 151) ao dizer que:

O Mito da Democracia Racial dificulta reconhecer as razões do sofrimento ou, pior que isso, conduz a internalização dessa razões, ou seja, o próprio sofrimento é a causa de seu sofrimento: seu mau humor, seu complexo (baixa autoestima), seu racismo às avessas. Em vez de indignação culpa. A vítima de discriminação racial é, pois, duplamente deslocada: por ser negra e por não saber conviver com isso numa democracia racial.

Muitas vezes esse sofrimento não é manifesto devido à invisibilidade do racismo em nossa sociedade e isso impacta diretamente na conscientização e possível mobilização da população negra. Jurema Werneck (2003: 39) explicita esse sofrimento afirmando que:

Porque tantos desejam violentamente ser o único, cria-se o outro como afirmação do eu que somente o eu próprio pode representar. O outro é então definido como inferno, morada eterna do que não é o deus ou seus filhos. Descendentes de Cam, nós negros pagamos o tributo da alteridade recusada com a morte.

Diversas pesquisas vêm apontando não só que o racismo é uma ideologia que influencia a sociedade brasileira, como também que o preconceito racial não é reconhecido devido a suas manifestações serem veladas, cordiais ou amenas (Dahia, 2008. França; Monteiro, 2004. Guimarães, 1999, 2003. Lima; Vala, 2004a,

2004b. Valverde; Stocco, 2009). Em sua pesquisa Eliana de Oliveira (2006: 69) corroborou essa ideia quando afirmou, a partir dos dados apresentados, que:

Verifica-se nos depoimentos das pesquisadas que o enfrentamento no cotidiano de suas práticas pedagógicas, manifestações sofisticadas e dissimuladas de preconceito. Muitas vezes não perceptíveis nos gestos, nas atitudes, nos “olhares”, nas relações interpessoais. É um preconceito que fica escondido, numa fluidez que dificulta defender.

A dificuldade de reconhecer o racismo tem como uma das principais causas o mito da democracia racial que continuamente tem negado a existência desse mesmo racismo ao alegar que, no Brasil, impera a igualdade racial (Araújo, 2008; Bento, 2012; Dahia, 2008; Guimarães, 2002). Conforme esse mito, no Brasil não existiriam conflitos por raça e (ou) cor ou ainda discriminação racial devido ao alto grau de miscigenação das raças, causando, conseqüentemente, uma convivência harmônica.

Em relação a suas origens, é tradicionalmente atribuído a Gilberto Freyre, mas ainda que esse autor seja considerado seu principal defensor⁴, ele não é seu único responsável (Guimarães, 2001). Na realidade, esse mito integra o próprio sistema racista brasileiro, pois, conforme Maria Aparecida Bento (2012: 48) ele, “ao longo da história do País, vem servindo ao triste papel de favorecer e legitimar a discriminação racial”.

Assim, por meio desse mito, o racismo, no Brasil, torna-se mais eficaz ao não se mostrar palpável ou evidente (Oliveira, 2006). Para Ronaldo Sales Júnior (2009) são estabelecidas relações raciais cordiais. Contudo:

A cordialidade funciona, em termos econômicos, como um “princípio de rarefação do racismo” que se efetiva através de procedimentos de otimização das práticas de hierarquização racial com um mínimo de atos diretos de discriminação racial. Isso significa que a discriminação direta e explícita é ativada em situações “excepcionais” e “reativas” de ameaça a hierarquia racial, em outras palavras, em contextos de alta estabilidade ou crescimento das desigualdades, o recurso à discriminação é reduzido ao mínimo (2009: 140).

⁴ Cf. Freyre, Gilberto. Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933; Sobrados e mucambos. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1936.

Para Eliana Oliveira (2006) as relações raciais no Brasil nunca foram de um paraíso racial, pois só existe cordialidade dos brancos, ou seja, eles só parecem amigáveis aos negros, porque estes últimos não lhes fazem concorrência econômica, política ou social. Para Ronaldo Sales Júnior (2009: 158), “a genealogia do Mito da Democracia Racial significou o deslocamento de um regime ‘causalista’ no racismo científico para um ‘regime simbólico’ da relação entre as diferenças e as desigualdades raciais”. Em outras palavras, o racismo permanece como uma ideologia presente que influencia as relações sociais e prejudica de maneira não só objetiva, com a diferença de oportunidades, mas também subjetiva, causando sofrimento aos grupos marginalizados (Vilhena, 2008. Gomes 2008. Guimarães, 1999; Oliveira, 2006). Em relação ao alcance desse mito são bastante esclarecedoras as considerações de Ronaldo Sales Júnior (2009: 87) de que:

Como imaginário social, o Mito da Democracia Racial é um horizonte: não é um objeto entre outros objetos, senão um limite absoluto que estrutura um campo de inteligibilidade e que é, assim, a condição de possibilidade da emergência de todo e qualquer objeto. Portanto, o Mito da Democracia Racial não é meramente uma crença, ou falsa consciência, mas um modo de funcionamento das práticas discursivas, um mecanismo.

Isso significou que os problemas relativos ao racismo não fossem considerados e combatidos. Nesse sentido, o mito da democracia racial surge como uma tentativa de evitar a discussão pública e política da questão. No relato de Jurema Werneck (2003: 39) a desmobilização da sociedade na desconstrução desse mito é assim explicitada:

Enquanto denunciávamos o racismo; enquanto demonstrávamos a perversidade com que este definia privilégios e exclusões, vidas e mortes; enquanto éramos nós mesmos nosso próprio testemunho, o restante da sociedade permanecia em silêncio.

Contudo, isso funciona como se a sujeira fosse apenas jogada para baixo do tapete. Em outras palavras, os conflitos raciais continuam evidentes, pois como defende Sales Júnior (2009: 170): “a inexistência de um racismo oficial e de um debate público acerca dele não significa a inexistência do racismo em outras formas de discurso não-oficiais: Fazer de conta que o problema não existe, não é resolvê-lo”. Convergingo com essa colocação Sergio Costa afirma, através de suas conclusões que: “os estudos raciais corrigem a visão de senso comum de que as desigualdades sociais entre brancos e “não brancos” são um legado do passado escravocrata e que

tendem, com o passar do tempo, a desaparecer” (2006: 206). Ainda a esse respeito, Jurema Werneck (2003: 39) afirma que:

Levou séculos para que o Estado brasileiro pudesse reconhecer a presença do racismo como fator estruturante das relações sociais no país. E isto só acontece agora, ao final do século XX e início do século XXI, como resultado de um trabalho longo, árduo, vivido em profundo isolamento por nós, negros.

Além disso, esse mito também desconsidera uma identidade negra ao eleger a mestiçagem como símbolo da identidade nacional (Cardoso, 2011). Para Ronaldo Sales Júnior (2009: 59) ele “é constituído por uma forma dramática que sintetiza o processo de formação de uma vontade coletiva como “povo” ou “nação” brasileira, fantasia concreta que atua sobre uma multiplicidade heterogênea, segmentada e estratificada”. Não só a legitimidade, mas a mobilização para a luta contra o racismo é diretamente atingida pelos efeitos da propagação desse mito no Brasil. Segundo Ronaldo Sales Júnior (2009: 103):

O Mito da Democracia Racial provoca, pois, o empobrecimento político da população negra, com uma perda de organicidade de suas ações coletivas, da competência em administrar o trajeto histórico, mudando a natureza e as relações sociais, enfim, da auto determinação.

Assim, a discussão sobre o mito da democracia racial é de essencial importância para a luta contra o racismo por ser um dos mitos fundantes de nossa nação que ainda está vivo em nosso meio. Segundo Antônio Sérgio Guimarães (2001: 162): “Morta a democracia racial, ela continua viva enquanto mito, seja como falsa ideologia, seja como ideal que orienta a ação concreta dos atores sociais, seja como chave interpretativa da cultura”. Também Vanilda Oliveira (2006: 22) é enfática ao afirmar que:

Somos um País com enormes diferenças socioeconômicas, construído sobre bases escravistas e em que as políticas sociais são ineficazes no combate às desigualdades raciais. Portanto, a premissa da igualdade racial e a negação concomitante das contínuas práticas racistas contemporâneas na sociedade influenciam não apenas a maneira como as pessoas percebem as relações raciais, mas sua própria definição de democracia e de quem é e quem não é considerado cidadão.

Na verdade uma verdadeira democracia racial é o ideal para nossa sociedade, mas isso ainda não é o que temos embora tenham ocorrido avanços. Ronaldo Sales Júnior (2009: 179) explica bem isso ao afirmar que “Ao contrário,

uma verdadeira democracia racial só existe sob a condição de lidar com as relações raciais e resolver publicamente os conflitos raciais, mediante um processo articulatório sempre provisório e parcial”.

Como o mito da democracia racial traz a questão da mestiçagem, é necessário aprofundar a discussão sobre miscigenação no marco da questão racial. Esse tema apresenta diversos pontos a serem explorados, entre eles o apresentado por Joel Zito Araújo (2008: 983), para quem, “apesar de sempre valorizada e celebrada nos discursos do Estado, da intelectualidade e da literatura, a miscigenação nunca deixou de ser vista como um estado de passagem das ‘raças inferiores’ para a raça superior branca”. Também sobre esta questão, Vanilda Oliveira (2006: 87) sugere:

No caso da questão racial no Brasil acontece que, ainda que negritude/brancura sejam tratadas como opostas, estando a primeira subordinada à segunda, a negritude seria constituída pela brancura, mas nunca constitutiva dela, mesmo que a defina. Isso porque os negros estão divididos entre claros ou escuros – pardos e pretos – mas a raça branca e a cor branca são únicas. Esse fato nos faz concluir que a mestiçagem funciona de modo a clarear os escuros, mas não é capaz de escurecer os claros.

Um dos aspectos a ser considerado sobre miscigenação é a especificidade do lugar do moreno ou do pardo no Brasil que, a depender da circunstância, pode transitar no espectro de classificação racial. Convergente à esta ideia é a análise de Antônio Sérgio Guimarães (2009: 51):

Um “preto” verdadeiro não era um homem letrado, nem um cristão completo, pois carregaria sempre consigo algumas crenças e superstições animista (omito, de propósito, qualquer consideração a respeito da mulher, sistematicamente ausente nesse processo identificatório). Em consequência, nos meios e lugares mestiços do Brasil, somente aqueles com pele realmente escura sofrem inteiramente a discriminação e o preconceito, antes só reservados ao negro africano. Aqueles que apresentam grau variado de mestiçagem podem usufruir, de acordo com seu grau de brancura (tanto cromática quanto cultural, posto que “branco” é um símbolo de “europeidade”), alguns dos privilégios reservados aos brancos.

A classificação da população negra no Brasil é uma questão complexa tendo em vista que a descendência não é em si um critério de definição e a miscigenação proporciona as mais diferentes tonalidades possíveis. Para Ronaldo Sales Júnior (2009), além da indeterminação da classificação racial há também uma confusão entre os termos: “raça”, “etnia” e “cor” que se reflete inclusive nas

pesquisas oficiais. Todavia este não é um problema atual, como afirma Antônio Sérgio Guimarães (2009: 59) em relação às mudanças históricas na classificação das pessoas negras no Brasil:

[...] a palavra “africano” foi o termo primeiro a designar o outro racial, o diferente absoluto. Quando já não havia mais africanos, mas apenas crioulos, os termos “crioulos”, “negros” e, em seguida “pretos”, passaram sucessivamente a designar a africanidade.

A dificuldade na classificação racial acompanha de perto as adaptações do racismo para continuar presente e forte na sociedade brasileira de maneira camuflada. Nesse sentido, o racismo vem se adequando aos princípios liberais e igualitários e à proteção dos direitos humanos (Guimarães, 1999. Lima; Vala, 2004a) ao não encontrar, na atualidade, respaldo na legislação nem legitimidade nos discursos oficiais. Isso significa que, a partir da Segunda Guerra Mundial, ocorreram mudanças históricas significativas, tais como: a emergência dos movimentos pelos direitos civis nos EUA, os movimentos de libertação de antigas colônias europeias, as consequências do nazismo e a Declaração dos Direitos Humanos, que fizeram com que as formas de expressão do racismo e do preconceito passassem a ser mais veladas e indiretas (Lima; Vala, 2004a). Sobre a hipocrisia dessas práticas, Ronaldo Sales Júnior (2009: 139) coloca:

Muitas vezes a discriminação se dá sem qualquer enunciação de caráter racial explícita ou implícita. As relações raciais constituem, nesse caso, um jogo de linguagem não verbal, não-dito, discurso silencioso mais corporal do que verbal, pelo qual os indivíduos mobilizam e se apropriam das forças, corpos e acontecimentos sociais.

Algumas vezes é utilizado o termo “racismo sutil” como referencia a esse racismo velado e camuflado. Esse não seria uma maneira de minimizar a violência que o racismo representa, mas sim um termo que referenciado nos estudos de Pettigrew e Meertens⁵ sobre preconceito sutil em países da Europa. Estes autores criaram uma escala para estudar a ocorrência de preconceito flagrante e sutil, posteriormente esse instrumental foi utilizado em outros países inclusive no Brasil (Nunes, 2010).

⁵ PETTIGREW, T. F.; MEERTENS, R. W.; Subtle and Blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, vol. 25, 1995.

Em textos que tratam das atuais expressões do racismo, o conceito “racismo sutil” assim como o “preconceito sutil” podem aparecer em antagonismo ao racismo flagrante que se manifestaria de maneira direta e aberta. Neste sentido o termo não associa delicadeza ao racismo, mas sim de ser perspicácia e engenhosidade uma vez que possibilita que essa violência não seja percebida e, portanto combatida, apesar das leis antirracistas vigentes. Segundo Sylvia Nunes: “Muitas pesquisas investigam essa nova forma de racismo, frequentemente chamada de racismo sutil” (2010: 28).

Essa maneira indireta de manifestação do racismo dificulta seu reconhecimento e, conseqüentemente, a adoção de políticas de combate. Ronaldo Sales Júnior (2009) coloca que o desconhecimento sobre o racismo gerado pela crença na democracia racial leva a baixa sistematização de informações, indeterminações semânticas, incoerência conceituais, a despolitização da questão racial, além da indeterminação da classificação racial e a confusão entre raça, etnia e cor, dentre outros problemas. Iray Carone (2012, 23) considera que “[...] apesar das leis e das normas o racismo apenas sofreu transformações formais de expressão, mas continua pressuposto na branquitude, ou seja, nas representações que exaltam a individualidade e a neutralidade racial do branco”.

2.3 Especificidades do racismo no Brasil

Uma das argumentações que contribuem para negar ou amenizar o racismo brasileiro é a comparação com o padrão de relações raciais dos Estados Unidos da América. Essa comparação tem por objetivo comprovar que as relações raciais no Brasil seriam harmônicas e amenas em comparação a dos norte-americanos. Esse pensamento amplamente difundido deixa de considerar as diferentes construções históricas de cada Estado Nação e as especificidades inerentes ao contexto dos países. Na diferenciação do modelo americano de padrões de relações raciais que se utilizavam da violência e da segregação, Antônio Sérgio Guimarães (2009: 41) descreve o modelo de relações raciais no Brasil como um padrão que:

Mostrava uma refinada etiqueta de distanciamento social e uma diferenciação aguda de *status* e de possibilidades econômicas, convivendo com equidade jurídica e indiferenciação formal; um sistema muito complexo e ambíguo de diferenciação racial, baseado

sobretudo em diferenças fenotípicas, e cristalizado num vocabulário cromático.

A posição teórica de que no Brasil não há preconceito racial, mas sim preconceito de cor, o que não descartaria a existência de racismo, também pode ser considerada em uma análise aprofundada sobre as relações raciais no Brasil. Em conformidade com essa ideia, pode-se citar as colocações de Antônio Sérgio Guimarães (2009: 47) que afirma: “Em suma, alguém só pode ter cor e ser classificado num grupo de cor se existir uma ideologia em que a cor das pessoas tenha algum significado. Isto é, as pessoas têm cor apenas no interior de ideologias raciais”.

Apesar do racismo no Brasil se apresentar predominantemente de maneira velada, as atitudes racistas, ou seja, as discriminações, expressões flagrantes de racismo, ainda ocorrem principalmente quando as normas antirracistas não estão explícitas pelo contexto ou subentendidas pela situação (França e Monteiro, 2004). Marcus Lima e Jorge Vala (2004a: 402) diferenciam racismo de preconceito afirmando que:

O racismo repousa sobre uma crença na distinção natural entre os grupos, ou melhor, envolve uma crença naturalizadora das diferenças entre os grupos, pois se liga à ideia de que os grupos são diferentes porque possuem elementos essenciais que os fazem diferentes, ao passo que o preconceito não implica na essencialização ou naturalização das diferenças.

Em seu texto “A mediação do riso na expressão e consolidação do racismo no Brasil” Sandra Dahia (2008) analisa de que maneira o riso, a piada e o chiste estão envolvidos nas práticas de racismo. Para ela “o riso racista se tornou o substituto simbólico da renúncia da agressão e da violência aberta, utilizado para destituir os negros de importância social” (2008: 709). Sobre esse fato, Oracy Nogueira (2007: 296) afirma:

Meninos pretos são jocosamente chamados de “negrinho”, “urubu”, “anu” etc., quer por seus próprios companheiros de brinquedos, quer por outras crianças e adultos. Ouvem, frequentemente, o gracejo de que “negro não é gente” e outros comparáveis. Em todas essas situações, sob o poder de sugestão da hilaridade, incute-se, subrepticamente, no espírito tanto das crianças brancas como das de cor, a noção de “inferioridade” do negro ou de indesejabilidade dos traços negroides [...].

Outra evidência da manifestação cotidiana do racismo no Brasil é

colocada por Jacques D'Adesky (2005: 125) quando afirma que:

A análise da relação entre espaço e poder revela, sobretudo, uma alienação que preside a desterritorialização dos negros, manifestada principalmente por um acesso diferenciado aos espaços e por uma invisibilidade latente nas representações como monumentos, estátuas, fontes ornamentais e bustos, situadas em lugares públicos.

A mídia como veículo de comunicação é um importante instrumento de reprodução de padrões sociais. No que tange ao racismo, a mídia tem contribuído para uma representação negativa da pessoa negra, promovendo, assim, a reprodução do racismo e atingindo diretamente a autoestima e autoimagem desta população (Acezedo; Nohara, 2008. Araújo, 2008).

Bell Hooks é enfática ao afirmar que: “As representações globais das negras nos meios de comunicação de massa contemporâneos continuam a nos identificar como mais sexuais, como aberrações primitivas, descontroladas” (1995: 469). Apresentando a desigualdade racial no âmbito das telenovelas Joel Zito Araújo (2008: 982) afirma que:

A telenovela, assim, ao não dar visibilidade à verdadeira composição racial do país, compactua conservadoramente com o uso da mestiçagem como escudo para evitar o reconhecimento da importância da população negra na história e na vida cultural brasileira. Pactua com um imaginário de servidão e de inferioridade do negro na sociedade brasileira, participando assim de um massacre contra aquilo que deveria ser visto como o nosso maior patrimônio cultural diante de um mundo dividido por sectarismos e guerras étnicas e religiosas, o orgulho de nossa multiracialidade.

Também Jacques D'Adesky (2005: 88) observa que “teoricamente voltadas para um público abstrato e indiferenciado, os programas de televisão também servem para difundir valores e padrões de vida”. Sobre essa questão são pertinentes as colocações de Vieira Júnior (2000: 147) que afirma que:

no Brasil a grande mídia, em todas as suas espécies, desconsidera a existência da população negra ou veicula sua imagem de forma estereotipada, ridicularizada, folclorizada, sendo extremamente nociva a construção da autoimagem da criança e do jovem negro.

Jacques D'Adesky (2005: 88) ainda afirma que “[...] a mídia tem papel não negligenciável na produção da identidade, na medida em que é o vetor de informações e de imagens que podem ser valorizadas ou manipuladas segundo os interesses em jogo”. Também a esse respeito Bell Hooks é enfática ao reforçar que:

Juntos racismo e sexismo nos recalcam diariamente pelos meios de comunicação. Todos os tipos de publicidade e cenas cotidianas nos aferem a condição de que não seremos bonitas e atraentes se não mudarmos a nós mesmas, especialmente o nosso cabelo. Não podemos nos resignar se sabemos que a supremacia branca informa e trata de sabotar nossos esforços por construir uma individualidade e uma identidade (2005: 07).

Jacques D' Adesky chama a atenção para a baixa representação de negros e a ausência deles em papéis importantes na televisão. Ao criticar a forma de seleção de atores negros para atuar em novelas brasileiras, o autor coloca que:

Tal forma de agir na seleção de atores traduz um racismo que reflete não somente a estrutura de desigualdade racial da sociedade brasileira, mas reforça também a primazia dos grupos que supostamente pensam encarnar o conceito de beleza, o ideal estético, em detrimento dos grupos depreciados (2005:90).

Joel Zito Araújo (2008: 921) complementa a citação anterior afirmando que:

[...] a pior armadilha para os atores negros tem sido a manifesta opção por profissionais brancos para representar a beleza ideal do brasileiro ou, até mesmo, o típico brasileiro comum - uma estética produzida pela persistência da ideologia do branqueamento em nossa cultura, um discurso construído no século XIX que é revivido no dia-a-dia de nossas telinhas através da exclusiva escolha de louras como apresentadoras ideais dos programas infantis e de modelos brancos para os papéis de galãs e mocinhas.

Uma alternativa aos meios de comunicação de massa seriam os meios de comunicação alternativos que, na opinião de Jacques D' Adesky (2005: 117), favoreceriam, “no nível das comunidades, o acesso de um número maior de pessoas à informação local, tornando possível, especialmente para a população negra, a projeção de uma imagem digna, não distorcida”.

Também cabe reconhecer que houve progressos nos últimos anos. De acordo com Sueli Carneiro (2002: 210): “Cresceu a participação dos negros nos meios de comunicação e a consciência da exclusão da imagem negra nesses veículos”.

No artigo “Interpretações sobre os retratos dos afrodescendentes na Mídia de Massa” Claudia Acevedo e Jouliana Nohara (2008) apresentam uma pesquisa que trata da representação do ser negro pelo outro. Nos resultados encontrou-se pouca representação, com retratos estigmatizados e uma desvalorização de negro

enquanto consumidor, apesar de já serem observadas algumas mudanças. Assim, por exemplo, em relação aos sentimentos frente à interpretação dos retratos de negros na mídia, os sujeitos da pesquisa supracitada se referiram à revolta, indignação, tristeza, contrariedade, incômodo, desprestígio, exclusão, constrangimento, vergonha, magoa e rancor (Acevedo; Nohara, 2008).

Também não se pode ignorar o papel da mídia no processo de socialização e de construção de identidade devido a sua larga abrangência e à influência sobre a sociedade. Ressalte-se que é justamente no processo de socialização durante a infância que o racismo pode e comumente é assimilado. Eliana Oliveira (2006: 17) entende que: “A socialização corresponde a um conjunto de mecanismos pelos quais os indivíduos realizam a aprendizagem das relações sociais e assimilam as normas, os valores e as crenças de uma determinada sociedade ou de uma coletividade”.

De acordo com a pesquisa realizada por Dalila França e Maria Benedita Monteiro (2004) a manifestação de comportamentos racistas em crianças não se deve à imaturidade psicobiológica. Os resultados da pesquisa sugerem que as crianças expressam o racismo diretamente, ou seja, a discriminação flagrante geralmente se dá até os oito anos de idade devido à influência dos padrões racistas disseminados em nossa cultura (França; Monteiro, 2004). Todavia, após os oito anos as crianças começam a introjetar as normas sociais antirracistas e a compreender que a discriminação racial não é politicamente correta (França; Monteiro, 2004).

Após este período as crianças geralmente passam, assim como os adultos, a expressar o racismo de maneira indireta, velada. Contudo, isso não significa que eventualmente não ocorram episódios de práticas de racismo flagrante, ainda que em menor frequência (França; Monteiro, 2004).

Já na infância surgem vários conflitos relativos às relações e às representações raciais. Nilma Lino Gomes (2008: 142) destaca que “para a criança negra, o corpo, o cabelo, a aparência e a limpeza aparecem como aprendizados que se tornam parte da subjetividade e da autoimagem”. O relato de Lucienia Martins (2013: 34) converge diretamente com essas colocações, pois ela afirma:

Compreendo que os sentimentos conflitantes quanto à minha identidade racial, com os quais convivo até hoje em algumas situações, foram produzidos nos primeiros anos de vida. Assim, entendo, de forma tácita, que os primeiros modelos para a

construção da identidade positiva estão na família e favorecem o enfrentamento das dificuldades que surgirão durante toda a vida.

A importância de pensar na infância e no processo de socialização dos sujeitos se dá pela necessidade de compreender os impactos dos mecanismos de discriminação que, segundo Antônio Sérgio Guimarães (1999), também podem ser psicológicos e individuais. Ressalte-se que na descrição deste mecanismo, o autor coloca que:

[...] consiste na criação e manutenção de um grande percentual de pessoas com baixa autoestima em grupos que apresentem algumas características somáticas ou culturais. Tal fenômeno é possível pela sistemática inferiorização destas características somáticas ou culturais e pela socialização destes valores em pessoas pertencentes a estes grupos (1999: 105).

Os relatos de discriminação e de preconceito racial vivenciados pelas crianças brasileiras no seu dia-a-dia não são ocorrências pontuais e se tratam de mais um tipo de violência ao qual estão expostas. Ronaldo Sales Júnior (2009: 57) exemplifica esse sofrimento quando relata que:

Multiplicam-se os casos de crianças negras na escola que, quando solicitadas a desenhar-se, desenham meninos ou meninas pintadas como crianças brancas (*alucinação negativa*); crianças negras que dizem, enquanto se beliscam, que é feio ser negro, pois, quando querem magoá-las, as outras crianças referem-se à sua cor; crianças negras que brincam com a toalha de banho na cabeça para imitar apresentadoras de programas infantis com seus lindos e louros cabelos; que bebem ou passam água sanitária na pele para tentar desbotar sua cor; casos de adolescentes que passam facas na pele do braço tentando esfolá-lo; o jovem surpreso diante do espelho, ao deparar com a imagem de um negro – passou tanto tempo tentando fazer os outros esquecerem que ele era negro, que acabou ele mesmo esquecendo (*anosognosiaracial*); ou homens e mulheres negros que se suicidam...

Também Antônio Sérgio Guimarães (1999: 106) ao tratar da reprodução da ideologia racista por meio de mecanismos discriminatórios psicológicos e individuais que inferiorizam o sujeito com traços racializados, afirma que: “isto ocorre tanto através da escolarização formal, quanto através das redes informais de informação de vizinhanças em pequenas comunidades”. Considerando o ambiente escolar Waléria Menezes (2003: 15) dá uma ideia dos possíveis prejuízos da discriminação racial ao declarar que:

A criança negra poderá incorporar esse discurso e sentir-se marginalizada, desvalorizada e excluída, sendo levada a falso entendimento de que não é merecedora de respeito ou dignidade,

julgando-se sem direitos e possibilidades. Esse sentimento está pautado pela mensagem transmitida às crianças de que para ser humanizado é preciso corresponder às expectativas do padrão dominante, ou seja, ser branco.

A escola tem papel fundamental na socialização das crianças e na possibilidade de combate às diversas formas de discriminação. Todavia, em relação à questão racial, não existem muitas iniciativas (Menezes, 2003). Lucienia Martins destaca (2013: 109) que “A escola, no Brasil, durante muito tempo foi um espaço onde se permitiu que práticas, linguagens e comportamentos discriminatórios fossem disseminados”. Apesar das diversas mudanças ocorridas, a desigualdade racial continua a ocorrer na escola, em todos os seus níveis. Segundo Daniele Valverde e Lauro Stocco:

O ambiente escolar, tal como microcosmo da sociedade brasileira, apresenta mecanismos racistas e sexistas que se conformam para a exclusão ou o atraso escolar dos jovens do sistema educacional desde a mais tenra idade. Estudos qualitativos identificam a ocorrência de discriminação e preconceito racial nas relações intracomunidade escolar, tanto entre pares (alunos e alunos) quanto na relação hierárquica entre professores e alunos, e mesmo da direção escolar (2009: 914).

Também se referindo à escola, Ivanilda Cardoso (2011: 1 - 2) coloca que a instituição escolar, “ao tratar todos (as) os (as) estudantes como iguais sem considerar suas diferenças históricas e culturais, acaba por reproduzir o mito da democracia racial e, conseqüentemente, o racismo”. Representativo dos sentimentos gerados por esse contexto são as colocações de Alzira Rufino (2003: 30), que questiona: “O que dizer da omissão das nossas escolas? Que expectativas os educadores têm em relação à criança e à/ao adolescente negra/o? Baixas expectativas em relação a estudantes negras/os fazem com que correspondam a isso”.

Em relação à representação do negro nos livros didáticos, Daniele Valverde e Lauro Stocco (2008) afirmam ser comum a invisibilidade do personagem negro. Contudo, chamam a atenção para o fato de que, quando há a representação, essa se dá de maneira desumanizada e exotizada. Ainda sobre a presença da ideologia no ambiente escolar esses autores acrescentam:

Ainda assim, há no Brasil uma cultura de negação da existência de práticas racistas no meio escolar que prefere atribuir o fracasso escolar de jovens e crianças negras exclusivamente à desestruturação familiar, à condição socioeconômica ou à

necessidade precoce de se inserirem no mercado de trabalho, sem considerar o peso que o pertencimento racial tem sobre suas trajetórias (Valverde; Stocco, 2008: 914).

Ao tratar das ações de combate ao racismo, Sueli Carneiro (2002: 209) argumenta:

No que tange ao livro didático, denunciou-se a sedimentação de papéis sociais subalternos protagonizados por personagens negros e a reificação de estereótipos racistas. Apontou-se em que medida essas práticas afetam a formação de crianças e adolescentes negros e brancos, destruindo a autoestima do primeiro grupo e, no segundo, cristalizando imagens negativas e inferiorizadas da pessoa negra, em ambos, empobrecendo o relacionamento humano e limitando as possibilidades exploratórias da diversidade racial, étnica e cultural.

Não se pode relacionar diretamente o fracasso escolar de crianças negras com a situação de discriminação racial nesse ambiente. Todavia não se pode também deixar de apontar que vivências desta natureza podem prejudicar essas crianças e adolescentes em certos aspectos.

Apostar na possibilidade de mudança desse quadro é o principal objetivo da Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que propõe a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Segundo Ivanilda Cardoso (2011: 03) "a Lei nº 10.639/03 e os documentos que a fundamenta diz (sic) que a escola deve combater toda forma de discriminação e possibilitar que os sujeitos nelas envolvidos construam identidades positivas".

A importância de a escola tratar da questão racial está no potencial que essa instituição possui de trabalhar essa temática de modo a contribuir com o combate ao racismo na sociedade brasileira. Ivanilda Cardoso (2011: 3), sem desconsiderar a importância de outras instituições, destaca o papel essencial da escola na construção da identidade das crianças negras e salienta que: "ao silenciar diante das discriminações, a escola comete o racismo institucional e contribui decisivamente para a manutenção de estigmas, preconceitos, etc."

O racismo tem impactos nas pessoas negras, não somente na socialização ou nos períodos de infância e de adolescência, mas em sua identidade. Sobre essa questão, Ivanilda Cardoso (2011: 3) considera que:

[...] a identidade negra, também construída na escola, não pode ser entendida como uma identidade fixa, estável e normativa, que visa padronizar todos os (as) negros (as), mas como uma construção

histórica e representada por diferentes formas pelos negros em distintas regiões do país.

O processo de construção da identidade negra pode ser permeado por sofrimentos inerentes à desvalorização social da população negra no Brasil. Segundo Junia de Vilhena (2006: 05): “A violência racista do branco é exercida, antes de tudo, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro”. Para Oliveira, Meneghel e Bernardes (2009: 267):

O racismo produz discursos que procuram normalizar as diferenças entre os sujeitos, atribuindo-lhes a responsabilidade pelas desigualdades sofridas. Dessa maneira, são veiculadas normas e prescrições para a população negra, que funcionam como máquinas de agenciamento de identidades e subjetividades homogêneas, passivas e assujeitadas.

Para D’ Adesky (2005: 40) “a identidade implica um processo constante de identificação do ‘eu’ ao redor do outro e do outro em relação ao ‘eu’”. Sobre essa questão Eliana Oliveira (2006: 88) afirma que “é mediante a representação social que se origina e se expressa a identidade, uma vez que o termo identidade quer representar uma realidade que é expressão de uma relação, pois se constitui na convivência ou no conflito com o diferente”. Ainda a mesma autora coloca que:

A identidade como fenômeno social é um elemento-chave da realidade subjetiva, pois medeia a relação dialética entre indivíduo e sociedade. Embora se constitua como realidade subjetiva, a identidade tende a ser constantemente modificada ou remodelada no processo das relações sociais, tornando-se fluida, móvel, híbrida, contraditória, instável. Os processos sociais que envolvem a formação e a conservação da identidade são condicionados pela estrutura social (2006: 87).

Para Jacques D’ Adesky (2005), embora brancos e negros compartilhem a identidade brasileira em termos de heranças culturais, é natural que o negro possa se apropriar da herança cultural da África e de sua identidade étnica como fonte primeira e fundamental de sua identidade cultural brasileira. Neste sentido, Ivanilda Cardoso (2011: 1) é enfática a afirmar que: “construir uma identidade negra numa sociedade que historicamente considera o negro como inferior, não é tarefa fácil para a população negra”.

Alzira Rufino (2003: 31) vai mais longe ao afirmar que: “a população brasileira não sabe sua cor. A pressão sofrida pela população negra, devido ao processo de desvalorização da sua raça, levou muitos afrodescendentes à alienação e à negação da sua identidade racial”. Exemplo desta desvalorização é apresentado

por Vanilda Oliveira que enuncia: “Expressões como “o lado negro”, “a coisa ficou preta”, “humor negro”, “magia negra”, entre tantas, indicam como o negro sempre esteve relacionado ao ruim” (2006: 89).

Em relação à possibilidade de perda de identidade devido à desvalorização e à homogeneização de um grupo, Jacques D’ Adesky (2005: 42) coloca que:

Da mesma forma, as perdas de identidade podem surgir no seio do grupo onde coexistem diversas culturas sustentadas pela presença de uma cultura hegemônica. Tal situação é comum em sociedades pluriétnicas onde as perdas de identidade atingem, principalmente, os grupos dominados. Tais antagonismos, geralmente acompanhado por disparidades econômicas e distorções de nível político, podem suscitar, em comunidades marginalizadas, tomadas de consciência propícia às reivindicações étnicas. A partir daí, o discurso do direito à diferença pode germinar como instrumento capaz de interpretar essa situação, de se situar em relação a ela e de agir sobre ela, mas também de denunciar o intento de uniformização e de homogeneização dos Estados-nações.

Para Ronaldo Sales Júnior (2009) a constituição ativa da identidade da pessoa negra seria uma expressão da Consciência Negra, que leva o indivíduo ao autorrespeito e à demonstração pública da negritude como algo a ser zelado e defendido historicamente. Negritude, palavra criada por Aimé Césaire, seria, nas palavras de Kabengele Munanga (1986: 42), “a personalidade negra, a consciência negra”. Trata-se de um movimento ideológico de autoafirmação centrada nas ideias de identidade, fidelidade e solidariedade (Munanga, 1986).

A partir destas reflexões concluí-se que a construção da identidade não acontece independente dos processos sociais. No caso da vivência do racismo, esta influência é potencialmente negativa tendo em vista o sofrimento inerente à experiência de discriminação racial. Alguns autores (Acevedo; Nohara, 2009. Bento, 2012. Carone 2012. Oliveira, 2006) se referem inclusive ao sentimento de inferioridade que, não sendo natural do negro, é imposto todos os dias por meio da sua desvalorização, invisibilização, estigmatização. Sobre esta questão, Eliane Oliveira (2006: 81) afirma que:

[...] ao longo de nossa história, na qual a colonização se fez presente, a escravidão e o autoritarismo contribuíram para o sentimento de inferioridade do negro brasileiro. A ideologia da degenerescência do mestiço, o ideal de branqueamento e o mito da democracia racial foram mecanismo de dominação ideológica eficazes, que permanecem ainda hoje no imaginário social, o que tem dificultado a ascensão social da população negra e mestiça.

Em relação ao racismo no Brasil e à construção da identidade, um aspecto fundamental de se considerar é a pressão social em torno do embranquecimento, presente desde o processo de formação da nação brasileira. Vanilda Oliveira (2006: 76) chama a atenção para o fato de que:

Tão importante quanto a constatação de que assumimos identidades é a de que podemos ou não assumi-las, fazê-lo subalterna ou subversivamente e, mais do que isso, assumi-las somente em contextos particulares, para pessoas específicas.

As explicações formuladas por Antônio Sérgio Guimarães (2009: 53) sobre a ênfase no embranquecimento é de que:

A ideia de “embranquecimento” foi elaborada por um orgulho nacional ferido, assaltado por dúvidas e desconfianças a respeito do seu gênio industrial, econômico e civilizatório. Foi, antes de tudo, uma maneira de racionalizar os sentimentos de inferioridade racial e cultural instigados pelo racismo científico e pelo determinismo geográfico.

Segundo Jurema Werneck (2005: 03): “No início do século XX no Brasil, negras e negros eram vistos como elementos indesejáveis, corruptores da imagem e da honra nacionais, fatores impeditivos do desejo de modernização da sociedade, ameaças à branquitude nacional”. Nas palavras de Antônio Sérgio Guimarães (2009: 52): “se é verdade que cada racismo tem uma história particular, a ideia de ‘embranquecimento’ é, com certeza, aquela que especifica o nosso pensamento racial”.

Franz Fanon (2008) apresenta o desejo de branqueamento do negro como uma necessidade colocada pelo imperativo de adequação a uma cultura e a uma sociedade que não valorizam o negro. O autor não dissocia esse fenômeno do contexto de colonização ao qual o negro está inserido, pois, na verdade, “o negro que quer embranquecer a raça é tão infeliz quanto aquele que prega o ódio ao branco” (2008: 26) e ainda:

Compreendemos agora porque o negro não pode se satisfazer no seu isolamento. Para ele só existe uma porta de saída, que dá no mundo branco. Onde a preocupação permanente em atrair a atenção do branco, esse desejo de ser poderoso como o branco, essa vontade determinada de adquirir as propriedades de revestimento, isto é, a parte do ser e do ter que entra na constituição de um ego (Fanon, 2008: 60).

Sobre essa questão são pertinentes as colocações de Marcus Lima e

Jorge Vala (2004b: 03) que apresentam a seguinte constatação: “De fato, o racismo no Brasil manifesta-se, entre outros aspectos, pelo branqueamento dos indivíduos que fazem sucesso e o enegrecimento ou empardecimento dos que fracassam”. Também Vanilda Oliveira (2006: 19) afirma que: “A ideologia do branqueamento age de uma forma que, no Brasil, milhares de negros são levados a assimilar os valores e a cultura do grupo branco como legítimos”. Sandra Dahia (2008: 701) destaca ainda o papel da miscigenação nesse processo, segundo ela:

O mestiço é forjado, dessa forma, tanto como uma solução teórica para enfrentar o embaraço derivado de uma tentativa de construção de uma identidade nacional diante da disparidade racial vigente no Brasil, quanto como possibilidade concreta de branqueamento progressivo da população.

De acordo com Vanilda Oliveira (2006: 78):

Como resultado do racismo, dos ideais de miscigenação e embranquecimento, não apenas tem feito sentido perguntar se alguém é ou não negra/o como também é recorrente a tentativa de negação da negritude, própria ou de outra pessoa, mesmo quando as marcas corporais são muito visíveis. As imagens do mestiço e dos morenos, com diferentes graus de morenidade, evidenciam isso.

A esse respeito Kabengele Munanga (1986: 32) chama a atenção para o fato de que o “esforço para alcançar o branco exigia total autorrejeição”. Também em relação a esse aspecto Junia de Vilhena (2006: 5) considera que:

[...] para o sujeito negro oprimido, os indivíduos brancos, diferentes em suas realidades psíquicas, econômicas e sociais assumem um caráter universal onde somente a "brancura" é percebida e mitificada. A interiorização de tais ideais pode, e frequentemente leva, como veremos a seguir, à alienação e à negação da própria natureza humana, oferecendo como única “salvação” o embranquecimento físico e/ou cultural.

Partindo do pressuposto de que o preconceito racial não é um fato isolado, pode-se considerar que o *status* e a classe são elementos que se encontram intimamente ligados entre si. Isso permite que o dinheiro e (ou) a educação embranqueçam o sujeito negro no Brasil (Guimarães, 2009). Em relação ao branqueamento, Lélia Gonzalez (1988: 136) assinala:

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica

mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada por cientistas brasileiros⁶.

Sobre os resultados das entrevistas da pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo (USP) intitulada “A força psicológica do legado social do branqueamento - Um estudo sobre negritude em São Paulo de 1992 a 1996”, Iray Carone (2012) coloca as percepções de entrevistados negros que não participavam do movimento negro. Dentre elas destaca-se a constatação de que “os sujeitos mostraram dificuldades e ambiguidades na definição de sua identidade étnica, quer pela ‘vergonha’ de sua própria aparência, quer pela preferência por relacionamentos afetivos por brancos” (Carone, 2012: 20). Este resultado é compatível com as colocações de Maria Aparecida Bento (2012: 26 - 27) quando afirma que:

Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais.

No enfrentamento a essa realidade de desigualdade racial existem diversas mobilizações em prol dos direitos das pessoas negras. Classificam-se como parte do movimento negro todas as organizações que lutam contra o racismo. Ressalta-se que a defesa da igualdade racial é a defesa da dignidade das pessoas negras e, portanto também uma reivindicação por direitos humanos.

2.4 Antirracismo e Direitos Humanos

A luta contra o racismo no Brasil (ou antirracismo) tem sido uma pauta do movimento negro desde sempre. Todavia essa mobilização enfrenta diversos obstáculos, muitos são resultado do imaginário criado a partir do mito da democracia racial. Sobre essa questão, Ronaldo Sales Júnior (2009: 174) afirma que:

⁶ Livre tradução da autora de: *El racismo latinoamericano es suficientemente sofisticado para mantener negros e indios en la condición de segmentos subordinados en el interior de las clases más explotadas, gracias a su forma ideológica más eficaz: la ideología del blanqueamiento, tan bien analizada por científicos brasileños* (Id. Ibid).

Aqueles processos, segundo o funcionamento dos mecanismos do “Mito da Democracia Racial”, dificultam bastante a imputação de racismo e a responsabilização de sujeitos ou agentes coletivos, haja vista o racismo ser entendido como um problema de preconceito pessoal, idiossincrático e subjetivo, porém que sempre é atribuído na “terceira pessoa”: o racismo nunca é meu, sempre de outrem.

A luta contra o racismo tem mobilizado diversos setores da sociedade, dentre eles a academia, onde diversos estudiosos têm marcado posição sobre o tema. Todavia, essa luta, também conhecida como antirracismo, possui ainda múltiplas concepções.

Em relação a essa questão é interessante retomar a diferenciação do antirracismo que, para Sergio Costa (2006), seria em igualitarista e integracionista. Nas palavras desse autor: “Trata-se, portanto, no primeiro caso de uma defesa irrestrita do princípio da igualdade, no segundo caso, da atribuição de um valor inegociável à particularidade cultural, destacando-se o poder da cultura para proporcionar a inclusão” (Costa, 2006: 196). Em todo o caso, a luta contra o racismo ou antirracista tem por objetivo lutar pela dignidade da população negra no Brasil.

O racismo atinge a dignidade da pessoa negra de diversas maneiras, dentre elas por meio dos insultos raciais. A respeito destes insultos, Antônio Sérgio Guimarães (2000: 38) destaca que: “Como instrumentos de humilhação, sua eficácia reside justamente em demarcar o afastamento do insultador em relação ao insultado, remetendo-o ao terreno da pobreza, da anomia social, da sujeira e da animalidade”. Também sobre essa questão Ronaldo Sales Júnior (2009: 150) acrescenta que: “A experiência traumática da discriminação racial pode vir acompanhada de sentimentos que venham a revelar ao indivíduo que o respeito social e a dignidade pessoal lhe são socialmente recusados”.

A importância dos direitos humanos para a luta antirracista está na premissa de que a defesa dos direitos humanos pressupõe o combate ao racismo e a todas as formas de discriminação e preconceito no mundo. Assim, os avanços conquistados nas últimas décadas são frutos do movimento negro e também de instituições de direitos humanos que se mobilizam em torno desta questão. Destacando-se que o movimento negro não deixa de ser um movimento em prol dos direitos humanos. No entender de Sergio Costa (2006: 42):

No contexto das sociedades coloniais e escravocratas, a história de formulação dos direitos humanos precisou ser reescrita e liberta de seu etnocentrismo para que tais direitos pudessem funcionar, efetivamente, como instrumento ideológico para forçar a inclusão política e social de grande parte de suas populações.

Apesar dessas considerações, não se pode deixar de destacar que, na discussão acadêmica e nos órgãos oficiais de direitos humanos do Brasil, a questão racial é um tema marginal e, muitas vezes, não é considerada relevante a cor/raça da pessoa que tem seus direitos violados nas diversas circunstâncias. É a partir destas considerações que a questão de Alzira Rufino (2003: 29) faz todo o sentido, qual seja:

Como falar de direitos humanos no Brasil sem apontar o holocausto de uma raça, por séculos sequestrada, torturada, humilhada, dizimada, não em campos de concentração mas, ontem e hoje, sob cotidianos olhares. Fomos os primeiros sexagenários colocados na rua, as primeiras crianças de rua e, na virada do milênio, ainda temos nossa cor associada à marginalidade, ao banditismo.

A promoção aos direitos humanos no Brasil não trata da questão racial com a importância que o tema necessita e pouco considera a transversalidade da questão racial nas violações de direitos humanos no Brasil. Em geral, o quesito racial aparece quando, ao se fazer o levantamento estatístico das populações vulneráveis, identifica-se que são em sua maioria negros. Exemplo disso é que no último levantamento feito pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), sobre população em situação de rua no Brasil, constatou-se que 67% era de pessoas negras (Brasil, 2014). Segundo Ivair Santos (2012: 197):

O silêncio, medo, a indiferença, insensibilidade e o isolamento marcam profundamente a maneira como o Brasil – em especial os defensores de Direitos Humanos e aqueles que formulam as políticas públicas – lida com as desigualdades raciais.

Para Almir Junior e Verônica Lima (2013), em um país que dá tanto destaque aos Direitos Humanos, a população negra ainda se encontra longe das condições minimamente aceitáveis de dignidade humana, sendo os altos índices de homicídios de jovens negros o calcanhar de Aquiles dos Direitos Humanos no Brasil. Muito ainda tem-se que avançar na garantia dos direitos humanos da população negra brasileira. Comprovando essa afirmação, em relação à saúde, Sonia Beatriz dos Santos (2009: 280) expõe:

Na maioria das vezes, a população negra tem experienciado situações traumáticas e de profundo desrespeito aos direitos humanos nos serviços de saúde; e confrontado historicamente e cotidianamente o racismo institucional (bem como o sexismo, o heterossexismo).

No que tange às discussões relativas aos direitos humanos, o conceito de dignidade humana merece atenção especial. Pode-se dizer que esse conceito “aponta para a necessidade do desenvolvimento de uma consciência social sobre a irreduzibilidade do ser humano, de seus valores e outros atributos éticos; sobre a indivisibilidade dos seus direitos, de suas necessidades e expectativas” (Lopes; Werneck, 2009: 17 -18).

É possível afirmar que a luta antirracista é uma luta pela dignidade das mulheres e dos homens negros, uma vez que uma das facetas do racismo é a desumanização do sujeito negro e a sua inferiorização perante a sociedade. Segundo Jacques D’Adesky (2005: 162) “o Movimento Negro, enquanto ator social mostra que o reconhecimento que o negro deseja é o de sua dignidade, bem como o do grupo em que ele investiu essa dignidade”. Fernanda Lopes e Jurema Werneck (2009) também concordam que o sentido de dignidade é uma das perspectivas que norteia a luta do povo negro no Brasil. Para elas este termo compreende:

[...] um valor variável que reúne aquilo que diferentes grupos e indivíduos reconhecem como patamares mínimos de conforto cotidiano, que implica aspectos da vida material e psicossocial, não excluindo questões políticas, culturais e da relação com o sagrado (2009: 17).

Para Ronaldo Sales Júnior (2009: 148) “a ‘dignidade’ e a ‘honra’, ou o ‘status’ de uma pessoa ou grupo refere-se à medida de estima social que é concedida conforme uma hierarquia social de valores no interior de uma tradição cultural de uma comunidade”. De acordo com Fernanda Lopes e Jurema Werneck (2009: 17), o sentido de dignidade: “amplia as construções acerca dos direitos humanos, agrega aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, convoca as sociedades a reconhecer demandas pela efetivação de direitos que se realizam tanto individual quanto coletivamente”.

Segundo a ótica de Jacques D’ Adesky (2005: 156 – 157), a busca por dignidade remete a dois níveis de patamares, quais sejam:

O primeiro é o reconhecimento da dignidade própria a todo ser humano, que se confunde, em nível individual, com a dignidade do cidadão. O segundo é o reconhecimento da dignidade de grupo, que passa pelo reconhecimento da igualdade de valor da cultura afro-brasileira diante da cultura ocidental e pela valorização da história da luta do negro. É o nível coletivo.

Em relação às ações desenvolvidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), merece destaque a já mencionada Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas realizada em 2001 em Durban, na África do Sul. A Conferência de Durban teve como slogan "Unidos para combater o Racismo: Igualdade, Justiça e Dignidade" e foi conectada à agenda "2001 - Ano Internacional de Mobilização contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância" (Ribeiro, 2008: 995-996). De acordo com Sergio Costa (2006: 150):

Para a política interna brasileira, a Conferência da ONU contra o racismo de 2001 representa um importante ponto de inflexão, já que, pela primeira vez, ocorreu um debate de amplitude nacional sobre o racismo, apresentando-se novos dados e argumentos que comprovam, de forma irrefutável, a discriminação contra os afrodescendentes.

Na discussão sobre as estratégias e políticas que promovam a equidade racial no Brasil, não dá para esquecer as cotas, assunto tão atual quanto polêmico. Em relação a essa questão, Vanilda Oliveira afirmou:

Aliás, foi a discussão de políticas afirmativas que acirrou os debates sobre raça no Brasil, porque, pela primeira vez, pessoas teriam algum tipo de ganho por se identificarem como negras, o que, até então, não representava socialmente nenhuma vantagem (2006: 97).

Nesse campo é interessante a colocação de Alzira Rufino (2003: 37) de que os desafios colocados pelas ações afirmativas são: "chamar os discriminadores à responsabilidade e formatar o sistema para a igualdade de oportunidades". Para Sergio Costa (2006: 195):

Se a presença do racismo não é mais contestada por nenhum setor representativo no espaço público brasileiro, os meios para combatê-lo são, contudo, objeto de uma intensa e rica controvérsia, não só nos meios acadêmicos, mas também na política contemporânea, no Brasil, e mesmo dentro dos movimentos sociais.

O movimento negro tem trabalhado na defesa das ações afirmativas e de quaisquer outras políticas de promoção da igualdade racial. Trata-se da resistência dos negros na luta contra o racismo. A resistência é um movimento comum a

contextos de opressão. As reações podem ser diversas e, segundo Ronaldo Sales Júnior (2009), nem todas podem ser consideradas como uma atitude afirmativa de identidade, de autodeterminação ou de emancipação. São os casos das ações despolitizadas, que apesar de ser uma queixa contra o racismo, não chegam a questionar a estrutura social que produz a discriminação (Sales Junior, 2009).

O contrário destas ações seriam as ações motivadas pela consciência negra que, para Ronaldo Sales Júnior (2009), são um aspecto essencial ao se falar da mobilização da população negra. Em suas considerações acerca da consciência negra, ele afirma que ela “não é, simplesmente, negação ou combate ao racismo, mas afirmação e comemoração (aumento da potência de agir) daquilo mesmo que é negado ou depreciado pelo racismo” (Sales Júnior 2009: 151).

Grande expressão desta mobilização é o movimento negro, que tem reivindicado os direitos da população negra e conseguido avanços há muitas décadas. A aprovação da Lei nº 10. 639, de 09 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", é um exemplo, pois como afirma Ivanilda Cardoso (2011: 3) “o movimento negro pós-abolição, desde 1931 vem lutando por uma educação em que, a história e cultura afro-brasileira e africana fossem desmistificadas e valorizadas”.

Para Vanilda Oliveira (2006: 21), “O que o movimento negro faz é procurar denunciar e corrigir as desigualdades, mesmo em condições restritivas e muito repressivas, que incluem a coerção física, a censura pública e acusações de racismo”.

Apesar de reconhecer todas as conquistas que o movimento negro alcançou, Sueli Carneiro (2002) faz uma crítica contundente em que afirma que o movimento negro carece de estratégia e de organização política para se expandir e se potencializar frente à neodemocracia racial. Essa neodemocracia racial atenderia aos interesses de evitar a mudança social evitando explicitar os conflitos raciais e, além disso, fazer da cidadania do negro o poder de consumo acessível somente à classe média negra (Carneiro, 2002).

Sobre a resistência da população negra ao racismo, é necessário dizer que essas mulheres, homens e crianças resistiram através dos séculos como puderam e que sua luta continua, por sobrevivência, por dignidade e por respeito.

Representativo dessas considerações é o relato de Jurema Werneck (2003: 45 – 46): “Nosso orgulho é ter sobrevivido, a despeito do que nos foi – e tem sido – imposto. Nosso orgulho é possuir o que não nos foi dado nunca. É continuar”.

O contexto social do mundo globalizado deixa poucas opções para as pessoas que são chamadas de minoria. “Assim, cada um está sendo provocado a opinar, a agir como um, como si mesmo. Mas também como grupo, como gênero, como raça, orientação sexual e demais diversidades. Como humanidade” (Werneck, 2003: 47). Sendo assim, essa é uma batalha de todos.

3. RACISMO E MULHERES NEGRAS: ALGUNS APONTAMENTOS.

“Eu, Mulher Negra, Resisto!”
Poema de Alzira Rufino

Os sujeitos se inserem na sociedade de maneira a influenciar e serem influenciados pelos diferentes fenômenos e fatos. Os processos sociais estão em constante interação formando a complexidade das relações sociais, sendo assim, uma mesma pessoa conjuga inúmeras questões sociais, psicológicas, biológicas e históricas.

Entende-se a desigualdade racial como um fenômeno que ocorre não somente concomitantemente a outros, mas também em interação com outros. Partindo desse princípio é que a questão das mulheres negras emerge.

Sobre as abordagens a essa temática, Lucienia Martins (2013: 62) destaca que: “entrar em contato com a literatura que contempla questões envoltas à mulher afrodescendente é um grande desafio, pela escassez de produções existentes e pela complexidade que a referida temática exige”.

Pretende-se nessa parte do texto apresentar alguns elementos que compõe a condição de vulnerabilidade e a mobilização das mulheres negras sempre pensando na interação dos elementos que o compõe, apesar da separação didática. É importante fazer essa ressalva inicial para explicar o entendimento de que para se pensar qualquer aspecto referente as mulheres negras, não é possível isolar nenhum dos fatores que o compõe (Lopes e Werneck, 2009).

3.1 A interseccionalidade

Entre os múltiplos processos e fenômenos que operam no cotidiano dessas mulheres, a conjugação da desigualdade racial com a desigualdade de gênero potencializa situações de vulnerabilidade. Tratando da construção da identidade Ivanilda Cardoso (2011: 01) afirma:

Quando se trata da identidade étnico/racial da mulher negra, essa construção se torna mais complexa, por estar inserida numa sociedade machista e racista na qual o ideal de beleza está pautado no padrão branco. As meninas negras brasileiras trazem em sua história de vida os traumas das discriminações raciais, geralmente direcionadas ao tipo de cabelo, a cor da pele.

Trazendo a questão da desigualdade geracional ou adultocentrismo, Julia Zanetti e Monica Sacramento (2009: 33) discutem essa questão e assinalam:

“Construir uma identidade positiva é um desafio enfrentado pelas jovens negras em nosso país. Desde muito cedo, nossa sociedade as ensina que para serem aceitas é preciso negar-se e/ou submeter-se a modelos adultos, ocidentais e masculinos”.

No cotidiano das mulheres negras, verifica-se a especificidade da desvalorização da raça associada à desvalorização de gênero. Essas discriminações são parte dos elementos que sustentam um sistema de exploração colonial. “Muitas mulheres afrodescendentes diariamente se defrontam com adversidades ligadas a esse contexto de discriminação, preconceito e racismo, por isso, precisam buscar recursos internos e externos para superá-los ou transformá-los” (Martins, 2013: 35).

Em pesquisa com mulheres negras que denunciaram situações de discriminação racial e foram atendidas pelo Programa SOS Racismo, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Maria Luiza Oliveira, Stela Meneghel e Jefferson Bernardes (2009) apresentam como um de seus resultados o quanto as discriminações de gênero e de raça se potencializam nas práticas cotidianas. Destacando a falta de apoio dos maridos, brancos ou negros, em denunciar discriminações sofridas. Ao falar do grupo constituído de mulheres negras para a pesquisa eles afirmam que: “A construção partilhada no grupo dispositivo possibilitou às mulheres identificarem o discurso que encobre o racismo, encararem sua existência, perceberem os efeitos que gera e legitimarem a necessidade de justiça” (Oliveira; Meneghel; Bernardes, 2009: 270).

Os resultados da pesquisa realizada pelos autores supracitados apontam para a potencialização das discriminações de raça e de gênero nas práticas cotidianas, o desejo de reparação das vítimas de discriminação racial e, a necessidade de mobilização antirracista. Além disso, também há referências identitárias autônomas, embora estejam presentes no repertório de identidade racial das mulheres negras, assujeitamento e submissão e o fato de que muitas mulheres negras não reconhecem o racismo (Oliveira; Meneghel; Bernardes, 2009).

É mediante essas constatações que o conceito de interseccionalidade pode ser utilizado para caracterizar a complexidade dessas vulnerabilidades. Segundo Fernanda Lopes e Jurema Werneck (2009) esse conceito foi proposto pela

intelectual negra norte americana Kimberlé Crenshaw, no fim da década de 1980, como instrumento de análise para se pensar a situação das mulheres negras.

Segundo a própria Kimberlé Crenshaw (2002: 177) a interseccionalidade “trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras”.

Para Claudia Cardoso (2012: 333), “o entendimento da intersecção entre os diversos sistemas de dominação (racismo, sexismo, classismo, heterossexismo) é a base conceitual da teoria feminista negra”. Patrícia Hill Collins (2012: 101) também concorda com a relação entre feminismo negro e a ideia de interseccionalidade, pois, em um de seus textos, coloca: “Enquanto persistir a subordinação das mulheres negras dentro das opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade e nação, o feminismo negro seguirá sendo necessário como resposta ativista a essa opressão”⁷.

Em relação ao conceito interseccionalidade, Isabelle Pereira (2006: 31) explica que “trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do empoderamento”. Todavia, o princípio da interseccionalidade nem sempre é considerado nas análises sobre as desigualdades experimentadas por segmentos vulneráveis. A subordinação interseccional assim como diferentes situações de opressão pode ser invisibilizada ou naturalizada. Isso pode acontecer porque:

[...] a subordinação interseccional é frequentemente obscurecida tanto porque tende a atingir aqueles que são marginais mesmo dentro de grupos subordinados, como pelo fato de que os paradigmas existentes não preveem de forma consistente esse tipo de discriminação (Crenshaw, 2002: 182).

A ideia de conjugação de opressões pode se encontrar expressa em outros termos ou ainda que se tenha considerado as opressões em separado, sem

⁷ Livre tradução de: “*Mientras persista la subordinación de las mujeres negras dentro de las opresiones interseccionales de raza, clase, género, sexualidad y nación, el feminismo negro seguirá siendo necesario como respuesta activista a esa opresión*” (Id. Ibid).

apresentar as intercorrências na análise. Essas colocações são convergentes com as de Kimberlé Crenshaw (2002: 177) que assinala: “A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação”.

Na apresentação do Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, (Marcondes, 2013) é citada a importância de se analisar os dados a partir de uma ótica interseccional. Ressalta-se também que: “A utilização do conceito de interseccionalidade permite dar visibilidade às diferenças – desigualdades e privilégios – entre grupos populacionais e no interior das diferentes populações” (Lopes e Werneck, 2009: 18). Segundo a ótica de Kimberlé Crenshaw (2002: 178):

[...] o problema interseccional não está simplesmente no fato de não abordar um único tipo de discriminação de forma completa, mas no fato de que uma gama de violações de direitos humanos fica obscurecida quando não se consideram as vulnerabilidades interseccionais de mulheres marginalizadas e, ocasionalmente, também de homens marginalizados.

Deve-se ressaltar que as mulheres estão sujeitas a muitas discriminações e sendo assim a muitas combinações possíveis de opressões que atingem diferentemente diversos desses segmentos. Na análise desses processos é importante não pensar as discriminações separadamente e nem desconsiderar a maneira como estas interagem, pois apesar de não ter como individualizá-las é possível perceber quais se sobrepõe e comprometem mais diretamente o exercício da autonomia e a garantia de direitos das mulheres.

3.2 Contexto das mulheres negras

Apresentar o contexto atual das mulheres negras no Brasil exige recorrer aos dados estatísticos mais recentes, que apresentam informações que confirmam a subordinação interseccional que esse segmento populacional está sujeito.

Os dados do *Dossiê Mulheres Negras* (Marcondes, 2013), informam que a população feminina no Brasil em 2009 era composta por 50% de mulheres negras e 49,3% de mulheres brancas. Desse contingente, a maioria se encontra nas regiões Norte com (74,7%) e Nordeste com (69,9). No Centro-Oeste a porcentagem de negras é de 56,7%. Comparando, mulheres negras possuem o contingente maior de

jovens (negras com idade até 24 anos somam 42,6% contra 37,1% das brancas) 39 anos correspondem a 26,2% e brancas a 32,3%) enquanto as brancas possuem um contingente maior de idosas (negras com idade acima de 39 anos correspondem a 26,2% e brancas a 32,3%). Isso se daria pelo fato da expectativa de vida das mulheres negras serem inferiores a das brancas. Além disso, a pesquisa também indica que enquanto a maioria das famílias era chefiada por mulheres brancas em 1995 (54,4%), em 2009, a maioria torna-se chefiada por mulheres negras (51,1%).

Para além do que as estatísticas apresentam, as mulheres negras estão sujeitas a situações de vulnerabilidade engendradas historicamente. Tratando das adversidades enfrentadas pelas mulheres negras, Sonia Beatriz dos Santos (2009: 278) ressalta que: “A história nos revela que desde a escravidão, o Brasil tem violado o direito das mulheres negras utilizando-se da exploração de seu trabalho e da apropriação de seus corpos para a exploração sexual e reprodutiva”.

No Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero, ocorrido em Durban, África do Sul, nos dias 27 e 28 de agosto 2001, Sueli Carneiro (2003, 49) aborda essa questão afirmando:

[...] no Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências.

A imagem da mulher negra ainda se encontra extremamente estereotipada. No que se refere a essa questão, Eliana Oliveira (2006: 37) coloca que a mulher negra “é representada, na maioria das vezes, por estereótipos, conceitos, como os de escrava, doméstica, lavadeira e outros, que legitimam o conceito de inferioridade e desqualificam a mulher negra”. E Para Alzira Rufino (2003: 33-34) “[...] a mulher negra continua associada às funções que ela desempenhava na sociedade colonial e imediatamente após a abolição”.

Essa imagem também é constantemente desvalorizada. Diversos estereótipos e representações inferiorizam a mulher negra, mas, ao serem associados à cultura popular, são defendidos como parte dessa cultura, em uma defesa da sua cristalização. Além de Bell Hooks (1995: 469) identificar a propagação

da mulher negra como “símbolo sexual” ela também chama atenção para outro estereotipo também muito comum:

Do outro lado das representações das negras como selvagens sexuais desqualificadas e/ou prostitutas, há o estereotipo da “mãe preta”. Mais uma vez, essa imagem registra a presença feminina negra como significada pelo corpo, neste caso a construção de mulher como mãe, “peito”, amamentando e sustentando a vida de outros.

As mulheres negras em situação de vulnerabilidade estão diariamente sujeitas a diversos tipos de violência. De acordo com Kimberlé Crenshaw (2002: 177): “Os exemplos mais conhecidos de opressão interseccional são geralmente os mais trágicos: a violência contra as mulheres baseada na raça ou na etnia”. Sobre essa questão Sonia Beatriz dos Santos (2009: 279) coloca que:

Práticas discriminatórias como sexismo, racismo, lesbofobia, intolerância religiosa e violência sexual e psicológica podem ser identificadas num contexto mais amplo como situações que fazem parte do cotidiano de trabalho das mulheres negras brasileiras.

No que se refere à violência perpetrada por homens, brancos e negros, contra as mulheres negras, destacando a impunidade dos agressores, Alzira Rufino (2003: 34) é enfática afirma que: “as mulheres negras brasileiras estão sob fogo cruzado de diversos tipos de violência doméstica, sexual e racial, violência e discriminação agravadas pela grave exclusão econômica”.

Falando da realidade norte americana, Kimberlé Crenshaw (2002: 178) destaca:

A propaganda contra as mulheres pobres e racializadas pode não apenas torná-las alvo da violência sexual, mas também pode contribuir para a tendência, já demonstrada, de duvidar da honestidade das que procuram pela proteção das autoridades.

Em relação à violência urbana, é preciso dar ênfase ao alto índice de homicídios de jovens negros. Apesar das vítimas serem em sua maioria homens, essa realidade atinge diretamente as mulheres negras, pois esses jovens que estão morrendo violentamente todos os dias são filhos, irmãos ou parentes de mulheres negras. Além disso, é preciso considerar que a periferia das zonas urbanas tem maioria populacional de negros, sendo nesses locais onde os homicídios ocorrem e onde os jovens assassinados têm seus vínculos comunitários e familiares. Assim, é possível considerar que a maioria desses jovens é de comunidades pobres, da

periferia, local onde a maioria da população é negra. Para Ana Maria Felipe (2009: 25) as mulheres são muito mais afetadas pela violência urbana, além de serem concomitantemente afetadas por oscilações econômicas, surtos de doenças entre outros problemas.

A violência doméstica contra as mulheres também é uma problemática a ser enfrentada. Ainda que a maioria das vítimas de homicídios sejam homens, não se pode ignorar a realidade das mulheres que também é grave, sendo que no caso delas, entre os principais autores do crime há o companheiro ou o ex. De acordo com o Mapa da Violência de 2012 (Waiselfisz, 2012), dos mais de 100 mil atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS) para mulheres que sofreram violência, 44,2% eram casos de violência física. Os agressores costumam serem os pais durante a infância, os companheiros na idade adulta e os filhos quando idosa.

Em relação à violência sexual, é importante destacar a interseccionalidade do adultocentrismo ou desigualdade geracional, uma vez que a maioria das vítimas são mulheres ainda na fase da infância ou da adolescência. No ano de 2011, mais de 13 mil mulheres/meninas sofreram violência sexual, destacando que esse número se refere somente as que chegaram a ser atendidas pelo SUS e relataram a violência, conforme o Mapa da Violência (Waiselfisz, 2012).

No caso da sexualidade das mulheres negras, o cruzamento de raça e de gênero deu origem à classificação de um modo particular de diferença que visa posicionar essas mulheres num lugar de subalternidade, exotismo e opressão. (Oliveira, 2006: 67) A ocorrência de violação dos direitos reprodutivos das mulheres negras é retomada por Sonia Beatriz dos Santos (2009: 278) no breve histórico no qual explicita que:

[...] nos séculos XVII, XVIII e XIX, observamos o investimento maciço na gravidez forçada das mulheres negras com fins a garantir o mercado de escravos, bem como o aparato escravocrata; no século XX, estas tornaram-se objeto do controle de natalidade, passando pela esterilização em massa e servindo de cobaias para projetos contraceptivos experimentais como o Norplan, em prol do desenvolvimento econômico, situação que perdura até os dias atuais. E, por fim, as mulheres negras têm sido, desde o século XX até as recentes décadas do século XXI, largamente exploradas como objeto de consumo do turismo internacional sexual brasileiro e da rota de tráfico sexual e de seres humanos.

Em relação aos relacionamentos entre mulheres e homens negros, são bastante pertinentes as constatações de Bell Hooks (2005) sobre a influência do

cabelo nos relacionamentos de mulheres negras americanas. Em sua pesquisa, as mulheres responderam que os homens negros são mais favoráveis ao cabelo liso de forma que muitas homossexuais não alisam o cabelo por considerar esse gesto vinculado à heterossexualidade e à necessidade de aprovação do macho.

Em grande parte do livro “Peles Negras, Máscaras Brancas”, Fanon (2008) se refere à experiência do homem negro, até por essa ser essa sua realidade. Contudo, ele dedica parte do texto para analisar o contexto afetivo-sexual das mulheres. No segundo capítulo, intitulado “A mulher de cor e o branco” o autor trata da questão dos relacionamentos de mulheres negras com homens brancos utilizando para tal, passagens de dois romances, um autobiográfico de Mayotte Capécia e outro de Abdoulaye Sadjí e afirma:

Estamos prevenidos: Mayotte tende ao lactiforme. Pois, afinal de contas, é preciso embranquecer a raça; todas as martinicanas o sabem, o dizem, o repetem. Embranquecer a raça, salvar a raça, mas não no sentido que poderíamos supor: não para preservar “a originalidade da porção do mundo onde elas cresceram”, mas para assegurar sua brancura (2008: 57).

Na verdade, há algo mais ilógico do que uma mulata que se casa com um negro? Pois é preciso compreender, de uma vez por todas, que está se tentando salvar a raça (2008: 62).

Não somente na especificidade dos relacionamentos afetivos, mas no que tange aos direitos sexuais e reprodutivos como um todo, o critério racial é determinante para entender o porquê das mulheres negras estarem mais sujeitas às graves violações de direitos. Segundo Carmem Campos (2009: 45):

As mulheres negras traziam para a análise da saúde informações sobre essa parcela da população feminina que detinha os maiores índices de mortalidade materna, maiores dificuldades no acesso à saúde, e que era alvo preferencial da política de esterilização que estava concentrada nas regiões norte e nordeste (regiões de maior densidade de população negra).

A pesquisa de mestrado de Vanilda Oliveira (2006) abordou a questão das lésbicas negras ressaltando a questão do preconceito contra a homossexualidade como mais um elemento que compõe a opressão as essas mulheres. Para ela no caso das mulheres negras e lésbicas existe a necessidade dupla de “sair do armário”, pois além das dificuldades inerentes a se assumir como lésbica existe também as de assumir como negra. Essa autora constata que:

O fato do corpo da mulher negra lésbica ser insistentemente percebido como um corpo que abriga múltiplos estigmas demonstra

como as imagens e os discursos em torno da raça, do gênero, da orientação sexual e da interseção entre estas categorias ainda estão fortemente marcados por uma significação negativa (2006: 112).

No que tange à religiosidade, Alzira Rufino (2003: 36) chama a atenção para o fato de que: “Atualmente no Brasil vive um período de crescente intolerância e perseguição contra as religiões de matriz africana, nas quais as mulheres negras dominam a hierarquia religiosa”. Também sobre a intolerância religiosa a esses grupos, Diva Moreira (2003: 82) afirma:

A perseguição religiosa, aparentemente um fato do passado, tem recrudescido estimulada pela cobertura distorcida e preconceituosa da imprensa. Essas casas religiosas também têm que enfrentar os intermináveis ataques e agressões de grupos fundamentalistas pentecostais, que costumam invadir os terreiros e atacar fisicamente as pessoas durante celebrações e rituais. Também desencadeiam assédios de proselitismo contra mães e pais de santo, por considerá-los seguidores de cultos satânicos etc.

Ao falar do Candomblé é interessante destacar a centralidade da mulher. Podem-se citar, como exemplo, as ialodês, mulheres negras mais velhas que devem ser respeitadas e que resistem à dominação e ao racismo utilizando principalmente a tradição oral para repassar seus ensinamentos (Felippe, 2009). Explicando a importância desse título, Jurema Werneck (2009: 79) informa: “ialodê indicava a representante das mulheres nos organismos de decisão pública coletiva. Algumas fontes assinalam que o termo ialodê nomeava também a associação pública a que diferentes mulheres se vinculavam”.

Complementando essa afirmação da importância da mulher nas religiões de matrizes africanas, Ana Maria Felippe (2009: 21) aponta que: “O candomblé, no Brasil, e a santeria, na América Central, têm contribuições importantes para quem busca o espírito comunitário e a autoestima na celebração dos deuses e deusas da herança ioruba”.

Ressalta-se que a preservação da cultura e religiões afro-brasileiras se deu sempre em meio a dificuldades não somente pela intolerância religiosa, mas também a situação de pobreza em que a população negra ficou sujeita desde a abolição da escravidão até os dias atuais. A pobreza é uma das faces do racismo no Brasil e por isso é um tema que merece mais atenção.

3.3 Feminização da pobreza e desigualdade educacional

No Brasil, a feminização da pobreza é um fenômeno alimentado pelas desigualdades de gênero manifesto em áreas fundamentais como o mercado de trabalho (Martins, 2013). Nesse cenário o efeito da dupla desigualdade (gênero e raça) faz com que os piores indicadores e índices nas estatísticas sejam das mulheres negras. Portanto, pode-se dizer que as mulheres pobres no Brasil são em sua maioria mulheres negras.

Lucienia Martins (2013: 86) chama atenção para o fato de que “é relevante a desvantagem que os afrodescendentes, em especial a mulher afrodescendente, tem em relação ao homem branco, ao homem negro e à mulher branca”.

Também Antônio Sérgio Guimarães (2002: 69) afirmar que: “A pobreza, a falta de oportunidades, a desigualdade de rendimentos e a discriminação atingem muito mais fortemente as mulheres que os homens”. O contexto histórico desse fenômeno é ainda mais impressionante. Clovis Moura (1977: 33) afirma que, após a escravidão, o que sobrou para a mulher negra foi: “os trabalhos não qualificados de doméstica, que substituiu os de Mãe Preta e da mucama, o subemprego nas fábricas e a baixa prostituição forçada”.

Nessa mesma linha Bell Hooks (1995: 468) reforça essa compreensão ao afirmar que: “O sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de representação negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros”.

Na comparação entre mulheres brancas e negras pobres, as negras encontram-se em situação de maior vulnerabilidade e menos recursos. Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (Brasil, 2014) apontam que 73% das famílias atendidas pelo programa Bolsa Família são de pessoas negras, o que significa 13,8 milhões de brasileiros. Destas famílias que recebem o Bolsa Família, 93% são chefiadas por mulheres e destas 68% são chefiadas por mulheres negras. Ao discutir o fator “autocontrole” em sua pesquisa Lucienia Martins (2013: 198-199) especifica a tripla discriminação sofrida pelas mulheres negras diariamente que seriam:

A primeira ocorre por serem mulheres, e isso foi apontado nos indicadores sociais, que mostram a posição ocupada por elas no mercado de trabalho; a segunda discriminação acontece por serem

pobres. Os dados presentes na revisão de literatura desta obra apontam que, realmente, grande parte das mulheres afrodescendentes, por ocuparem os piores postos de trabalho, acabam em situação socioeconômica mais desfavorável [...]. A terceira discriminação que elas enfrentam, e a mais cruel, é o fato de serem afrodescendentes. Por sua cor de pele, por sua estética, essas mulheres sofrem racismo, muitas vezes manifestado de forma velada, camuflada, que atinge a sua subjetividade, colocando-lhes em situações que exigem uma contínua necessidade de terem autocontrole e muitas vezes, em alto grau.

Para Antônio Sérgio Guimarães (2002: 69) o que sobressai das estatísticas e dos diagnósticos disponíveis é que houve um desleixo histórico dos governos brasileiros com relação à pobreza, que atingiu, sobretudo, a população negra. Dados do IPEA (2014) indicam que 70,8% dos inativos são negros e 75,8% são mulheres. Juntando as duas variáveis, tem-se que a mulher negra é a que tem mais dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, pois, somente esse segmento, representa 54,2% dos inativos.

Todavia, as mulheres negras estão atentas a esse problema. Segundo Sueli Carneiro (2003: 53 - 54):

Crescem entre as mulheres negras a consciência de que o processo de globalização, determinado pela ordem neoliberal que, entre outras coisas, acentua o processo de feminização da pobreza, coloca a necessidade de articulação e intervenção da sociedade civil a nível mundial.

Na pesquisa que analisa a trajetória de mulheres negras professoras universitárias, a autora, Eliana Oliveira, faz uma diferenciação entre as mulheres negras pobres e as de classe média. Segundo ela:

As mulheres negras que pertencem às classes mais pobres, pouco escolarizadas, vivem no dia-a-dia a desvalorização pessoal e tem consciência de que são diferentes das mulheres brancas. Em contrapartida, as mulheres negras e mestiças, de classe média em geral, descobrem tardiamente as dimensões do ser negra em nossa sociedade, às vezes somente no fim da adolescência ou já na idade adulta, quando sofrem discriminação na escola ou no trabalho, ou nas relações afetivas com homens negros e brancos, como percebemos nos relatos de nossas entrevistas (2006: 37-38).

Embora as mulheres como um todo tenham ganhado mais espaço no mercado de trabalho, é necessário lembrar que a situação não é a mesma para mulheres brancas e negras. Nilma Bentes (2009: 69) ressalta essa diferença ao afirmar que: “pessoas brancas tem tido prioridade em todos os setores da vida social, inclusive as que estão na camada de baixa renda, pois são priorizadas para ocupar

vagas de baixa remuneração no mercado de trabalho – em restaurantes, shoppings, etc.”.

O número de mulheres nas áreas antes restritas aos homens tem aumentado, mas são as mulheres brancas que as ocupam, pois as negras estão nas funções tradicionais, lutando ainda por ocupações que podem ser consideradas brancas, além de femininas, como secretária ou recepcionista (Rufino, 2003. Guimarães, 2002).

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras para acessar o mercado de trabalho e para chegar à ascensão social possuem raízes bem mais profundas e antigas. Bell Hooks (1995: 471) contribui com essa ideia ao destacar:

A socialização sexista inicial que ensina às negras, e na verdade à maioria das mulheres, que o trabalho mental tem de ser sempre secundário aos afazeres domésticos, ao cuidado dos filhos, ou a um monte de outras atividades servis, tornou difícil para elas fazer do trabalho intelectual uma prioridade essencial, mesmo quando suas circunstâncias sociais ofereciam de fato recompensas por essa atividade.

Em relação ao trabalho doméstico, historicamente um trabalho muito representado por mulheres negras, Sonia Beatriz dos Santos (2009: 278) afirma:

A história das empregadas domésticas revela a complexidade das desigualdades raciais e de gênero no país: violência sexual e psicológica, privação da liberdade, ambiente de trabalho inóspito e insalubre, baixos salários e pagamentos atrasados representam algumas das circunstâncias adversas vivenciadas cotidianamente por esse grupo de trabalhadoras.

Também interessantes são as conclusões de Joaze Bernardino-Costa (2011) em relação a sua pesquisa sobre empregadas domésticas no Distrito Federal. Esse autor elenca como um dos motivos para o déficit de reconhecimento profissional dessas trabalhadoras o fato não somente de ser uma profissão feminizada, como também racializada. Segundo ele: “não foi por acaso a constatação da sobre representação de mulheres negras no trabalho doméstico e vis-à-vis a sobre representação de mulheres brancas entre as empregadoras” (2011: 176).

De fato, no imaginário social, as pessoas relacionam mulheres negras a serviços domésticos. No artigo que Bell Hooks (1995: 470) trata das intelectuais negras, chega a apontar a imposição da associação da mulher negra à servidão. Ela cogita a suposição de que:

A insistência cultural em que as negras sejam encaradas como “empregadas domésticas”, independentemente do nosso status no trabalho ou carreira, assim como a aceitação passiva desses papéis pelas negras, talvez sejam o maior fator a impedir que mais negras escolham tornar-se intelectuais.

A ascensão social das mulheres negras é dificultada por muitos obstáculos impostos pela desigualdade racial. Nesse cenário, a educação tem se tornado a principal oportunidade de mobilidade e de mudança social, ainda que seja uma estratégia individual (Martins, 2013). Lucienia Martins (2013: 105-106) reitera essa afirmação concluindo que “há um aumento da inserção da mulher afrodescendente em várias áreas da sociedade, e isso vem acontecendo por consequência do aumento do grau de escolaridade refletindo no aumento de renda”. Além de perceber essas vantagens a autora também destaca que:

O acesso à educação para a mulher afrodescendente contribui não somente para uma mobilidade social vertical ascendente, ou seja, a conquista de grau acadêmico, mas permite que haja mobilidade no sentido horizontal, que é o compartilhamento de informações entre grupos sociais distintos (2013: 111).

Embora a educação venha sendo considerada a grande estratégia de ascensão social de mulheres negras, no que se refere ao ensino superior, esse caminho se torna mais difícil, algumas vezes inviável. Sobre essa questão, Daniele Valverde e Lauro Stocco (2009:918) apresentam a realidade que se tinha no Brasil em 2009, pouco tempo atrás:

A taxa de crescimento do acesso dessas mulheres é inferior à taxa apurada para homens do mesmo grupo racial, e, se mantida essa tendência, pode haver no futuro a inversão da representação de homens e mulheres negras no ensino superior. Como hipóteses para essa taxa de crescimento desigual, destacam-se as formas de incidência do racismo e do sexismo sobre as trajetórias familiares, educacionais e profissionais das mulheres negras, que dificultam seu acesso a melhores condições e oportunidades de vida.

Em se tratando de ensino superior, questões relativas ao racismo e ao sexismo também podem ser apontadas. Ao tratar da situação de acadêmicas negras, Bell Hooks (1995: 468) afirma que: “As intelectuais negras trabalhando em faculdades e universidades enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença, mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como ‘suspeita’”.

Nos outros níveis de ensino também há diversas dificuldades geradas pelo racismo. Ao tratar das ideias racistas presentes nas escolas, Ivanilda Cardoso (2011: 06) considera que:

Essas ideias quando não desconstruídas através de um processo de reeducação, pode aumentar as estatísticas de mulheres negras brasileiras não alfabetizadas, que ainda muito cedo na escola foi ensinada a ocupar posições de menos prestígios e estereotipadas, como a rainha da cocada preta, a cuca, a cozinheira, etc. Personagens presentes nas festinhas da escola.

No que tange à relação entre a estética negra e a escola, um mundo de possibilidades de contribuição para o combate ao racismo pode ser considerado. Sobre essa relação Ivanilda Cardoso (2011: 08) ressalta que:

A construção da identidade racial, através da valorização da estética negra, na escola articula-se com o tema da educação para as relações étnico/raciais que têm suscitado discussões importantes no meio acadêmico, para a concepção de uma educação antirracista que respeite as diferenças e a possibilidade de construção de identidades.

A respeito desse potencial da escola, Julia Zanetti e Monica Sacramento (2009: 29) também são enfáticas ao afirmar que a escola é, “juntamente com as famílias, espaço privilegiado de reprodução – e, portanto, também de destruição – de estereótipos, de segregação e de visualização dos efeitos perversos que esses fenômenos têm sobre os indivíduos”. Nesse quesito, vale destacar que as famílias podem proteger e favorecer a constituição de um autoconceito positivo. Mas outras vezes, na busca de proteger as crianças dos preconceitos raciais, ela pode funcionar como instância incentivadora de padronizações baseadas no referencial estético branco (Pereira, 2006: 88). Esse seria um reforço à ideologia de branqueamento que rapidamente seria absorvido uma vez que é repassado pela própria família. A escolha da defesa pela adoção do padrão imposto somente reforça ainda mais o padrão estético branco, reproduzindo-o.

Outro elemento importante em relação ao processo de empobrecimento das mulheres negras é a questão estética, pois é comum que mulheres não sejam selecionadas para determinados cargos por suas características físicas ou devido ao uso do cabelo com penteados afro. No caso dos Estados Unidos, onde as mulheres também passam por esse tipo de discriminação, Bell Hooks (2005: 05) exemplifica essa situação da seguinte maneira:

Em discussão sobre a beleza com mulheres negras em Spelman College, as estudantes falavam sobre a importância de ter o cabelo liso quando se procura um emprego. Estavam convencidas, e provavelmente com toda a razão, de que sua oportunidade de encontrar bons empregos aumentaria se tivessem cabelo alisado.

As mulheres negras são preteridas, sobretudo nos postos de trabalho em que precisam estar em contato direto com o público ou que se relacionam com a imagem da empresa. Por essas questões, não somente a feminização da pobreza, mas também as questões relativas à autoimagem das mulheres negras são questões capitais por influenciar diretamente sua autoestima e sua vida social.

3.4 Estética

A estética é um elemento essencial na discussão sobre o racismo uma vez que a representação da mulher negra na sociedade e as referências associadas a sua imagem são pontos chave nessa discussão. A importância de abordar esse tema também se deve ao fato de que, “é importante ponderar que, para o negro, o estético é indissociável do político” (Gomes, 2008:130).

Na pesquisa de Ana Claudia Pacheco (2008:03) com mulheres negras de Salvador, na Bahia, é apresentada uma análise sobre a resignificação dos corpos negros. “A política transformou os corpos, antes, negados e perpetrados pela violência do racismo, a violência física, social e simbólica, em corpos revoltados”. Na pesquisa realizada por Isabelle Pereira (2006) com professoras negras, foi percebida a persistência do tema da Estética como espaço de vivência de conflitos.

Na sociedade brasileira “o ‘corpo negro’, conforme um regime semiótico racista, é o próprio lugar da exclusão” (Sales Junior, 2009: 55). Para Julia Zanetti e Monica Sacramento (2009: 30) “Através de sinais como cor da pele, tipo de cabelo, formatos de nariz e boca, padrões estéticos e de comportamento, reproduz relações hierarquizadas e socialmente definidas, que ratificam posições econômicas e políticas”. De encontro com essas colocações Ivanilda Cardoso (2011: 03) afirma que:

A mulher negra vista historicamente como exótica e não o ideal de beleza, vítimas de discriminação racial, na sociedade moderna encontram dificuldades para a construção de uma imagem e esses conflitos são vivenciados com muita intensidade na escola.

No campo profissional, conforme já dito, é comum trabalhadores negros serem preteridos. Em relação a isso, Antônio Sérgio Guimarães (2002: 68) explicita:

“Ora, no mercado de trabalho, valores estéticos e comportamentais, que se traduzem na noção de boa aparência, são os grandes responsáveis pela discriminação dos negros e dos pobres”. Ao abordar a questão estética no livro que apresenta sua tese de doutorado, no qual faz uma etnografia em salões de beleza etno-raciais de Belo Horizonte, Minas Gerais, Nilma Lino Gomes (2008) trata da construção e reconstrução da estética corporal da mulher negra num país racista. Ao tratar da importância da beleza a mesma autora afirma:

A beleza negra nos leva ao enraizamento dos negros no seu grupo social e racial. Ela coloca o negro e a negra no mesmo território que do branco e da branca, a saber, o da existência humana. A produção de sentimentos que diante de objetos que tocam a nossa sensibilidade faz parte da história de todos os grupos étnicos/raciais e, por isso, a busca da beleza e o sentimento do belo podem ser considerados como dados universais do humano (2008: 130).

O padrão estético é o padrão branco com traços europeus e especialmente as mulheres costumam ser cobradas e pressionadas a se adequarem e reproduzirem este padrão. De acordo com Vanilda Oliveira (2006: 44-45):

A qualificação da mestiçagem é benéfica apenas quando caminha para o branqueamento. A afirmação de que não existem polos raciais no Brasil fica desmentida diante da maior valorização dos indivíduos que mais se aproximam da brancura e se distanciam da negritude.

A influência social em torno do padrão estético europeu pode levar a uma autodesvalorização, a qual os negros podem aderir, reforçando o padrão. Segundo Nilma Lino Gomes (2008: 126): “Manipular e alterar os símbolos ideologicamente vistos como expressões do seu suposto afastamento social e biológico do poder, do padrão de beleza e de humanidade são tarefas implementadas por sujeitos que caem nessa armadilha”. Também se relaciona à mesma questão as colocações de Ronaldo Sales Júnior (2009: 52) ao expor que:

Técnicas políticas do corpo que não buscam seu disciplinamento ou sua regulamentação, mas sua estigmatização, como integração subordinada, na qual questões políticas e de estratificação social tomam a forma de questões “estéticas” ou “escolhas afetivas”: “boa aparência”, “bom gosto” e “bons costumes”, todavia o negro não é excluído ou subordinado por sua “má aparência”, porém tem “má aparência”, pois é excluído ou subordinado – sua “feiura” é expressão de sua inferioridade social.

Internalizar essa desvalorização pode levar, dentre outras coisas, ao desejo de embranquecimento ou, pelo menos, de aproximação às características fenotípicas dos brancos. Para Vanilda Oliveira (2006: 92): “Os negros, por sua vez,

podem disfarçar as marcas de sua negritude aproximando-se dos padrões estéticos brancos e adotando classificações baseadas em cor, ao invés de raça”. Em relação às meninas negras que passam por esse processo Ivanilda Cardoso (2011: 07) considera que:

[...] o desejo de branquear não pode ser entendido como um problema inerente à menina negra, mas ao contexto ao qual ela está inserida, atribuir a elas a culpa, é o mesmo que reproduzir as ideias, que persistem no senso comum, de que o próprio negro se discrimina, quando na verdade ele reage e reproduz o que internalizou da ideologia racista ao ponto de discriminar aqueles com as mesmas características.

A ideologia do branqueamento, num país com alto grau de miscigenação como o Brasil, promove diferentes experiências de discriminação e de vulnerabilidade no interior da população negra. Os resultados da pesquisa realizada por Stella Taquette (2010: 60) com adolescentes negras do Rio de Janeiro, são exemplos, pois: “Verificou-se nas narrativas das adolescentes a associação entre a raça/cor negra e a feiura, a falta de caráter, a incapacidade intelectual”.

Nesse sentido, não se pode deixar de tratar da influência que a gradação das cores, proporcionada pela miscigenação, exerce sobre a manifestação do racismo no Brasil, pois, “quanto mais escura for a cor da pele e menores forem os traços europeus, maior será o preconceito, a discriminação e o racismo” (Martins, 2013: 43). No entender de Vanilda Oliveira (2006: 45): “Os pardos são aqueles que, no imaginário hegemônico, apesar de não partilhar dos malefícios explícitos da negritude, não podem ousar alcançar os privilégios da brancura, tais como poder político, cultura erudita ou ensino superior”.

Em relação a essa questão, Jacques D’ Adesky (2005) faz uma diferenciação entre a negra de pele clara, a “mulata”, e a negra retinta com cabelo carapinha e traços negroides. A primeira seria associada à hipersexualização e a segunda ao ridículo, com adjetivações depreciativas e ofensivas. O mesmo autor também aponta que, na televisão brasileira, “A preferência da mulher negra de cabelos longos e lisos ou encaracolados, sobre a de cabelo carapinha e traços negroides, exprime realmente uma forma particular de preconceito racial, baseado no arquétipo sexual da mulher branca” (2005: 92).

Essa circunstância de diferenciação entre as tonalidades não é invenção moderna, existe desde que negra é negra. “No período ‘pós-abolição’, quanto mais

clara era a cor da pele, maiores eram as possibilidades de ascensão, no regime escravocrata as mais escuras ficavam com os serviços mais pesados, a pele mais clara com os serviços domésticos” (Martins, 2013: 103). Essa peculiaridade do racismo no Brasil se deve essencialmente a miscigenação que diversifica as tonalidades e características fenotípicas no Brasil. Ao tratar desse ponto Ronaldo Sales Júnior (2009: 55) traz a reflexão pertinente segundo a qual:

[...] a miscigenação não eliminou a discriminação, apenas a pluralizou, matizou, modalizou, conforme a presença ou ausência gradual de características “negras”, mas principalmente pela tonalidade da cor da pele – de um racismo bivalente para um racismo polivalente. A cor da pele se apresenta como variação intensiva que desestabiliza a variável “raça”. Variação intensiva do gradiente de cor (mais ou menos escuro) ao invés da variável extensiva (parte extra partes) das categorias raciais (branco, negro, mulato, não-branco...).

Não se tem como falar de combate ao racismo sem falar da necessidade de valorização da imagem da pessoa negra no Brasil. Nilma Bentes (2009: 62) sintetiza essa importância destacando que:

Entre as principais consequências (não 'causas', insisto) da permanência do racismo, continua sendo a forte indução para que a população negra mantenha uma baixa autoestima coletiva, uma vez que a maioria de nós, está aprisionada, ainda, à falsa ideia de que pertencemos à uma raça inferior e de que o viver desfavorável a que a maioria de nós vem sendo submetida, está, ligado, apenas, à histórica 'pobreza' imposta pelo sistema econômico.

A determinação da imagem ideal é, sem dúvida, uma das maneiras de expressar o racismo e diferenciar e categorizar os sujeitos sociais. A especificidade dessa expressão está no foco nas características fenotípicas e, portanto, num retorno à ênfase na biologia. A esse respeito Lélia Gonzalez reforça (1988: 136) que:

Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca comprova sua eficácia pelos efeitos de desintegração violenta, de fragmentação da identidade étnica por eles produzidos; o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue” como se diz no Brasil), é internalizado com a conseqüente negação da própria raça, da própria cultura⁸.

A distância colocada pelo racismo, além de social e cultural, é também

⁸ Livre tradução de: “*Un vez establecido, el mito de la superioridad blanca comprueba su eficacia por los efectos de desintegración violenta, de fragmentación de la identidad étnica por él producidos; el deseo de emblanquecer (de “limpiar la sangre” como se dice en Brasil), es internalizado con la conseqüente negación de la propia raza, de la propia cultura*” (Id. Ibid).

biológica, o que se concretiza na atribuição de sentido negativo para as diferenças culturais, físicas e estéticas, como as crenças, a arte, o corpo, a cor da pele, o tipo de cabelo entre outros (Gomes, 2008). Em relação ao cabelo, Bell Hooks (2005) entende que a prática sistemática de alisar o cabelo indica um racismo interiorizado somado a uma baixa autoestima. É preciso ponderar, entretanto, que comumente não há boa recepção para cabelos fora do padrão em muitos espaços sociais. A respeito disso é necessário destacar que:

Aos olhos de muita gente branca e outras não negras, o Black parece palha de aço ou um casco. As respostas aos estilos de penteados naturais usados por mulheres negras revelam comumente como o nosso cabelo é percebido na cultura branca: não só como feio, como também atemorizante. Nós tendemos a interiorizar esse medo. O grau em que nos sentimos cômodas com o nosso cabelo reflete os nossos sentimentos gerais sobre o nosso corpo (Hooks, 2005: 04).

Sobre o sofrimento inerente a esse processo de desvalorização, Ronaldo Sales Júnior (2009: 56) é enfático ao afirmar que “o ‘corpo negro’ é, assim, experimentado como um corpo mutilado, dilacerado, estigmatizado, expropriado, reificado em objetos parciais, mesmo na fase pós-escravista: é um modo minoritário de apropriar-se de si, do próprio corpo”. “A condição de ser visto como homem ou mulher negra, invariavelmente, faz com que se experimente algum grau de rejeição, sendo a estética um território onde se reflete negação da nossa imagem física” (Pereira, 2006: 89).

Representativo do sofrimento das mulheres negras é o relato de Lélia Gonzalez (1988: 134) que fala: “Quando falo de experiência, quero significar um duro processo de aprendizagem na busca de minha identidade de mulher negra, no interior de uma sociedade que me oprime e discrimina justamente por isso”⁹.

Para Isabelle Pereira (2006: 27):

A incursão nos efeitos do racismo na vida cotidiana de mulheres, homens, jovens e crianças negras é uma excelente via para se compreender a complexidade das relações raciais. Esses efeitos podem ser visualizados, dentre outras formas, através da falta de autoestima e de projeto de vida de muitas pessoas negras, em

⁹ Livre tradução de: “*Cuando hablo de experiencia, quiero significar un duro proceso de aprendizaje en la búsqueda de mi identidad de mujer negra, en el interior de una sociedad que me oprime y discrimina justamente por eso*” (Id. Ibid).

especial a juventude, sobretudo em relação à escolaridade e a inserção no mundo do trabalho.

Esse sofrimento se inicia muito cedo: “na escola as meninas negras são constantemente alvo de xingamentos, apelidos, jargões e anedotas direcionados a sua estética” (Cardoso, 2011: 04). Ainda sobre essa questão, Ivanilda Cardoso (2011) apresenta um dos resultados de sua pesquisa bibliográfica sobre a construção da identidade de meninas negras na escola. Conforme sua pesquisa:

Com base na literatura especializada, constatamos que na escola a discriminação direcionada à estética da menina negra, quando introjetada, interfere diretamente na construção de sua identidade. Uma das implicações decorrentes desses conflitos são as meninas negras negarem suas características e distanciar-se dos sinais diacríticos aproximando-se da estética branca como estratégia para ser aceita e uma forma de minimizar as discriminações sofridas constantemente, por acreditar que deixará de ser discriminada quando estiver dentro de um padrão eurocêntrico (2011: 5).

Ressalta-se que nem toda a população negra chega a internalizar e reproduzir esse padrão. Como afirma Nilma Gomes (2008: 128): “Quando a sociedade brasileira olha para o negro e para a negra e os destitui do lugar da beleza, ela afirma uma determinada proposição, um julgamento em relação ao negro e sua pertinência étnico/racial, que pode ou não ser internalizado pelo sujeito”.

Na pesquisa realizada em salões étnicos de Belo Horizonte, Minas Gerais, Nilma Lino Gomes (2008: 151) presenciou “situações que nos mostram, que desde muito cedo, as crianças negras, principalmente as meninas, aprendem a construir na família uma imagem distorcida de si mesmas”. Todavia, é importante ressaltar que, apesar de identificar em sua pesquisa a inferiorização dos traços fenotípicos negros e a dificuldade dos sujeitos negros nesse processo, a autora não generaliza a reprodução de padrões estéticos brancos quando escreve:

[...] não posso afirmar que todas as mulheres e todos os homens negros que se submetem as técnicas de alisamento e implante nos salões padecem de uma negação total da sua negritude nem tampouco que deixam de se posicionar politicamente diante da questão racial (Gomes, 2008: 155).

Corroborando esse argumento, Ivanilda Cardoso (2011) também coloca que o processo de alisamento dos cabelos nem sempre está atrelada ao desejo de embranquecer, embora na maioria dos casos se relacione com a tentativa de evitar a discriminação racial. De acordo com Bell Hooks (2005) a partir dos anos de 1960 nos Estados Unidos muitos negros passaram a utilizar penteados afros,

principalmente o *Black* como resistência cultural à opressão racista.

A luta das mulheres negras por seus direitos perpassa diferentes espaços, discursos e categorias. Nesse caso, a estética, para as mulheres negras, tem um apelo político. Dentro dessa temática se faz interessante pensar na definição de estética negra para Ivanilda Cardoso (2011: 08), que seria:

[...] uma expressão cultural que não se constrói no vazio, na mera folclorização ela é pensada em termos de resgate histórico, de respeito aos ancestrais negros, de cuidados, de carinho de aproximação da criança negra, proporcionando-a o direito de ser diferente, e ao mesmo tempo se sentir parte de um grupo social, para que possa elevar sua autoestima, aspecto que é de extrema importância no processo de aprendizagem.

Percebe-se que as possibilidades de resistência ao racismo se encontram em todos os campos e que a maneira como a pessoa negra exerce sua corporalidade, suas referências estéticas pode ser uma destas frentes. A luta contra a desigualdade racial foi o que possibilitou as conquistas das quais a população negra tem hoje e essa luta foi travada igualmente por homens e mulheres. Ainda que não tenha o reconhecimento devido, a mobilização das mulheres negras tem crescido cada vez mais no Brasil.

3.5 A luta pelo direito humano de ser mulher negra

É nesse cenário de tensão que tem surgido estratégias indentityárias, construídas por parte da população negra, como a construção de uma autoimagem pautada nas referências identityárias africanas recriadas no Brasil e o resgate da ancestralidade africana como tentativa de recuperar valores e referências (Gomes, 2008). Sobre o apelo a essa mobilização, Bell Hooks (2005: 07) acrescenta:

Como nas lutas organizadas que aconteceram nos anos 1960 e princípios da década de 1970, as mulheres negras, como indivíduos, devemos lutar sozinhas por adquirir a consciência crítica que nos capacite para examinar as questões de raça e beleza e pautar nossas escolhas pessoais de um ponto de vista político.

As organizações negras vêm tentando favorecer uma autoestima racial positiva combatendo as associações pejorativas, o que, significa muitas vezes se contrapor à própria mídia (Rufino, 2003). Também nesse sentido, ao escrever sobre o corpo da mulher negra, Vanilda Oliveira defende que (2006: 112 -113):

Um trabalho por uma valorização positiva desse corpo poderia demonstrar que ele carrega também muitas resistências, porque

subverte os padrões socioculturais impostos ao questionar a dominação masculina, branca e heterossexual; problematiza a visão dos outros sobre si próprios ao contestar as normas e os modelos estabelecidos; explicita as muitas possibilidades de composição de narrativas dos sujeitos e exigem um olhar mais elaborado das diversas formas de subjetivação.

Ao tratar da mobilização da população negra, Ronaldo Sales Júnior (2009: 152) trata da Consciência Negra como um combustível na luta contra o racismo. Como determina esse autor: “a Consciência Negra é a expressão de uma prática política de rearticulação de corpos sociais que libera as forças imanentes das estruturas de formas pré-determinadas, para constituir seus próprios fins, inventar sua própria constituição”. Exemplo dessa consciência é a militância de Alzira Rufino (2003: 37-38) que fica explícita quando ela coloca:

Nós, organizações negras, na nossa trajetória por mudanças não queremos mais ficar só na denúncia. Queremos estar em todos os lugares para mudar não somente a nossa condição histórica, mas a de todo o povo brasileiro. Mostrar aos dirigentes do Brasil que nenhum político, ou partido político, poderá legislar sem consultar os quase 50% (em dados oficiais) da população negra deste país.

O processo de organização coletiva pode se tornar um tipo de proteção ou defesa para a pessoa negra frente à desvalorização gerada pelo racismo. Como Ronaldo Sales Júnior (2009: 152) explica:

A prática afirmativa dos movimentos sociais negros é direcionada para a criação de corpos sociais, planos de composição ou identidades que se fortalecem politicamente, enquanto permanecem, simultaneamente abertos às forças reais dos antagonismos internos.

De acordo com Kabengele Munanga (1986: 32): “Aceitando-se, o negro afirma-se cultural, moral, física e psiquicamente [...] Ele assumirá a cor negada e verá nela traços de beleza e de feiura como qualquer ser humano ‘normal’”. O trabalho de valorização da imagem do negro, do respeito a sua corporalidade e da recuperação da sua autoestima também passa, segundo Sales Junior (2009: 150), pela constituição da Consciência Negra. Para ele:

A Consciência Negra leva ao engajamento das ações políticas dos movimentos sociais negros, arrancando os envolvidos da situação traumatizante de rebaixamento passivamente sofrido e lhes proporcionando uma autorrelação nova e positiva de autoestima e respeito: Orgulho Negro.

Mas, e quando o engajamento não ocorre?

Não somente em relação ao movimento de mulheres negras, mas ao

movimento negro em geral, há uma crítica pertinente que é a dificuldade do mobilizar e engajar a grande parte da população negra que, praticamente, desconhece esse movimento (Bentes, 2009). Nilma Bentes (2009: 68) além de falar desse distanciamento lança uma questão capciosa: “Qual a vantagem de passar a gostar de ser negro ou negra e combater firmemente o racismo?” Para Claudia Cardoso (2012: 147) a resposta pode estar nas mulheres negras comuns, não militantes, pois:

A mobilização, participação e organização da família e da comunidade, historicamente orquestradas por essas mulheres, constituem ações políticas as quais podem servir de inspiração para o feminismo tornando-o mais abrangente, democrático, popular, liberado das amarras que o mantém preso à produção de teorias encerradas entre os muros do espaço acadêmico.

A desmobilização da maioria do segmento negro leva à reflexão de outro aspecto diretamente relacionado a esse que é a falta de conhecimento e de informação sobre a questão racial no Brasil. De fato, “não há, no Brasil, uma prática de discussão ampla e assídua do público sobre igualdade de acesso a direitos e recursos em geral e particularmente sobre racismo” (Segato, 2004: 62).

Sobre o ingresso de mulheres negras na militância, Claudia Cardoso (2012: 159) constata: “O ingresso de muitas mulheres negras nos movimentos negros e de mulheres negras foi marcado, inicialmente, pelo fortalecimento individual e pela afirmação de uma identidade negra”.

Apesar de considerar que o movimento negro seria muito mais forte se houvesse mais adesão da população não se pode negar o quanto ele está consolidado e atuante nos dias de hoje, com destaque para as militantes negras. Em relação ao potencial dessas mulheres para o combate a essa dupla discriminação é interessante citar a categoria “afroresilientes” utilizada por Lucienia Martins (2013: 31) no livro baseado sua tese de doutorado. Para esta autora, o termo designa “as mulheres que apesar de todo o cenário de discriminação, preconceito e racismo que possam estar inseridas, demonstram uma reação positiva frente as adversidades”. Também em termos do potencial das mulheres, cabe destacar a análise de Claudia Cardoso (2012: 331) pertinente ao tema:

Se a pluralidade e a diversidade definem, individualmente, as mulheres negras, impossibilitando a afirmação da existência de um sujeito único e homogêneo, coletivamente, *mulheres negras* se constituiu em sujeito político, como resultado de uma multiplicidade de experiências de enfrentamento dos diversos processos de

violência, dominação/exploração a que sempre estiveram expostas na diáspora.

No que tange à mobilização e à organização, as mulheres negras têm atuado de maneira efetiva contra o racismo e reivindicando as demandas relativas às suas necessidades específicas desde sempre. Como diz Jurema Werneck (2009) “nossos passos vêm de longe”. Silvana Bispo (2013: 08) concorda com essas colocações afirmando, em relação às mulheres negras, que: “no âmbito da história brasileira, sempre existiram movimentos de resistência e auto inscrição desses grupos (mesmo que suas histórias ainda permaneçam em muito omitidas)”.

De fato, as mulheres negras se mobilizaram desde que precisaram lutar por sua liberdade. Dentre as organizações anteriores à invasão escravista e colonial, que chegaram a funcionar no Brasil, pode-se citar a Geledè e a Eleekó, sociedades secretas responsáveis pelo manejo do Sagrado (Werneck, 2009).

A necessidade da organização era imperativa para as mulheres negras brasileiras tendo em vista seu histórico e seu cotidiano. Sintetizando, Sonia Beatriz dos Santos (2009: 280) afirma: “[...] a necessidade de sobrevivência e a recusa em continuar vivenciando processos excludentes e desumanizados podem ser apontadas como os objetos principais que têm orientado as ações políticas das feministas¹⁰ e ativistas negras no país”. Segundo Ana Maria Felipe (2009: 23): “O movimento de mulheres negras aconteceu em todo o país, especialmente nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre e Recife”.

Essa não foi uma atitude exclusiva das mulheres negras, pois, como afirma Vanilda Oliveira (2006: 39): “Indígenas, negras, lésbicas, bissexuais, pobres, jovens, trabalhadoras etc. passaram a reclamar um olhar feminista sobre suas especificidades e sua inclusão nas pautas políticas”. “Assim, mulheres das mais variadas origens sociais começam a rejeitar a visão hegemônica no âmbito do feminismo brasileiro, formado majoritariamente por mulheres brancas, de classe média, universitárias e heterossexuais” (Damasco, 2009: 44).

Sobre os conflitos que precipitaram o surgimento do feminismo negro,

¹⁰ Algumas militantes negras não se denominam feministas para se diferenciar do movimento feminista tradicional (C. Cardoso, 2013).

Sonia Beatriz dos Santos (2009: 280) argumenta destacando que: “por um lado, o feminismo não aceitava mudar sua agenda para pensar as hierarquias econômicas, de classe e racial e, por outro, o movimento negro não aceitava discutir a hierarquia de gênero, o patriarcado, a separação tornou-se inevitável”.

Experiências que exemplificam a não representação das mulheres negras no movimento feminista não são difíceis de encontrar. Ao se referir sobre sua experiência em debates com grupos feministas e lideranças sindicais, Maria Aparecida Silva Bento (2012: 28) afirma: “É constrangedor o silêncio dessas mulheres sobre a situação da mulher negra”.

A mesma autora também diz de um seminário em que participou em 2000, com lideranças femininas, sobre as dimensões da discriminação da mulher no trabalho, destacando: “as lideranças femininas conseguiram passar dois dias falando sobre a discriminação da mulher no trabalho, sem sequer tocar na discriminação da mulher negra” (Bento, 2012: 19). Corroborando essas colocações, Sueli Carneiro (2003: 50) diferencia a opressão sofrida por mulheres negras afirmando que:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estão falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis [...]. Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação.

O que ocorreu foi que, não encontrando representatividade no feminismo clássico americano e europeu, que referencia o movimento feminista no Brasil, as mulheres negras usam a denominação feminismo negro como referência de sua luta por equidade de gênero e racial.

Em 1988, Lélia Gonzalez (1988: 134) concluía que: “Pelo que geralmente se constata, na leitura dos textos e da prática feminista, são referências formais que denotam uma espécie de esquecimento da questão racial”¹¹. Para Sueli Carneiro

¹¹ Livre tradução de: “Pero lo que generalmente se constata, en la lectura de los textos y de la

(2002: 210), “O movimento de mulheres negras emergiu, introduzindo novos temas na agenda do movimento negro e enegrecendo as bandeiras de luta do movimento feminista”.

Convergente com essas colocações, Mariana Damasco (2009: 80) considera que: “As ‘feministas negras’ se aglutinaram em um movimento específico, principalmente porque entenderam que suas questões e peculiaridades não eram satisfatoriamente atendidas nem pelo movimento feminista, tampouco pelo movimento negro”. Na ótica de Lélia Gonzalez (1988: 135): “[...] o feminismo latino-americano perde muito de sua força ao fazer abstração de um dado da realidade de maior importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região”¹².

No entender de Mariana Damasco (2009), o feminismo negro teve início na década de 1980 e estava relacionado, entre outras coisas, com a saúde reprodutiva das mulheres negras, tendo em vista as denúncias de esterilização em massa dessas mulheres da época. Sobre o início do processo de organização, Vanilda Oliveira (2006: 46) argumenta que: “Mulheres negras começaram a discutir como o cruzamento de subordinações poderia intensificar as assimetrias de poder”.

O feminismo brasileiro foi influenciado pelo feminismo norte-americano, incluindo o feminismo negro. Dentre as similaridades entre o feminismo negro brasileiro e o norte-americano podemos destacar a defesa das experiências vividas pelas mulheres negras como referência para reflexão e como uma das diferenças o forte viés acadêmico do feminismo norte-americano (Cardoso, 2012).

Uma das intelectuais de destaque do feminismo norte americano, Patrícia Hill Collins (2012: 113) defende que há aspectos comuns ou transnacionais na luta das mulheres negras. São seus os dizeres: “No contexto de um ‘movimento intercontinental de consciência de mulheres negras’, as mulheres de ascendência africana estamos dispersas globalmente, mas as questões com as que nos topamos podem ser parecidas”¹³. A respeito dessa influência estrangeira, Mariana Damasco

práctica feminista, son referencias formales que denotan una especie de olvido de la cuestión racial” (Id. Ibid).

¹² Livre tradução de: “[...] *el feminismo latinoamericano pierde mucho de su fuerza al hacer abstracción de un dato de realidad de la mayor importancia: el carácter multi-racial y pluricultural de las sociedades de la región*” (Id. Ibid).

¹³Livre tradução de: “*En el contexto de un «movimiento intercontinental de conciencia de mujeres negras», las mujeres de ascendencia africana estamos dispersas globalmente, pero las cuestiones*

(2009: 46) enuncia que:

As críticas preconizadas pelas feministas negras norte-americanas começam a ser incorporadas pelas ativistas negras brasileiras, principalmente no decorrer das décadas de 1980 e 1990, período caracterizado pelo nascimento do movimento de mulheres negras no país.

Desde seu surgimento, o feminismo negro somente tem se ampliado. Sueli Carneiro (2003: 52) afirma que a luta das mulheres negras “vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira”.

Muito se tem conquistado no Brasil a partir da luta e do protagonismo das mulheres negras. Quanto a isso, Lucienia Martins (2013: 98 - 99) destaca que:

Na atualidade, as temáticas relacionadas às mulheres afrodescendentes têm merecido diversas abordagens, nisso verifica-se um fortalecimento do seu papel na sociedade frente a séculos de tentativas de dissolução da sua identidade. Nesse novo cenário que ela transita, constrói-se um novo imaginário a respeito da mulher afrodescendente, cada vez mais associado ao seu poder de superação e não mais somente a falta de poder, de sujeição ou de insucesso.

Ao longo dos anos, diversas mulheres se destacaram como militantes no feminismo negro e contribuíram enormemente para a consolidação e o sucesso desse movimento. Mariana Damasco (2009) elenca Lélia Gonzáles, Fátima Oliveira, Edna Roland, Sueli Carneiro, Luiza Bairros, Jurema Werneck, Matilde Ribeiro, Wânia Sant’Anna e Fernanda Lopes como nomes de destaque no feminismo negro que atuaram na academia, organismos internacionais, conferências, entidades, conselhos e tiveram importantes posições no espaço político.

Segundo Sueli Carneiro (2003: 51) o feminismo negro, construído na situação de sociedades latino-americanas, “tem como principal eixo articulador o racismo e o seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades”. Representativo desse movimento é o relato de Alzira Rufino (2003: 55) que também destaca o potencial da mulher negra quando afirma que:

Nas últimas décadas, nós, mulheres negras, não discutimos a violência apenas, agimos, atravessando o muro das lamentações. No Brasil, um número crescente de organizações de mulheres negras tomou a iniciativa de dar voz e visibilidade à demanda por políticas e por poder para o gênero feminino negro, atuando fortemente junto aos movimentos feministas e negro e conquistando espaço político junto às autoridades, à mídia, aos movimentos sociais organizados e à sociedade brasileira.

Dentre as instituições que agregam as mobilizações sociais na luta contra o racismo, as ONGs formadas por mulheres negras para reivindicar seus direitos e para se organizarem, tem crescido vertiginosamente. “Tais organizações desenvolvem suas bandeiras políticas e seu ativismo a partir das marcas históricas construídas no combate à superação do racismo, sexismo e classismo” (Bispo, 2013: 10). Segundo Sonia Beatriz dos Santos (2009: 280):

As organizações não governamentais de mulheres negras no Brasil têm representado importantes espaços políticos e de resistência contemporâneos na luta contra formas de opressão na sociedade, tais como racismo, sexismo, heterossexismo, lesbofobia, homofobia, discriminação de classe, intolerância religiosa e cultural, dentre outras. Essas organizações estão inseridas no contexto mais amplo do movimento social de ONGs no Brasil e na região latino-americana.

Uma das instituições que representa a luta das mulheres negras na atualidade no Brasil é o Geledes¹⁴ – Instituto da Mulher Negra, criado em 30 de abril de 1988, ele se autodenomina uma organização política de mulheres negras que tem por missão: “a luta contra o racismo e o sexismo, a valorização e promoção das mulheres negras, em particular e da comunidade negra no geral”. Uma contribuição do Geledes foi o Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras, realizado em 1993 no qual foi formulada a Declaração de Itapecerica da Serra das Mulheres Negras Brasileiras (Sales Júnior 2009). Essa declaração trata da saúde reprodutiva das mulheres negras e foi uma produção importante na afirmação das mulheres negras como sujeitos políticos.

A criação deste instituto não foi uma iniciativa singular, conforme aponta Mariana Damasco (2009: 40): “Durante a década de 1990, o movimento feminista brasileiro passa por uma nova transformação caracterizada pela profissionalização

¹⁴ Geledés (ou gelede) – são máscaras que ilustram o poder das mulheres em sociedades africanas (Felippe, 2009).

do feminismo mediante as ONGs de mulheres”. A mesma autora ainda cita outras iniciativas, relatando que:

Na década de 1990, outras organizações de mulheres negras, tais como o Criola e o Fala Preta! Organizações de Mulheres Negras foram criadas com intuito de promover e atender às demandas das mulheres negras no país, tais como: o combate à violência doméstica, a luta contra o racismo, atenção à saúde, entre outras (2009: 73).

Sueli Carneiro (2003: 53) também aborda a perspectiva internacionalista da luta das mulheres negras e considera que: “Essa visão internacionalista está promovendo a diversificação das temáticas, com o desenvolvimento de novos acordos e associações e a ampliação da cooperação interétnica”. Também Alzira Rufino (2003: 38) é enfática ao afirmar que:

A cooperação internacional precisa reforçar essas estratégias de um povo calado há muito tempo e que, nesse momento, deseja mudança na sua condição de discriminados, desrespeitados, despojados da sua identidade, reivindicando direitos mais humanos para a população afro-indígena que construiu esse país.

Nesse quesito também são interessantes às reflexões de Jurema Werneck (2009: 84) de que:

As diferentes frentes de luta que empreendemos, seja no interior dos movimentos sociais, seja nas esferas nacionais e globais, longe de representar somente um aprisionamento às regras do racismo patriarcal transnacional e estatal, traduzem nossa recusa à desagregação do que somos, à sublimação das condições materiais imediatas de vida a das necessidades de transformação social profunda, ou ainda a nossa não adesão às demandas burguesas de manutenção do status quo econômico e político que nos aniquila.

Destaca-se que a defesa dos direitos humanos, no que se refere ao combate ao racismo no Brasil, envolve diretamente a imagem e a representação do negro. Como afirma Alzira Rufino (2003: 31) “falar de direitos humanos das mulheres, crianças e homens negros é falar da mudança de imagem e de autoimagem”. “O nível de organização e institucionalização da prática de direitos humanos com base no gênero está mais avançado do que o com base na raça. Essa importante diferença pode complicar os esforços para focar a subordinação interseccional” (Crenshaw, 2002: 184). Para Edith Piza (2012: 88):

Atuar sobre um poder por vezes mais simbólico do que real, sobre crenças de supremacia branca, sobre valores “neutros” e “transparentes” é um esforço igual ou talvez maior do que o que se despende para apagar das mentes de pessoas discriminadas as marcas do preconceito, do medo, da insegurança e da desigualdade.

Um dos avanços na luta contra o racismo associado ao gênero é a Declaração de Durban. Ela contempla a especificidade das mulheres e meninas negras diretamente nos artigos 70, 79, 87, 88, 90-92 e no artigo 86 descrito a baixo:

Expressa preocupação com a persistência de discriminação contra mulheres e meninas com base em raça, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e enfatiza a necessidade urgente de combater esta discriminação ao priorizar o desenvolvimento de uma abordagem sistemática e consistente para avaliar, monitorar e eliminar esta discriminação contra mulheres e meninas, de acordo com o DDPA¹⁵;

A reflexão latente sobre todas essas questões é a de que a mulher negra sempre teve que lutar por sua sobrevivência e por sua dignidade. Mesmo enfrentando todas essas dificuldades, é expressivo o número de jovens negras na atuação política e na academia estudando a questão racial (Felippe, 2009). Como diz Silvana Bispo (2009: 10) “Nossa luta, enquanto mulheres, orienta-se pelo combate ao racismo, sexismo, a homo/lesbofobia e às diferenças socioeconômicas e deve estar focalizada nas experiências e práticas reivindicatórias cotidianamente construídas”.

Para Matilde Ribeiro (2008: 1002): “A agenda política é extremamente complexa, e, justamente por isso, o trabalho é desafiante, fascinante e incansável, como a própria vida das mulheres, dos negros e das mulheres negras, em particular”. “Muitos são os desafios, dificuldades e perspectivas, muitos também os encontros e desencontros; entretanto, são antigas e profundas as raízes das ações desenvolvidas pelas mulheres negras brasileiras ao longo da história” (Bispo, 2013: 11).

“Ser negro/a tem sido, dessa forma, uma construção contínua, um tornar-se” (Pereira, 2006: 25). Nessa ideia do constituir-se, Claudia Cardoso (2012: 121) vai mais longe ao parodiar Simone Beauvoir evocando o “tornar-se negra” que significaria: “autodefinição, a valorização e a recuperação da história e do legado/herança cultural negra, traduzindo um posicionamento político de estar no mundo para exercer o papel de protagonista de um devir histórico comprometido com o enfrentamento do racismo”.

¹⁵ DDPA - Declaração e Programa de Ação de Durban (2001).

A ideia de ser negra, tornar-se negra, neste trabalho não significa uma essencialização ou homogeneização da categoria negra, pois, as mulheres negras são um grupo heterogêneo e, sem dúvida, há diferentes maneira de ser negra. O que se pretende destacar, em concordância com Patrícia Hill Collins (2012: 112) é que “existe um ponto de vista coletivo das mulheres negras, caracterizado pelas tensões que correspondem às diferentes respostas aos objetivos comuns¹⁶”.

Bell Hooks (2005) sintetiza as ideias sobre essa luta estar no cotidiano afirmando que num contexto onde nossos corpos são desmerecidos, menosprezados, humilhados e mutilados em uma ideologia que aliena precisamos lutar diariamente para permanecer em contato com nós mesmos e com os nossos corpos para participarmos de uma luta libertadora de mente e de coração. Para Claudia Cardoso (2012: 162):

A identidade negra para mulheres e homens negros passa pela afirmação da cor, mas, também e fundamentalmente, pelo compromisso efetivo com a reabilitação de todo um legado, histórico, cultural, político e filosófico e com o enfrentamento do racismo. Este compromisso desloca mulheres e homens negros para um lugar muito definido na sociedade brasileira, o de sujeitos sociais negros.

Não somente as mulheres, mas toda a população negra enfrenta diariamente grandes dificuldades, além de desvalorização e invisibilidade. Todavia desde que os primeiros negros chegaram ao Brasil, a luta, em prol da igualdade e de uma verdadeira democracia racial, vem acontecendo. Nesse sentido, cabe não somente o reconhecimento e a valorização dessas ações, como também, o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a igualdade de raça, e de gênero e de classe no Brasil e, por que não dizer, do mundo?

¹⁶ Livre tradução de: “*existe un punto de vista colectivo de las mujeres negras, uno caracterizado por las tensiones que corresponden a las diferentes respuestas a los retos comunes*” (Ib. Idid).

4. ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA

“Cremos que cada cientista tem a obrigação de expor-se para, no final, enriquecer-se com as críticas ou reconhecimentos dos seus pares. É nesta espiral que o saber progride”.
Teresa Haguette.

Esta pesquisa é qualitativa por esse tipo de investigação se apresentar como a mais adequada para o trabalho do tema proposto, tendo em vista a complexidade e a necessidade de explorar as facetas deste fenômeno sociohistórico. Segundo Maria Angela Paulilo (1999: 135) "a investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos". Convergindo com essas colocações Maria Cecilia Minayo e Odécio Sanches (1993: 245):

É exatamente esse nível mais profundo (em constante interação com o ecológico) — o nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes crenças e valores, que se expressa pela linguagem comum e na vida cotidiana — o objeto da abordagem qualitativa.

Pedro Demo (2001) destaca três passos para a análise qualitativa, quais sejam: a contextualização sociohistórica, na qual se aprofunda o conhecimento acerca do objeto; a análise formal, que envolve indicadores, e a interpretação, que oferece a qualidade política. Também sobre a pesquisa qualitativa, Vanilda Oliveira (2006: 27) afirma:

Assim, quando fazemos pesquisa qualitativa é importante entender que as interpretações dos resultados estão diretamente relacionadas com nossa própria experiência de campo, posição social, ideias e relações construídas com as investigadas.

O método da história oral por suas especificidades pode ser considerado interdisciplinar (Haguette, 2000). Esta pesquisa aborda o objeto em questão de maneira interdisciplinar, uma vez que a complexidade do fenômeno em questão pressupõe uma análise que ultrapasse os limites disciplinares. Concordando com essa colocação Sergio Costa (2006: 153) salienta:

Ademais, o campo de estudos das relações entre grupos de cor não é monopólio da sociologia, nasceu e se mantém interdisciplinar, mesmo depois da acelerada especialização por que passaram as ciências humanas brasileiras ao longo dos anos 1970 e 1980.

4.1 História Oral

Na apresentação da história oral como método, Maria Cecília Minayo e Odécio Sanches (1993: 240) salienta que “o conhecimento científico é sempre uma busca de articulação entre uma teoria e a realidade empírica; o método é o fio condutor para se formular esta articulação”.

A abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa foi a "história oral", que é bastante utilizada nas ciências humanas. “A fonte oral se constitui como base primária para a obtenção de toda a forma de conhecimento, seja ele científico ou não” (Gonçalves e Lisboa, 2007: 85). Segundo Rosa Correa e Luciene Guiraud (2009: 680):

A história de vida, ou dos depoimentos orais como recurso metodológico de pesquisa, se ocupa em conhecer e aprofundar conhecimentos sobre determinada realidade, recuperando experiências de vida obtidas através de conversas com pessoas, por meio de entrevistas que, ao focalizarem lembranças pessoais, constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória de um grupo social, de um sujeito na pesquisa, ponderando esses fatos pela sua importância em suas vidas.

O conceito de história oral para José Carlos Meihy (2000: 25) seria “um recuso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva”.

Em relação ao surgimento da história oral, José Carlos Meihy (2000) afirma que, de maneira geral, a história oral sempre existiu. Todavia, a “moderna história oral nasceu em 1947, na Universidade de Columbia, em Nova York” (Meihy, 2000: 38). A partir daí foi se desenvolvendo nos Estados Unidos e em alguns países da Europa com alguns programas de recolhimento de depoimentos para preencher as lacunas de momentos históricos importantes e de grupos particulares de adeptos desse método (Ferreira, 2007; 1998). Além do meio acadêmico, de maneira concomitante a história oral foi utilizada largamente pelos movimentos sociais com o intuito de dar voz aos excluídos e marginalizados (Ferreira 1998).

A ampliação da história oral como método tem como marcos a fundação da *American Oral History Association*, em 1966, e a criação da *Oral History Association Newsletter*, que começou a circular no ano seguinte (Ferreira, 2007). A partir desse período, a História Oral somente se expandiu, como mostra Marieta

Ferreira (2007: 132,133):

Em 1973 foi lançada a *Oral History Review*. Em 1975, Ronald Grele, em seu livro *Envelopes of Sounds*, propôs uma solução de compromisso reivindicando a afirmação de uma história oral universitária, porém voltada para a trajetória dos excluídos.

A partir dos anos de 1970, além da expansão da história oral para outros países da Europa, deve-se destacar alguns marcos. Entre eles, a criação, na Inglaterra, da *Oral History Review*, em Essex, e a *Oral History Society*, em 1973. Também houve a organização da mesa redonda “História Oral: uma nova metodologia para a pesquisa histórica” no XIV Congresso Internacional de Ciências Históricas, no ano de 1975, em São Francisco, Estados Unidos, e, em 1976, a I Conferência Internacional de História Oral em Bolonha, na Itália, consolidando uma rede internacional de pesquisadores adeptos dessa metodologia. Por fim, em 1978, houve a publicação do livro *The Voice of Past*, de Paul Thompson (Ferreira, 2007).

Marieta Ferreira (2007: 134) resume esse processo de expansão concluindo que: “De maneira geral, a partir de 1975, o movimento de história oral espalhou-se pelos centros de pesquisa do mundo e consolidou-se como campo investigativo”.

De acordo com José Carlos Meihy (2000) a inserção da história oral no Brasil foi tímida, inicialmente devido à repressão militar, que coibiu gravações de experiências, opiniões e depoimentos.

Apesar disso, em relação ao desenvolvimento da história oral no país, pode-se elencar a criação do primeiro programa de história oral em 1975, pela Fundação Getúlio Vargas. Em 1994 deu-se a fundação da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) e em 1998 a realização da X Conferência Internacional de História Oral no Rio de Janeiro. Ressalta-se que foi na conferência anterior, em Gotemburgo, na Suécia, que foi fundada a Associação Internacional de História Oral – IOHA, no ano de 1996 (Ferreira, 2007).

Nas universidades, a história oral foi ganhando espaço com o declínio da perspectiva estritamente disciplinar a partir do avanço da perspectiva multidisciplinar (Meihy, 2000). Atualmente, segundo José Carlos Meihy (2000: 46), o Brasil “[...] tem lugar cada vez mais destacado como produtor de trabalhos de história oral”.

A importância da história oral para analisar as relações sociais é expressa por Antônio Santos (2007: 06), quando afirma que as transformações operadas na

sociedade podem ser compreendidas por meio da memória individual ou coletiva que podem atualizar a percepção da realidade. “A história oral surgiu para valorizar as memórias de indivíduos, resgatando a tradição oral e buscando a variante de experiências vividas por atores sociais que a história tradicional deixou à margem” (Correa; Guiraud, 2009: 677).

Também sobre essa técnica qualitativa, José Carlos Meihy (2000) classifica a história oral em três modalidades, a saber: de vida, temática e tradição oral, a serem utilizadas em projetos ou em pesquisas. No caso do presente trabalho foi utilizada a história de vida na modalidade temática, pois, é a mais comum em trabalhos analíticos de diferentes áreas do conhecimento acadêmico (Meihy, 2000).

Apesar da escolha pela história oral temática, não se pode deixar de considerar que o tema a ser abordado encontra-se imenso na história de vida dos sujeitos. Sendo assim, são interessantes as considerações de Antônio Santos (2007: 06) que destaca: "As trajetórias de vida participam do instrumental analítico a ser utilizado na leitura de fontes orais, pois assinalam o universo social do qual provieram e no qual se situam as pessoas entrevistadas".

Segundo Rita Gonçalves e Teresa Lisboa (2007) o método da história oral que tem por uma de suas características a multidisciplinaridade possui os seguintes pressupostos epistemológicos: 1) primazia epistemológica; 2) vigilância epistemológica; 3) consciência e não consciência; 4) objetividade e subjetividade; 5) singularidade e totalidade; 6) compreensão na perspectiva hermenêutica; 7) historicidade. Nessa opção metodológica, a fonte é sempre uma invocação à memória, reconstruindo um passado pela perspectiva do presente e marcado pelo social (Correa; Guiraud, 2009: 681).

Dentre os recursos mais usados em história oral, apresentados por José Carlos Meihy (2000), dois são de especial interesse a esta pesquisa, pois foram utilizados conjuntamente, quais sejam, o estudo por gerações e as análises de família.

O autor se referiu aos recursos da história oral ao tratar do trabalho sobre identidades e ressaltou que a identificação por faixas etárias e a análise de famílias são uns dos principais recursos utilizados em História Oral (Meihy, 2000).

Na história oral, um elemento fundamental é a memória, segundo José Carlos Meihy (2000: 94): “Memórias são lembranças organizadas segundo uma

lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem a fatos concretos, objetivos e materiais”. Também em relação a essa questão Ana Maria Felipe (2009: 18) complementa sugerindo que: “A memória agrega conhecimento, compreensão, sentimentos e valores que uma pessoa leva na mente, no coração e na alma. E, nesse contexto, a linguagem tem uma significação (real) que se apresenta na vida real”.

4.2 Entrevistas

O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada, na qual o roteiro da entrevista contém pontos a serem abordados por meio de perguntas abertas. Teresa Haguette (2000: 86) conceitua entrevista como “um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. Vanilda Oliveira (2006) chama atenção, afirmando que:

No entanto, os sujeitos pesquisados não são pessoas que participam subalternamente da pesquisa da/o pesquisadora/or, mas pessoas reflexivas, que analisam sua situação e que controlam o acesso da/o pesquisadora/oras informações que julgam poder ou não ser reveladas.

Segundo Augusto Triviños (2008) a entrevista semiestruturada parte de questionamentos básicos, mas possibilita que novas questões surjam de acordo com as novas hipóteses e informações que vão surgindo, sendo todas elas fundamentadas na teoria, nas informações sobre o fenômeno e das hipóteses de pesquisa. Maria Ângela Paulilo (1999: 143) destaca que: “No âmbito das representações e da produção de sentido, as entrevistas são tratadas como encontros sociais, nos quais conhecimentos e significados são ativamente construídos no próprio processo da entrevista”.

Também em relação a esse instrumento, Rosa Correa e Luciene Guiraud destacam que “enquanto ferramenta de captação, a entrevista é comum na construção de narrativas por parte de pesquisadores que utilizam o método de história de vida” (2009: 678). Segundo Rita Gonçalves e Teresa Lisboa (2007: 87): “o método da história oral utiliza diferentes técnicas de entrevista para dar voz a sujeitos invisíveis e, por meio da singularidade de seus depoimentos, constrói e preserva a memória coletiva”.

Verena Alberti (2004) em seu livro “Manual de História Oral” diferencia

dois tipos de entrevistas a ser utilizadas na história oral. A primeira seria as entrevistas temáticas nas quais a entrevista se centra no tema escolhido. Já a entrevista de história de vida é centrada no próprio sujeito entrevistado, privilegiando sua trajetória de vida.

No caso desta pesquisa foi escolhida a entrevista temática com foco na questão racial. Buscou-se compreender a visão de três mulheres sobre raça e racismo, investigar de que maneira se percebiam sua corporalidade no que tange à questão racial e sua identificação ou não como mulheres negras.

Sobre a escolha dos entrevistados, Verena Alberti (2004: 31-32) entende que:

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possa fornecer depoimentos significativos.

O estudo realizado contou com a participação de três mulheres negras, em uma perspectiva intergeracional, residentes na região administrativa de Ceilândia/DF e no entorno. O objetivo era alcançar três gerações da mesma família. A identificação das participantes se deu por sua autoclassificação e traços fenotípicos. As entrevistas ocorreram entre abril e maio de 2014. Ao todo foram quatro entrevistas realizadas na casa da D. Telma, a avó/mãe.

4.3 Questões éticas

Todas as participantes assinaram o termo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após terem sido explicados a natureza, a finalidade e os objetivos da pesquisa. Também foi enfatizado que elas poderiam se recusar a responder qualquer pergunta bem como interromper a entrevista. As entrevistas foram realizadas em separado e conforme a disponibilidade de horário das participantes. Para preservar a identidade das participantes os nomes utilizados nesta dissertação são fictícios.

Com o intuito de apresentar com a maior fidelidade possível e de respeitar sua maneira de se expressar, os trechos de falas das entrevistas foram reproduzidos de maneira literal. Essa posição é compartilhada por Maria do Pilar Vieira, Maria do

Rosário Peixoto e Yara Khoury (1998: 20) ao tratar do historiador enquanto pesquisador, segundo elas:

Nesta linha de raciocínio uma questão que se coloca para o historiador é observar quem produz uma dada linguagem, para quem produz, como a produz e quem a domina. Tudo isso coloca a questão da luta pelo direito à expressão e da luta dos dominados pelo direito de se apresentar na cena histórica como sujeitos. Daí decorre para o historiador a necessidade de não ver a linguagem como neutra ou “despolitizada”, mas pensada “dependendo de um mercado, garantindo certas modalidades de relações sociais e colaborando na constituição de certa memória”.

Todas as entrevistas foram gravadas, pois como sugere José Carlos Meihy (2000: 28), “a base da história oral é o depoimento gravado que objetiva um projeto de estudos determinado previamente e orienta e organiza a pesquisa”. Além dos depoimentos gravados, para a análise não foram consideradas somente as falas, mas também as chamadas por Teresa Haguette (2000) de informações de caráter subjetivo que são: reações, sentimentos, comportamentos, expressões não verbais e afirmações conflitantes.

4.4 Relação entrevistadora e participantes

Apesar de Teresa Haguette (2000) prevenir sobre a possibilidade de a pesquisadora ser percebida como uma pessoa sofisticada e de alta educação, gerando uma reação de defesa que pode levar a várias atitudes defensivas, no caso da pesquisa em questão tentou-se minimizar ao máximo essa dificuldade.

Durante as entrevistas utilizei a linguagem mais próxima possível das participantes, além de uma postura acolhedora e receptiva. Outro ponto que contribuiu nesse quesito foi o fato de eu também ser negra e de origem pobre, informação que não foi omitida nas ocasiões em que se fazia explícita durante os diálogos.

Durante a pesquisa, a subjetividade do pesquisador é um elemento presente que deve ser considerado. Corroborando com essa ideia Vanilda Oliveira (2006: 27) entende que: “quando fazemos pesquisa qualitativa é importante entender que as interpretações dos resultados estão diretamente relacionadas com nossa própria experiência de campo, posição social, ideias e relações construídas com as investigadas”. A mesma autora afirma:

No entanto, os sujeitos pesquisados não são pessoas que participam subalternamente da pesquisa da/o pesquisadora/or, mas pessoas reflexivas, que analisam sua situação e que controlam o acesso da/o pesquisadora/oras informações que julgam poder ou não ser reveladas (Oliveira, 2006: 28).

Na pesquisa que envolve experiências humanas, a atuação do pesquisador não é neutra, assim como o processo empírico não é objetivo e determinado. No livro “A pesquisa em história” as autoras complementam essa ideia tratando da subjetividade do pesquisador.

Essa experiência humana não se modifica enquanto passado. O que se modifica é a investigação sobre ela, de acordo com as problemáticas que o investigador se coloca no presente, que envolve sua própria experiência de vida e as concepções das quais faz parte. Essa subjetividade está presente no trabalho do historiador, independentemente de ele se dar conta ou não, influenciando na compreensão dos nexos e das relações sociais imbricadas nas formas de expressão da atividade humana (Vieira; Peixoto; Khoury, 1998: 29).

Em relação à implicação da pesquisadora, não se pode deixar de considerar que: “O interesse do pesquisador por certos assuntos e o modo de abordá-los dependerá de sua visão da sociedade e de sua proposta de intervenção nela” (Vieira; Peixoto e Khoury, 1998: 45).

No caso dessa pesquisa a implicação era muito presente, pois as características da família eram as mesmas da minha família. Pensar sobre a história delas, me fez refletir também sobre a minha, sobre as diferenças e similaridades. Claudia Cardoso também faz reflexões similares sobre sua pesquisa. Ela afirma em relação à metodologia:

A História Oral cria condições para que se rompa com essa concepção, uma vez que, entre pesquisadora (or) e depoente, ou seja, entre sujeito e objeto, constrói-se um vínculo direto, mesmo que efêmero, de contato, de troca e de influência mútua. A objetividade aí reside na descrição do contexto da (o) pesquisadora (or), como apontam as epistemologias feministas. Já a neutralidade, esta é substituída pela enunciação dos marcadores sociais que constituem a/o pesquisadora (or) como sujeito político e influenciam sua interpretação da realidade. Para evidenciar a objetividade de meu trabalho, situei minha visão de mundo moldada por meu pertencimento étnico/racial, de gênero, classe, sexualidade e religião. (2012: 332).

Foi, portanto em uma atmosfera de implicação e familiaridade que a pesquisa se desenvolveu. De fato, como afirma José Carlos Meihy (2000: 12):

“Ainda que seja respeitável o esforço de objetividade analítica, os projetos de história oral são sempre engajados”. As análises foram potencializadas pelo grande investimento subjetivo com todas as alegrias e dores inerentes ao processo. Não há como negar que pensar o processo de vulnerabilidade das participantes é pensar no meu próprio e isso é, sem dúvida, muito rico.

5. UM DIÁLOGO COM O PASSADO QUE TECE O FUTURO

“Tornar-se negra é uma conquista”.
(Lélia Gonzalez)

O estudo de uma família monoparental composta por três mulheres de gerações diferentes suscita diversos aspectos importantes do ponto de vista analítico e teórico. Apesar da riqueza de conteúdo, esta discussão se restringirá a alguns aspectos tendo em vista o recorte do presente trabalho. As participantes serão citadas pelos nomes fictícios: Telma, Mariana e Camila e também pelas denominações: avó, filha e neta respectivamente.

A discussão se dará juntamente com os resultados da pesquisa. Haverá subdivisões para destacar e separar campos de conteúdos relacionados de maneira a facilitar a leitura e interpretação. Antes, porém, cabe a resposta a uma questão: quem são essas mulheres negras?

5.1 Quem são essas mulheres negras?

São três mulheres fortes, cada uma com sua história, entrelaçada com a da outra. São mulheres do povo, com sua fala e seu gestual. Para melhor dar voz a elas, no decorrer do trabalho houve a opção por deixar suas falas escritas o mais próximo de suas falas orais, sem grandes correções ou edições. É a voz delas que eu desejo apresentar.

5.1.1 D. Telma – avó

Dona Telma é uma nordestina de 74 anos de idade, natural do Maranhão e não alfabetizada. É uma senhora alegre, que gosta de jogar dominó e guarda com orgulho medalhas que ganhou nadando, dançando ou correndo. Além disso, ela se gaba de sua autonomia, sua energia e sua saúde pois, em relação aos problemas de saúde, relata somente pressão alta e afirma que faz o acompanhamento no posto local.

Mas a vida de Dona Telma não foi fácil. Ela teve 11 filhos no interior do Maranhão e criou alguns netos, entre eles Mariana, que é considerada como filha. Sua vinda ao Distrito Federal se deu quando ela já contava com cerca de 45 anos de idade, para ficar próxima às filhas que haviam vindo em busca de oportunidades de estudo e de trabalho.

Ao se estabelecer em Ceilândia, região administrativa distante 26 km do Plano Piloto, D. Telma passou a trabalhar como empregada doméstica na casa de uma família de classe média alta no Plano Piloto.

Atualmente, D. Telma mora com dois netos adolescentes em uma casa alugada e simples, com cinco cômodos. É aposentada como trabalhadora rural, mas ainda precisa trabalhar, o que ela faz como vendedora ambulante em frente a uma associação de idosos, perto de sua casa, em Ceilândia.

Essa senhora trabalha desde a infância, sendo de família pobre, não somente no passado, mas também no presente, uma vez que a renda *per capita* de sua casa é inferior a 1/4 do salário mínimo. Nessa circunstância ela pode ser considerada pessoa em situação de vulnerabilidade social.

5.1.2 Mariana – filha

Agora vamos a Mariana, a filha.

Mariana é uma mulher evangélica, maranhense, de 34 anos de idade, com fala e postura de quem tem muita vontade de viver. Sua paixão é o violão e o que mais gosta de fazer é louvar a Deus.

Mariana é neta de Dona Telma, mas foi criada pela avó desde bebê. Daí considerá-la como mãe, o que também foi considerado para este trabalho. Toda a sua infância ela passou em seu Estado natal, mas migrou para o Distrito Federal junto com sua mãe-avó quando ainda era criança.

Atualmente, ela é mãe de dois filhos, que teve ainda na adolescência, aos 14 e 17 anos, sendo que um deles, o segundo, é fruto de uma união estável não formalizada, mas já extinta. Para Mariana, a melhor coisa que fez na vida foi se separar. Para ela foi melhor que casar, principalmente porque atualmente está namorando.

Em relação à escolaridade, possui o ensino médio incompleto e trabalha como gari no Distrito Federal. Ela ainda possui o sonho de voltar a estudar e constituir novo casamento.

A entrevista ocorreu na residência de Dona Telma, no entanto, Mariana mora com seu segundo filho em Girassol - GO, um povoado do município de Cocalzinho de Goiás que fica a 60 km do Plano Piloto. Apesar de sua residência ser lá, Mariana está constantemente na casa da mãe.

Durante todo o momento Mariana pareceu bem, mas, ao mesmo tempo, apresentava um olhar triste e um esforço para avaliar positivamente suas experiências de vida. Talvez porque, sobre sua saúde, tenha relatado estar fazendo tratamento para depressão e finalizando o tratamento para câncer no colo de útero.

5.1.3 Camila – neta

Trataremos agora da filha de Mariana. Camila é uma adolescente de 18 anos de idade que atualmente mora com a avó-bisavó. Ela nasceu em Ceilândia e foi criada nessa cidade e em Girassol, no Estado de Goiás. Filha de Mariana, não conviveu quando criança com o pai, atualmente falecido. Ela é solteira e sua ocupação é estudar, sendo seus planos trabalhar e cursar uma faculdade.

Camila é uma adolescente muito afetuosa que se preocupa com o bem estar da mãe e tem muito orgulho da avó por sua trajetória de vida. Ela é comunicativa e solidária. Gosta de festas, dança de tudo, exceto forró, adora pagode e se diz vaidosa. Além disso, fala com um sotaque carioca por ter ficado no Rio de Janeiro dos 15 aos 18 anos, sendo que, na época da entrevista, fazia somente três meses que havia voltado.

5.2 Pensar sobre racismo: a fala de três mulheres negras da periferia de Brasília

Os elementos relativos à questão racial foram observados dentro dos relatos das participantes sobre si mesmas, suas histórias e suas vidas, de acordo com a metodologia empregada. É importante para essas mulheres contar suas histórias porque “as histórias produzem transformações, à medida que estimulam os sujeitos a pensar em outros sentidos e significados para a experiência passada, a partir do ponto de vista do presente” (Meneghel; Farina; Ramão, 2005: 570).

O que pretendi foi realizar uma análise para além dos ambientes individuais, abarcando a unidade familiar como um todo e, por isso, foi tão pertinente uma história tecida por três gerações de mulheres negras e vivendo em condições de pobreza. Em relação a esse aspecto, Wivian Weller e Marly Silveira (2008) também destacam o potencial analítico do enfoque geracional ressaltando a possibilidade de avaliações comparativas.

5.2.1 D. Telma: Percepção da questão racial

Entre as três, D. Telma foi a que mais demonstrou incômodo com a temática das relações raciais no Brasil. Ela pareceu ficar pouco à vontade com o tema e procurou mudar o foco por duas vezes. Quando questionada se percebeu diferenciação de cor no seu cotidiano entre ricos e pobres, ela respondeu:

Lá tinha, tinha assim. Tinha preto, tinha pessoa assim, morena assim, preto. Pobrezin... Tinha branco pobrezin, tinha gente que é bem de alma, num tinha nada, mas toda vida a pessoa ajudava. Eu tinha mais de que ele e eu ia... "xô levar esse leite pra fulano" (D. Telma, avó).

Após essa fala, Dona Telma passa a falar do seu cotidiano de trabalho, sobre solidariedade na comunidade e em relação à alimentação, mudando o tema. Após essas falas, eu tentei novamente abordar a questão a fim de saber se a cor da pele influenciava nos relacionamentos. A entrevistada começa a responder, mas, logo começa a falar sobre seu cabelo:

É. Ninguém ia escolher porque fulano é branca... Às vez fulano tem o cabelo bom, aquele ali tem o cabelo ruim. Não, pessoa... agradava daquelas pessoa, viu. Aí fazia o casamento. Eu pelo menos me casei com um... bem... Essa cor. E meu marido é bem... bem... bem pretin, cabelo... enroladinho assim. Eu tinha o cabelo grande, batia bem aqui, mas era seco. Precisava amarrar com liga porque negócio de grampo abria. Fazia aquela trançona, duas trançona, amarrava, pronto. Num podia soltar porque era grande. Era grande e seco. Nessa época num tinha esse negócio de alisar cabelo, nem passar isso aqui e nem passar aquilo. Cê usava era azeite de mamona no cabelo (D. Telma-avó).

Embora o tema introduzido possa levar a reflexões sobre a corporalidade da pessoa negra frente aos padrões estéticos, ela acabou por mudar, de certa forma, o assunto que vinha sendo abordado. Também é necessário acrescentar que D. Telma negou que tenha sofrido, que saiba que alguém da sua família tenha sofrido ou que tenha presenciado uma situação de discriminação racial.

De certa forma é possível considerar que D. Telma fala do que lhe parece familiar, do que ela entende que compõe sua história, ressalta-se que ela até entende que o racismo exista, mas não próximo a ela.

Pessoas negras podem simplesmente ignorar o racismo e suas consequências por diversos motivos, entre eles o desconhecimento sobre relações raciais no Brasil, o fato da pessoa não se considerar uma pessoa negra, acreditar que vivemos em uma democracia racial, negar ou mesmo resistir tratar desse tema. De acordo com Ivair Santos (2012: 30), algumas "vítimas negam que estejam

oprimidas ou então aceitam sua condição, como se fosse um destino que a vida lhes proporcionou. Outras reagem oprimindo aqueles que estão abaixo delas”.

Ainda que possa não ser o caso de D. Telma, é comum encontrar pessoas negras que não tenham consciência de que há racismo no Brasil. Sobre isso, Vanilda Oliveira (2006: 91) escreveu que: “Não podemos esquecer, no entanto, que a falta de consciência não se dá num vazio, mas num quadro de racismo, de mitos que o negam, de uma imagem naturalizada e distorcida dos sujeitos”. Ressalte-se, porém, que nenhuma das participantes negou a existência do racismo, mas D. Telma tratou dele como uma realidade distante:

Mas eu vejo muitos aí que fica falano porque a pessoa é preto. Eles bota logo que num querem... dizendo eles que num querem sentar numa cômoda, assim por exemplo: tô sentada aqui, tem deles que num quer sentar no lugar que o preto tá sentado pra num ficar perto. Já vi falar tudo isso. Já vi falar que chama os nêgo de macaco, já vi tudo isso. Só que num... graças a Deus inda num aconteceu comigo, viu (D. Telma - avó).

O fato dessa questão não ser tratada nos ambientes de convivência pode fazer com que essas pessoas não tenham reconhecido a prática da discriminação como violência. Nesse quesito cabe esclarecer que, conforme Nilma Lino Gomes (2001: 92) coloca: “O racismo no Brasil é um caso complexo e singular, pois ele se afirma por meio da sua própria negação. Ele é negado de forma veemente, mas mantém-se presente no sistema de valores que regem o comportamento da nossa sociedade”.

No caso de Dona Telma, a avó, parece que, por estar em uma situação de pobreza, a desigualdade social era o que estava mais evidente. Frente a uma luta diária pela subsistência, a desigualdade racial pode ter ficado em segundo plano. Além disso, é possível que Dona Telma não perceba o preconceito racial uma vez que a hierarquização racial no Brasil está naturalizada, o que torna invisíveis situações de violações de direitos e o aspecto racial relacionado à pobreza e à miséria (Theodoro, 2014).

Das falas da D. Telma subentende-se que ela somente reconheceria uma situação de discriminação racial se ela fosse flagrante e explícita. Nesse sentido, as manifestações indiretas e veladas de racismo não eram percebidas. Soma-se a essa percepção outra também importante, a de que o conhecimento de D. Telma não

abrange o racismo institucional: pelas suas palavras ela percebe o racismo como um fenômeno individual e subjetivo.

Em um cenário no qual a questão racial é pouco aparente, surgem reflexões que sugerem a ideia de que o preconceito racial se torna aparente no Brasil principalmente se a pessoa negra ameaça ocupar o lugar que, socialmente, estaria reservado aos brancos. Em outras palavras: “quando o negro não se coloca em seu lugar”. Negros em posição de destaque estão de alguma maneira “fora do lugar” e, por esse motivo, são alvos de humilhações e de desprezo considerando que a hierarquia racial em voga no Brasil reserva essas posições para os brancos (I. Santos, 2012).

Também se deve considerar a possibilidade de que essa tenha sido a interpretação das relações raciais predominantes na comunidade de D. Telma e que foi repassada a ela. Essa ideia faz sentido porque “o posicionamento dos grupos sobre as questões raciais é aprendido e internalizado desde a mais tenra idade. E, uma vez que isso aconteça, moldam-se comportamentos e estruturam-se formas de agir – pensar estigmatizantes” (Souza, 2001: 61).

5.2.2 Reconhecimento do racismo

Assim, em relação à compreensão sobre as relações raciais, as mulheres da pesquisa aparentaram ter uma opinião baseada no senso comum e nas experiências cotidianas. Apesar dessa observação, é positivo que Mariana (filha) e Camila (neta) apresentem uma opinião de certa forma crítica sobre essa questão, considerando o quanto é difícil ter acesso a essa discussão e às informações que qualificam esse debate. Nesse sentido, são falas delas:

Ó, o racismo pra mim é o preto, às vezes assim, ele discrimina a própria raça dele, certo? E às vezes, assim, a pessoa branca num gostar do negro. Num aceitar de jeito nenhum, eu num digo nem gostar, né, porque às vezes nós num precisamos de gostar não, mas nós temos que aceitar, sujeitar uns aos outros, né. E assim... às vezes, assim a pessoa branca não aceita o negro em situação nenhuma; muitas pessoas é assim, num gosta mesmo (Mariana - filha).

Então aí... é discriminação anda por todo lado. Com branco, com preto, com tudo (Mariana - filha).

Porque assim, a gente tem preconceito de... hoje tem preconceito de tudo; de mulher que namora com outra, de homem que namora com

outro, das opções. Entendeu? Então, assim, isso é um preconceito (Mariana - filha).

Uma forma que eu acho de racismo é as cotas da faculdade (Camila – neta).

Racismo. Que eu acho que é racismo? Xô ver. Eu acho que é, tipo assim, se você for num certo lugar, as pessoas já vão te tratar diferente. Uma forma de tratar as pessoas. A forma que tratam o negro e tratam uma pessoa de cor... (Camila - neta).

Preconceito eu acho que é diferente porque a pessoas tem preconceito por várias formas: por você ser negro, por você ser gay. Por várias coisas (Camila - neta).

Por meio das falas das participantes podemos observar que o reconhecimento do racismo e de suas especificidades aumenta conforme a mudança de geração. D. Telma silencia-se em relação a essa questão. Já Mariana, a filha, afirma reconhecer a existência do racismo, considerando que ele pode chegar a influenciar diretamente o cotidiano das pessoas. Camila, a neta, por sua vez, dá um salto ainda maior, pois ela trata, ainda que não nesses termos, do racismo disfarçado, o chamado racismo “à brasileira”. Ela fala diretamente sobre como o racismo nem sempre está explícito, o que não significa que seja menos danoso:

Querendo ou não, é uma forma de racismo. As vezes a pessoa te trata com racismo sem nem falar nada, só o olhar. Só da pessoa olhar pra você, cê já percebe que a pessoa já num foi muito assim pela sua cor (Camila, neta).

Às vezes a pessoa num precisa nem falar nada. Só a pessoa olhar pra você, cê já sabe já que ela tá com aquele olhar assim preconceituoso (Camila, neta).

O reconhecimento desse racismo que não é falado, mas é sentido, assim como sua discussão somente passou a ocorrer de fato há poucas décadas. Antes ainda se legitimava o mito da democracia racial no Brasil. A família em tela também expressa essa realidade quando somente a filha e a neta reconhecem a existência próxima do racismo e se sentem mais disponíveis a tratar do assunto. Ressalta-se que a recorrente veiculação nos meios de comunicação de casos de racismo também é um fator que possibilita um maior reconhecimento desse problema social. Mariana, inclusive, citou um caso que foi noticiado na mídia nacional:

Num vê aquele ator que foi preso injustamente porque ele era negro e parecia com o ladrão, né. Porque hoje num basta ser... Num

precisa você ser ladrão não, você ser só preto... daí muitas das vezes você vai preso injustamente... (filha).

Os indicativos que sugeriram a superficialidade do conhecimento delas sobre a questão racial foram principalmente: a) o fato das participantes compararem o preconceito racial com quaisquer outros preconceitos que inevitavelmente ocorrem na sociedade, demonstrando não entender suas especificidades; b) ao falar do racismo, Mariana se remete primeiramente à responsabilização do próprio negro; c) embora tenha uma postura mais assertiva, Mariana (filha) não trata desse assunto com os filhos, assim como D. Telma (avó); d) Mariana chega a desvalorizar pessoas negras de cor preta; e) argumentação superficial (senso comum) para ser contra as cotas universitárias, sendo que Camila chega a considerar esse mecanismo como racismo.

5.2.3 Cotas raciais

Em relação as cotas cabe uma avaliação à parte. Tanto Mariana (filha) quanto Camila (neta) declararam ser contra as cotas por achar que o processo deveria ser igual para todos. Todavia a opinião de Camila tem um diferencial: ela associa o racismo às cotas. Esse tema surgiu espontaneamente durante a entrevista em uma tentativa da entrevistada de definir racismo. Sua primeira fala é que cotas seria uma forma de racismo. A fala literal de Camila (neta) foi: “Uma forma que eu acho de racismo é as cotas da faculdade. Eu acho uma forma de racismo porque... por que que pra gente que somos negro tem cota e pros outros num tem? Tinha que ser igual pra todo mundo”.

Na pesquisa realizada por Wivian Weller e Marly Silveira (2008) sobre trajetórias de jovens negras da Universidade de Brasília (UnB), uma das participantes não percebia que os objetivos das cotas não se restringiam ao combate das desigualdades socioeconômicas. Além disso, consta que dentre as participantes oriundas de escolas particulares foram constatados sentimentos de culpa, peso na consciência e medo de serem estigmatizadas e de seu nível de competência ser questionado.

As cotas para negros na universidade são um tipo de ação afirmativa que visam diminuir as desigualdades raciais. “Deve-se lembrar de que antes do atual século XXI as vagas das universidades públicas, no Brasil, eram apropriadas em sua

maioria esmagadora pelos brancos de classes média e alta, poucos brancos pobres e raríssimos negros” (S. Santos, 2013: 259).

Voltando para a questão das “cotas serem racismo”, Rita Laura Segato (2004) aponta seis razões para esse tipo de reação que Camila teve: 1. as pessoas estão pouco informadas sobre essa discussão; 2. devido às características indireta e velada do racismo no Brasil muitas pessoas não reconhecem a necessidade de cotas para negros e índios; 3. a insensibilidade dos brasileiros em relação ao racismo; 4. as cotas levam a maioria da população a se deparar com sua parcela de ancestralidade negra; 5. a defesa das hierarquias raciais naturalizadas; 6. a preocupação com a legitimidade dos processos de seleção.

Segundo Kabengele Munanga (2007) alguns dos principais argumentos do segmento contrário às cotas são: a defesa da meritocracia e da excelência acadêmica; a injustiça e inconstitucionalidade desse mecanismo; a possibilidade de aumento da hostilidade entre brancos e negros; além dos que consideram que o problema é social e, portanto, investimentos na educação pública ou cotas sociais seriam as melhores opções. Alguns aspectos influenciam na opinião dos estudantes negros, sobretudo a polarização de opiniões de intelectuais e nos meios de comunicação (Weller; Silveira, 2008).

5.2.4 Racismo: desvalorização e inferiorização

Em relação ao racismo, os relatos das participantes trouxeram diversos elementos interessantes. Ficou evidente o racismo nos exemplos que se referem aos relacionamentos afetivos. Mariana (filha) cita uma amiga e o próprio filho que se recusam veementemente a se relacionar com pessoas negras, em uma evidente desvalorização da cor. “Tem uma amiga que fala assim: - que de preto já basta ela. Meu filho diz a mesma coisa: Nãn... de preto basta eu, mãe”.

Rita Laura Segato, em 2004, apontava que, na atualidade as escolhas maritais, não se têm privilegiado as uniões inter-raciais e que essa endogamia racial seria parte de um processo de segregação e guetificação.

Embora a preferência por parceiros brancos não tenha aparecido na fala das entrevistas, existem referências de que a ideologia do branqueamento pode atingir as pessoas a ponto de influenciar e até mesmo determinar que a cor seja fundamental na escolha dos parceiros ou das parceiras.

Na pesquisa realizada por Stella Taquette (2010) com adolescentes negras do Rio de Janeiro isso ficou explícito quando, ao tratar dos efeitos das discriminações e humilhações cotidianas, a autora afirma: “Isso tem como resultado baixa autoestima e vontade de clarear a família. Por isso preferem se casar com homens brancos” (Taquette, 2010: 59).

Em relação a essa diferenciação, Cesar Rossato e Veronica Gesser (2001: 28) afirmam: “Quanto mais clara a pele, maior o privilégio, e o contrário também é verdade”. Abdias do Nascimento (2002) interpreta essa questão argumentando que ainda há muitos negros que, por terem internalizado a ideologia do embranquecimento, vivem uma existência ambígua ao contribuírem com o supremacismo branco.

Essas posturas de distanciamento e de negação de alguns negros deixam evidente uma desvalorização dos “outros”, dos também negros que, em última instância, é a própria desvalorização. Muitas vezes a resistência em tratar do tema vem acompanhada da negação, uma espécie de defesa frente a uma realidade sofrida. A esse respeito Junia Vilhena (2006: 17) sugere que: “Pensar a sociedade como desracializada permite a alguns negros atribuírem a opressão que sofrem a outros fatores menos dolorosos do que o fator racial. Preserva-se, também a crença de que o esforço individual é reconhecido com imparcialidade”.

Outro ponto que pode ser analisado a partir da entrevista é a inferiorização do negro na sociedade. A pessoa negra pode ser levada, devido à circunstância a qual está exposta, a ter uma baixa autoestima e uma autoimagem prejudicada.

Esse foi um dos temas que também apareceu nas falas das entrevistadas. Mariana, a filha, cita o caso das pessoas que não se engajam em algum projeto por achar que não conseguirão realizá-lo. São suas as palavras: “É, porque às vezes assim, a gente fala assim... 'ah, num vou não porque eu sei que eu num vou conseguir' porque aí ele fica com aquela coisa 'porque eu sou negro', entendeu?”.

É comum ouvirmos frases em relação ao racismo como a de Mariana, filha: “Às vezes, o preto discrimina a própria raça dele”. Responsabilizar a vítima pela violência sofrida ou pela superação da desigualdade é um equívoco que somente favorece que se promova mais sofrimento. Como ressalta Rita Segato (2004: 66), “o

padecimento moral e a insegurança das pessoas negras na nossa sociedade são inaudíveis, não encontram meios expressivos para se manifestar e não encontram registro nem nos discursos midiáticos nem nos acadêmicos”. A valorização da população negra é uma demanda extremamente necessária e urgente, depende de todas as pessoas e das instituições.

5.3 Miscigenação e racismo institucional

5.3.1 As tonalidades da miscigenação e a morenidade

Embora Mariana (a filha) tenha ressaltado que muitos negros também são racistas, ela tentou demonstrar o tempo todo que ela própria não teria qualquer rejeição a sua cor e a sua raça. Apesar dessa postura afirmativa, ao longo da entrevista foi possível também identificar alguns elementos que sugerem uma desvalorização dos traços fenotípicos negros. Para Sandra Dahia (2008) embora os brasileiros não se considerem racistas quando sondados acabam por dar indícios de um preconceito racial latente.

A participante Mariana faz uma diferenciação entre os negros de pele mais clara e os negros de pele mais escura, os quais chama de “*bem pretin*”. As pessoas com tonalidade de cor de pele mais escura seriam também as esteticamente mais desvalorizadas e com uma imagem estereotipada, inclusive para ela própria que, em alguns momentos, fala: “o *jeitin* dela é de descendente de escravo”, “cabelinho bem tonhonhozin, ruizin”. Camila, a neta, também demonstra fazer essa diferenciação ao dizer que implicam mais com sua amiga por ela ser mais “escurinha”. São também exemplos:

[...] ela fica chateada também porque ela, assim, todo mundo implica muito com ela porque ela é muito escurinha, né (Camila-neta).

{Sobre o cabelo *Black Power*, tipo que a amiga usa} Porque tem muita gente que fala: "ah, cabelo duro... cabelo ruim". E tipo, a pessoa num vê que a pessoa gosta de andar daquele jeito (Camila-neta).

Porque eu acho que as pessoas olha assim aquelas... eu até falo assim muitas das vezes, gente, eu fico com dó quando eu vejo uma pessoa assim bem pretinha mesmo, sabe? Porque tem umas pessoas que é tão pretinha, chega... chega a ser cinzenta (Mariana-filha).

Porque a gente que já é dessa cor aqui, a gente já é... olhado torto. E já é difícil pra gente. E quando você vê uma pessoa bem pretin que já chega até ser cinza. É mais difícil ainda pra eles (Mariana-filha).

Nesse sentido podemos observar que existe uma diferenciação de *status* entre os negros de pele clara, os chamados “morenos” ou mulatos e os negros de pele escura, ou seja, os “pretos”.

Conforme Nilma Lino Gomes (2008: 56) “Mulata pode ser considerada, então, uma metáfora que expressa o preconceito racial e demonstra a existência de uma hierarquia racial presente na sociedade e no interior da própria comunidade negra”.

Pensando a partir dessa classificação, poderia se dizer, em relação às participantes, que tanto Mariana (filha) quanto Dona Telma (avó) são negras de pele clara, enquanto Camila, a neta, é negra de pele escura. A própria D. Telma se autodenomina morena e também caracteriza seu pai dessa forma.

Sobre isso Jacques D’Adesky (2005) avalia que a percepção ou identificação racial é um processo ambíguo que pode ser influenciado pela miscigenação e por fatores geográficos, culturais e socioeconômicos, além de envolver uma relação de intersubjetividade em relação à autopercepção e à percepção do outro.

Em relação a essa diferenciação é importante destacar que, embora Camila (neta) e Mariana (filha) tenham se classificado como negras quando perguntado diretamente, em outros momentos da entrevista tratando sobre outros assuntos, acabavam se denominando como morenas.

Nesse ponto é de fundamental importância considerar que se autodenominar como morena pode ser a saída encontrada pela população para não se dizer preta ou negra, uma vez que esses termos já se encontram estigmatizados em nossa sociedade, podendo até ser pejorativo (Guimarães, 2002).

Ainda segundo Antônio Sérgio Guimarães (2002: 173). “‘Negro’ ou ‘preto’ passam, pois, a ser uma síntese verbal para toda uma constelação de estigmas referentes a uma formação racial identitária”.

A pessoa morena seria a transição para o branco, um ser híbrido que pode compor diferentes espaços a depender de suas características. De acordo com a influência do branqueamento, uma pessoa morena, rica, formada e de sucesso pode em alguns espaços passar por branco. “Por assim dizer então, a pessoa de cor

mais clara usa este atributo como uma forma de obter maiores benefícios no mundo da hegemonia branca” (Rossato; Gesser, 2001: 28). Complementar a essas ideias são as colocações de Abdias do Nascimento (2002: 42) sobre a discriminação racial:

Tal discriminação utiliza diferentes tonalidades de cor epidérmica do negro como mecanismo pra conseguir que o homem negro desapareça através da ideologia do branqueamento como busca do homem ideal, no esforço de obter melhores condições de vida.

Esses deslocamentos podem confundir e comprometer a identificação dessas pessoas com a população e com a luta do movimento negro. São justamente os morenos os mais cooptados para a legitimação do mito da democracia racial, pois eles seriam os aparentemente integrados e, portanto, a prova maior de que não há racismo no Brasil. Enquanto defensores e representantes da democracia racial, os “morenos” são bem vindos e aparentemente bem aceitos. Convergindo com essas colocações está à argumentação de Jacques D’Adesky (2005) que acredita que o moreno que faz a ponte entre as categorias branco e negro, pois ele pode ser percebido como quase branco e até mesmo fingir-se de branco.

5.3.2. O cabelo

O cabelo é também um dos elementos que podem diferenciar as pessoas em mais ou menos negros. Sobre o cuidado com os cabelos, todas as participantes afirmaram utilizar algum tipo de produto químico que modifica a textura do cabelo. Elas citaram que fazem relaxamento, selante e escova progressiva. O primeiro solta os cachos e diminui o volume dos cabelos, os outros dois são processos que tornam o cabelo liso, uns mais outros menos.

Dentre as três, Camila, a neta, foi a que demonstrou ter mais disponibilidade para usar o cabelo tipo afro, todavia assumir o cabelo natural pode ser uma tarefa muito difícil em uma sociedade com referências racistas e machistas. Em relação ao seu cabelo Mariana, a filha, afirma: “Eu gosto dele quanto mais baixo pra mim, melhor”.

Segundo Bell Hooks (2005), para muitas pessoas o cabelo *Black* parece palha de aço ou um casco. Os penteados naturais seriam então percebidos não somente como feios como também atemorizantes, podendo as mulheres negras chegar a interiorizar esse medo.

Na pesquisa realizada por Stella Taquette (2010) as adolescentes negras sofriam com a desvalorização da estética negra. “Na observação participante nas comunidades, verificou-se que as meninas se esforçam para alterar suas características raciais. Tentam alisar e alongar o cabelo e o pintam de loiro” (Taquette, 2010: 60).

A questão do cabelo é um tema controverso que envolve também as questões estéticas e de gênero. Embora também trate da influência das representações sociais sobre o cabelo crespo, Nilma Lino Gomes (2008) faz um contraponto a esse entendimento negativo dos processos de alisamento ressaltando a possibilidade de pensar o alisamento e o permanente afro como estilos e práticas culturais que podem não significar a introjeção da desvalorização corporal. Já no entender de Bell Hooks (2005: 07): “As preferências individuais (estejam ou não enraizadas na autonegação) não podem escamotear a realidade em que nossa obsessão coletiva com alisar o cabelo negro reflete psicologicamente como opressão e impacto da colonização racista”.

5.3.3. Macros consequências do racismo, o racismo institucional.

Em relação às “macro consequências do racismo”, que seriam as que atingem a população negra coletivamente, que geram a segregação socioespacial, a institucionalização do racismo e a dificuldade de acesso a políticas públicas, elas não foram percebidas pelas três participantes.

A única exceção é a fala de Mariana (filha) de que: “Se você for um negro e outro for um branco bem vestido, dependendo, assim, dessa pessoa olhar por esse lado, o branco vai ficar com a vaga”.

As macro consequências do racismo se referenciam diretamente na categoria de racismo institucional. Segundo Ivair Santos (2012: 30): “Há racismo institucional quando um órgão, entidade, organização ou estrutura social cria um fato social hierárquico – estigma visível, espaços sociais reservados – mas não reconhece as implicações raciais do processo”. Ivair Santos (2012: 30) complementa a ideia de macro consequências do racismo afirmando que: “A discriminação pode ser sistêmica em vez de pessoal e, por conseguinte, mais difícil de identificar e de compreender, quando está internalizada e naturalizada por discursos de que se vive em um país miscigenado”. De acordo com Laura López (2012: 126):

Busca-se dar visibilidade a processos de discriminação indireta que ocorrem no seio das instituições, resultantes de mecanismos que operam, até certo ponto, à revelia dos indivíduos. A essa modalidade de racismo convencionou-se chamar de racismo institucional, em referência às formas como as instituições funcionam, contribuindo para a naturalização e reprodução da desigualdade racial.

No que se refere ao racismo institucional, Almir Júnior e Verônica Lima (2013: 129) fazem uma provocação: “O racismo, em suas manifestações institucionais e estruturais, é a causa da violência contra a população negra e também de outras formas de injustiças. Diante desse quadro, qual deve ser ao papel do Estado?”.

Para Mario Theodoro (2014) o combate ao racismo institucional deve ser um dos objetivos estratégicos da política de promoção da igualdade social tanto no âmbito público quanto no privado combatendo a noção de que a temática racial é suplementar ou acessória. De acordo com Almir Júnior e Verônica Lima (2013: 129):

A manutenção de estereótipos racistas pelos membros de organizações que, por princípio, deveriam atuar de acordo com diretrizes universais, acarreta desvantagens para grupos raciais no que diz respeito ao acesso aos bens públicos produzidos pelo Estado.

Embora as participantes não tenham falado diretamente sobre racismo institucional, na análise dos dados é possível afirmar que o racismo institucional é o mais perceptível na história dessas mulheres uma vez que, atuando estruturalmente, não é identificado.

Elas são atingidas pelo simples fato de não serem brancas ainda que isso possa, em muitos momentos, acontecer de maneira indireta. O racismo institucional no caso delas está expresso nas dificuldades de acesso e de permanência na escola, na situação de vulnerabilidade social, nas diferenciações de tratamento em diversas instâncias (que podem nem ser percebidas), nas dificuldades encontradas no acesso ao mercado de trabalho e a algumas políticas públicas como de moradia, de segurança pública, de educação e de cultura.

5.3.4. Micro consequências e situações de discriminação

Assim, ficaram mais evidentes nos relatos “as micro consequências do racismo”, sendo micro porque operam no microcosmo dos sujeitos ou de pequenos

grupos e não por serem menos importantes. A essa categoria se referem os casos de discriminação direta e indireta de pessoas ou pequenos grupos.

Embora Camila e Mariana tenham reconhecido poucas situações de discriminações em sua história de vida, elas demonstraram identificação e solidariedade com outras pessoas que sofreram discriminação. Segue falas referentes a situações de discriminação vivenciadas por sua amiga:

[...] Eu também fico chateada por ela porque ninguém ia gostar de passar por essas coisas (neta).

Aí eu já falo logo: "tá com algum problema?", eu já pergunto logo porque tá me envolvendo (neta).

Ao citar alguns casos recentes de discriminações sofridas por ela e essa mesma amiga, Camila reconheceu ter sido vítima, mas fez questão de começar o relato destacando que sua amiga é "bem escurinha", como se esse fosse um fator fundamental para entender a situação. Segue o relato de Camila:

Eu fui no shopping com minha amiga. Ela é assim bem... escurinha mesmo. Bem escurinha. Aí a gente tava no shopping, a gente tinha ido comprar uma blusa. Aí a mulher... a segurança tava seguindo a gente toda hora. Toda hora, toda hora, toda hora. Aí eu perguntei pra ela: "minha senhora, tá com algum problema?"; ela: "ah, não. Tô só vendo se vocês num querem roubar alguma coisa", e falei: "eu num preciso roubar não que eu tenho dinheiro". Aí eu peguei o dinheiro e o cartão de crédito e mostrei pra ela, e fui embora da loja (neta).

Todo mundo da loja ficou olhando e todo mundo da loja percebeu que ela tava atrás da gente. Aí, tipo, até as pessoas devem ter pensado alguma coisa (neta).

Teve, quando eu fui numa loja da Marisa. A gente foi comprar, é... roupa íntima. Aí a mulher tava... aí falaram no microfone; pra mulher comparecer na loja... na sessão de roupa íntima, aí a gente tava lá e só tinha a gente lá. Aí a mulher ficava toda hora seguindo a gente, toda hora, toda hora (neta).

Aí... aí eu peguei e falei: "nunca mais eu compro aqui nessa loja". E nunca mais eu fui lá (neta).

Em relação às situações relatadas podemos destacar a associação entre pessoas negras e criminalidade. Na primeira situação chama atenção o fato da segurança ser direta ao falar de suas suspeitas, como se fosse usual e legítimo desconfiar de pessoas negras e pobres.

Pertinente à leitura desses relatos são as reflexões de Marco Nascimento e seus co-autores num artigo de nome expressivo: "Com que Cor Eu Vou pro

Shopping que Você me Convidou?” (2013). Essa é uma referência a Noel Rosa que visa chamar atenção para a segregação sócio espacial nos shoppings de Belo Horizonte, Minas Gerais. Segundo os autores do artigo supracitado, os shoppings são locais simbolicamente reservados a uma camada da população por serem espaços valorizados.

Nesses espaços prevalecem estereótipos raciais que, a exemplo do que aconteceu com Camila e sua amiga, referenciam as pessoas negras como faveladas, pobres, criminosas e com práticas sociais peculiares (o modo de se vestir, o gosto musical) (Nascimento et al, 2013).

Ao falar das situações em que sofreu discriminação, Camila era pontual e demonstrava sempre enfrentar o discriminador, mas quando questiono sobre o que ela acha que a pessoa sente quando é discriminada, suas palavras fazem pensar em seus sentimentos. À pergunta que fiz, ela respondeu assim:

Assim, né... eu, assim, eu fico um... eu sinto incomodada. Eu fico meio assim triste, né. É uma coisa que deixa a gente assim abalado. Acho que isso a gente leva pro resto da vida porque... a gente sempre vai ficar com medo da pessoa te tratar com indiferença. Vai ficar tipo um trauma na pessoa.

Contudo, nos momentos em que falou da situação de discriminação, focou mais na amiga, colocando-se como coadjuvante das situações. São exemplos:

Ela ficou... ela fica chateada também porque ela, assim, todo mundo implica muito com ela porque ela é muito escurinha, né. Aí todo mundo tem uma certa implicância por ela... com ela, por ela ser assim. E ela usa o cabelo black power, essas coisa assim, aí o povo... fica olhando assim de uma forma diferente, né. Aí ela ficou chateada também. Eu também fico chateada por ela porque ninguém ia gostar de passar por essas coisas. (Camila-neta).

Por ela ser assim mais escurinha. Botam apelido nela (Camila-neta). Hum... antigamente quando a gente tava no nono ano, os meninos, como a gente sempre andou junto, os meninos chamava a gente de Laranjinha e Acerola (Camila-neta).

Chamava a gente de Laranjinha e Acerola, chamava de churrasquim queimado. Essas coisas (Camila-neta).

Em uma das tentativas de trazer o foco para ela eu perguntei o que ela havia sentido. Ela respondeu: “Ai, eu fiquei muito constrangida, né. Todo mundo da loja ficou olhando e todo mundo da loja percebeu que ela tava atrás da gente. Aí, até as pessoas devem ter pensado alguma coisa”. Em relação à amiga, Camila disse que inicialmente ela fica chateada, mas depois quando fala da situação dos apelidos

na escola, conclui: “Ah, ela finge que num tá acontecendo nada, né. Mas quem conhece ela sabe que ela tá... constrangida, né. A gente vê pelo olhar da pessoa, assim. a gente sabe que a pessoa num gostou”.

Essa atitude de retirar o foco de si não é somente compreensível, como também comum. Independente da possibilidade de realmente ser a amiga o foco das atitudes discriminadoras relatadas, a forma como Camila retira o foco de si pode sugerir que ela tem dificuldades de lembrar e (ou) falar sobre esses fatos.

5.3.5. Mecanismos de defesa frente ao sofrimento

Pessoas que sofrem as consequências diretas ou indiretas do racismo costumam utilizar alguns mecanismos de defesa para lidar com as situações de discriminação. Esses mecanismos seriam uma forma de lidar com a ansiedade, uma forma do ego se proteger, distorcendo ou falsificando a natureza das ameaças (Fandiman; Frager, 2002).

Entre os mecanismos de defesa, há a negação, uma tentativa de não aceitar uma realidade que perturba o ego, sendo comuns lembranças falsas. Também há a projeção, o ato de atribuir qualidades, sentimentos ou intenções a outro (no caso da entrevistada poderia ser a amiga, que se fragilizaria perante a situação).

A repressão seria o afastamento da consciência de conteúdos ameaçadores, como um esquecimento provocado. Ainda assim, apesar de inconsciente, o conteúdo continua presente e pode chegar a gerar doenças psicossomáticas (Fandiman; Frager, 2002).

Ainda em relação à utilização de mecanismos de defesa também é interessante destacar que a Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas (SPAA/SEPPIR) destacou esse fato em uma de suas publicações. De acordo com a SPAA/SEPPIR (Brasil, 2011:11): “as ideologias discriminatórias, tais como o racismo e o sexismo, geram estratégias psicológicas de defesa construídas culturalmente, tais como a somatização, a negação, a racionalização e a invisibilidade para o seu enfrentamento”.

Compreende-se que cada sujeito constitui sua própria maneira de lidar com esses e outros conteúdos não havendo, portanto um padrão específico. Nem sempre serão necessários mecanismos de defesa, havendo a possibilidade de a

pessoa lidar com o conteúdo de maneira mais positiva. Considerando essa possibilidade, sublimação seria, para James Fadiman e Robert Frager (2002: 18), “[...] o processo através do qual a energia originalmente dirigida para propósitos sexuais ou agressivos é direcionada para novas finalidades, com frequência metas artísticas, intelectuais e culturais”.

A sublimação é um processo em que o conteúdo que causa o desconforto é transformado em manifestações positivas e saudáveis, como a busca de conhecimento e a militância. Trata-se de um recurso que é amplamente utilizado pela população negra para lidar com o racismo. As manifestações artísticas, a produção acadêmica, a atuação dos movimentos sociais na luta contra o racismo são, em alguma medida, expressões claras dessa sublimação.

Além da sublimação também é necessário tratar da introjeção, um processo extremamente danoso para populações vulneráveis sujeitas a algum tipo de preconceito. Trata-se do processo de introjetar ou internalizar os conteúdos e as projeções que o racismo dissemina no âmbito geral ou que as pessoas atribuem ao sujeito nas situações de discriminação. Interessante para pensar essa questão são as colocações de Stella Taquette (2010: 60) que constata: “Muitas adolescentes passam a vida mordendo os lábios na intenção de reduzir seu tamanho, colocam pregador de roupa no nariz para afiná-lo e evitam comer feijão para não ficarem mais pretas”. Maria Lucia Silva (2004) destaca que, ao internalizar atributos negativos instala-se na pessoa negra o sentimento de inferioridade que pode gerar diversos problemas e prejudicar a construção de um autoconceito positivo.

Mariana, a filha, chegou a falar que seu filho não gosta de pessoas pretas, apesar de ser membro de uma família negra.

Esse ponto dialoga com os achados de Nilma Lino Gomes (2001) pois, ela também afirma que as práticas racistas podem levar o negro não somente a introjetar como também invejar, desejar e projetar uma identificação com o padrão branco.

Nos casos de introjeção a pessoa passa a se ver e a se comportar reproduzindo os estereótipos baseados na ideologia racista. Exemplo disso são as meninas negras que entendem que: “Ser preta significa ser feia, suja, fedorenta, do cabelo ruim, ‘beijuda’, ladra e incapaz” (Taquette 2010: 60). A questão da

internalização do racismo pelas pessoas negras é convergente com as colocações de Ivair Santos (2012: 62-63) que argumenta em relação ao racismo institucional:

As consequências disto mostram sentimentos de insegurança e de inferioridade imputáveis a um *status* de marginalização, privado de privilégio (por ser negro), privado de prestígio e de poder e à interiorização das imagens negativas veiculadas na sociedade, tanto quanto de uma patologia social ligada à imbricação de múltiplos fatores: exclusão, limitando as chances sociais, desorganização familiar e comunitária, socialização defeituosa, perdas de sinais identificatórios, desmoralização etc.

5.3.6. Descendência

Em relação à descendência, D. Telma (avó) destacou que seus avós eram índios, a única referência que poderia indicar uma descendência negra foi o pai, que ela não conheceu, mas que se refere como “moreno”. Em relação ao marido diz que era “pretin” e de “cabelo enrolado”.

Camila, a neta, por sua vez, informou que seu pai era preto, embora não o tenha conhecido. Essa é uma questão cara ao movimento negro, que tem lutado pela afirmação do povo negro e da sua história. “O Movimento Negro busca o reconhecimento da ancestralidade africana como um valor positivo” (Ribeiro, 2008: 990).

Antepassados europeus e até indígenas (em menor medida) sempre são informados, mas em relação à possibilidade de descendência de negros escravizados as pessoas costumam “não saber”. Esse é um fato tão comum no Brasil que Isabel Aparecida dos Santos (2001: 99) coloca: “Não é para menos que uma parcela significativa dos brasileiros fica procurando uma ascendência europeia na qual se apoiar: um bisavô português, uma tataravó italiana, para assim se ver menos preto, menos índio e até mesmo menos brasileiro”.

5.4 A interseccionalidade entre a questão racial e a de gênero

5.4.1 Desigualdade de gênero

A interseccionalidade, termo utilizado para caracterizar o contexto de múltiplas opressões as quais mulheres negras estão expostas, significa analisar em que medida raça, gênero e classe social interagem, sem cair num reducionismo ou num essencialismo (Rodrigues, 2013).

Esse conceito foi de fundamental importância na pesquisa, pois a ideia era justamente contemplar todas as especificidades da condição da mulher negra. No caso das participantes, a desigualdade racial está atrelada a outras desigualdades, somente sendo possível pensar a vida dessas mulheres dessa forma, pois as opressões se relacionam e se influenciam mutuamente.

No caso da desigualdade de gênero, podem-se apresentar alguns pontos que se destacaram nas entrevistas. Cabe esclarecer que questões sobre desigualdade de gênero eram esperadas, uma vez que, no caso das mulheres negras, a questão de gênero está entrelaçada à questão racial. Para Elisa Nascimento “o racismo é o patriarcalismo cruzam-se numa dinâmica de interação e dependência mútua ao desumanizar os grupos subordinados” (2001: 132).

Em relação a isso, os relatos da D. Telma sobre sua juventude sugerem que a desigualdade de gênero limitava a vida das mulheres e as colocava em situação de subordinação em relação ao pai e depois ao marido. Nesse sentido, chamaram bastante atenção os relatos sobre essa questão pela fragilidade e vulnerabilidade a que as mulheres estavam expostas. Casavam-se muito cedo (D. Telma se casou aos 14 anos de idade), tinham filhos muito cedo com pouca ou nenhuma assistência médica, eram responsáveis por todo o trabalho da casa e ainda tinham que trabalhar na roça.

Quando elas sofriam violência doméstica não tinham suporte algum; se o casamento não dava certo, ficavam sozinhas com a responsabilidade de sustentar e cuidar de todos os filhos, que eram muitos, pela inexistência de anticoncepcionais. Não era fácil constituir uma nova família e ainda havia toda a preocupação com o nome (a honra) da família, que recaía somente sobre a mulher.

Embora os relatos da D. Telma (avó) sejam referentes ao período de sua juventude, Mariana (filha) experimentou algumas das mesmas dificuldades já na década de 90 quando teve Camila (neta), aos 14 anos de idade como, não ter orientação sobre vida sexual, não contar com o apoio do pai da criança ao ficar grávida.

Atualmente a desigualdade de gênero ainda é uma realidade extremamente presente, influenciando a vida das mulheres em geral e das negras, tema desse trabalho. Prova disso são os resultados da pesquisa realizada por Stella Taquette (2010: 58) com adolescentes negras do Rio de Janeiro, segundo a autora:

“Verificou-se que os padrões hegemônicos de comportamento de gênero masculino e feminino se mantêm, com predominância do poder do homem sobre a mulher”.

Soma-se aos fatores expostos a impossibilidade de controle sobre a reprodução, uma vez que as mulheres não tinham acesso a métodos anticoncepcionais e ficavam sujeitas a engravidarem sem ter o direito de planejar.

D. Telma, a avó, retrata essa condição em falas como a seguinte: “Não, eu nunca planejei porque... a gente... nessa época num tinha remédio pro'cê tomar pra evitar, Você tinha os filho até quando Deus quisesse. Deus é que fazia a operação; como Deus fez pra mim”.

5.4.2 Sexualidade e gravidez na adolescência

Outro conteúdo que remete à questão de gênero é a repressão da sexualidade e a dificuldade que ainda existe de tratar desse tema. Dentre as participantes, D. Telma, a avó, se sentiu desconfortável ao falar de seus relacionamentos após a separação do marido. Disse apenas que teve outros três filhos com outros homens, que também não ajudaram na criação e sustento das crianças.

As dificuldades em falar relacionam-se a diversos fatores, sendo a moralidade um deles. Sobre isso, Vanilda Oliveira (2006: 70) argumenta que: “O imaginário construído em torno da sexualidade das mulheres negras evidencia a tentativa de localizá-las dentro de um sistema em que raça e sexo são pensados como evidências morais”. Embora tenha se observado uma melhoria em relação à liberdade sexual das mulheres, ainda se mantêm muitas referências patriarcais. Pode-se destacar que:

Apesar da existência de mudanças nas regras sociais que regulam o contato e o namoro entre os adolescentes, estas não necessariamente foram acompanhadas de novos valores ou classificações morais sobre o comportamento feminino no âmbito da sexualidade (Patias; Gabriel; Dias, 2013: 599).

A partir dos relatos da D. Telma, a avó, há a compreensão de que as experiências sexuais somente eram legítimas no casamento e que nos namoros era recorrente o imperativo do casamento frente uma gravidez indesejada que não tinha como ser evitada na época. Todos esses fatores ocorriam em uma circunstância de

muita privação e hierarquização das relações familiares, conforme expressa a fala de D. Telma:

E era quando... quando surgia uma coisa dessa, os pais abafava, casava rapidin. E ainda é "fulano vai casar", cê já sabia o que era, porque eu ia casar: porque num queria que o pessoal sabia.

E era tudo abafado. E aí as moças não tinha escolha, né. e os pai na hora que tinha... era entendido, fulano mexeu com fulano de tal, você fosse lá na casa dos pais dele, os pai dele ajeitava... ah, já pra casar. Num tinha briga, num tinha guerra, num tinha nada.

Já para Mariana, filha, o período de maior dificuldade foi quando engravidou aos 14 anos. As dificuldades pelas quais ela passou faz pensar sobre as questões de gênero envolvidas nos problemas enfrentados por adolescentes que engravidam sem querer. Algumas das falas de Mariana sobre esse período foram:

[...] foi uma experiência muito difícil pra mim..., porque assim, como eu era muito jovem, num tinha trabalho e tipo, num fiquei com o pai dela, no caso. Aí assim, eu passei muitas luta dentro de casa... assim, minhas irmãs mesmo enchia muito a minha cabeça, queria que eu desse ela (filha).

Logo eu me vi na... numa situação que... é... eles perturbavam muito a minha mente dentro de casa, com essas história [[toda]]. Às vezes as minhas amiga vinha em casa assim, minha mãe fazia até eu passar vergonha na frente das minhas amiga, né, por conta da minha gravidez e tudo; eu vivia chorano... né, assim, às vezes até pensei em suicídio mesmo, quando eu tava grávida dela (filha).

No caso de Mariana (filha) foi perceptível que a única parte que arcou com o ônus foi ela. Mais uma vez, a responsabilização recai sobre a mulher, que, em uma sociedade de valores patriarcais e machistas, sofre recriminações pelo exercício da sexualidade e pela gravidez fora de um relacionamento estável. Essas recriminações vinham da própria família de Mariana, que não a apoiou nesse momento. Embora os fatos narrados pela entrevistada tenham se dado em 1995, esse tipo de situação ainda acontece.

De acordo com a pesquisa de Stella Taquette (2010: 59) com adolescentes negras de uma comunidade do Rio de Janeiro: "A menina, depois que deixa de ser virgem, perde muitos direitos dentro da família e passa a ser tratada com menos carinho porque "envergonhou" a família".

Segundo a revisão bibliográfica realizada por Naiana Patias, Marília Gabriel e Ana Cristina (2013: 596): "A gravidez na adolescência geralmente envolve

renúncias, inclusive da perda de proteção e confiabilidade da família. De fato, algumas famílias não aceitam a situação da gravidez na adolescência”.

Ressalta-se ainda que pelo que a entrevistada relatou de sua relação com a mãe, ela não foi orientada e informada sobre sexo e métodos anticoncepcionais, mas se diz diferente com a filha. Mariana (filha) fala: “Então, assim, eu num falava muito com ela; agora eu e a minha filha a gente é diferente. A gente fala, né, uma com a outra assim abertamente sobre negócio de namoro, sexualidade, as coisa tudo”.

Em relação a esse tipo de orientação, é importante ressaltar que D. Telma também não a teve, o que lhe fez muita falta, segundo ela: “Com uns quinze anos eu tive um... minha primeira filha, que eu num sabia nem como era que eu ia ter essa criança”. Perguntada se teve alguma orientação, ela respondeu que: “Não. Minha mãe num me explicou e ninguém me explicou. Quando eu fui ter essa menina eu fiz espetáculo!” (D. Telma, avó), querendo dizer que fez um escândalo, desesperou-se por não entender o que estava acontecendo, que reagiu de maneira inadequada, pois não havia sido informada de como seria o parto.

Outro aspecto relevante, ainda sobre essa questão, é a transgeracionalidade da gravidez na adolescência nessa família, que é interrompida na neta Camila. Embora tenham sido em momentos diferentes D. Telma teve alguns de seus filhos na adolescência.

A mãe de Mariana, que na verdade é filha de D. Telma, também a teve na adolescência, sendo que também ela (Mariana) teve seus dois filhos aos 14 e aos 17 anos, realidade que ela não queria para sua filha, Camila.

O contexto histórico e as características familiares fazem toda a diferença pois, na época de D. Telma era comum se casar e ter filhos no período da adolescência. Devo ressaltar também que naquela época não existia a noção de adolescência enquanto importante fase do desenvolvimento na qual as pessoas precisam ser protegidas.

A esse respeito, Julia Zanetti e Monica Sacramento, explica que (2009: 25): “Sendo a juventude uma condição da modernidade, como categoria social seu surgimento vincula-se à sociedade industrial e às novas institucionalizações sobre o tempo”.

O que não era admitido, nessa época que corresponde à década de 1950, era ser mãe solteira, pois seria uma vergonha para a adolescente e para sua família. Além disso, principalmente em comunidades pobres o casamento precoce era comum por representar o futuro das adolescentes, tendo em vista as dificuldades de progressão nos estudos.

Nos últimos anos o fato das mulheres estarem se graduando e investindo em sua profissionalização e especialização tem feito com que o casamento e os filhos (quando desejados) sejam projetos para depois dos 25 anos de idade.

No caso de Mariana (filha), todos os eventos que envolveram o processo de gravidez, parto e puerpério sugerem que esse período foi traumático por ter vivenciado dificuldades de toda ordem. Tais dificuldades são diretamente relacionadas com a questão da desigualdade de gênero a qual estava exposta pelo simples fato de ser mulher, somado ao fato de ser ainda uma adolescente e não poder prover o próprio sustento. Na fala de Mariana:

[...] eu tava com problema de pressão alta também e eu fiquei, acho que dos sete meses até ela nascer, nos hospital, internada. E depois que ela nasceu continuamos internadas porque eu peguei infecção hospitalar, né, e ela foi pra incubadora; também quase morreu minha filha. E assim, a gente ficou lá até a gente ficar bem das... da infecção e depois a gente veio pra casa, assim, mas... eu vim muito acabado mesmo, que eu sofri muito. Muito mesmo, assim, foi um... muita dor porque eles tinham que me abrir novamente pra lavar tudo por dentro, custurar e tudo; então assim, pra mim, foi um sofrimento muito grande. Pra mim, com quatorze anos passar por tudo isso, eu falo assim, que hoje, eu assim, eu sou uma vitoriosa porque eu sofri muito na gestação dela, muito, muito mesmo (Mariana-filha).

De acordo com um estudo realizado no município do Rio de Janeiro a desigualdade racial é expressiva no atendimento das mulheres grávidas. Em todos os quesitos ficaram em maior desvantagem as pretas, seguidas pelas pardas com menor escolaridade (Leal et al, 2005).

Alguns dos quesitos em que as mulheres negras eram maioria e que demonstram a gravidade dessa realidade são: não receberem atendimento no primeiro hospital procurado, não receber anestesia para o parto vaginal, falta de acesso ao pré-natal, dentre outros (Leal et al, 2005).

Para Mariana (filha), após o nascimento da filha, a situação não melhorou e pareceu muito natural que, em busca de apoio e afeto, Mariana tenha se casado ainda com 17 anos. A exemplo de muitas outras mulheres, ela foi vivenciando

diversas formas de submissão e, em relação a seus relacionamentos, hoje avalia a importância do diálogo.

5.4.3 Saúde das Mulheres

Outro ponto crítico para Mariana e que mobilizou toda a família foi seu processo de adoecimento. Quanto a isso, ela falou de seu tratamento para câncer e para depressão. Existem muitas doenças que possuem uma prevalência maior entre as mulheres e infelizmente o acesso a exames preventivos e tratamento ainda são insuficientes.

No caso da depressão, estudos comprovam a maior incidência em mulheres: uma pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, concluiu que as elas têm três vezes mais chances de ter depressão em relação aos homens, sendo que o primeiro episódio costuma ser já no início da vida adulta. Além disso, a pesquisa também indicou que pessoas com condições socioeconômicas piores possuem duas vezes mais chance de desenvolver esse transtorno (Lopez et. al, 2011).

Outra pesquisa epidemiológica realizada recentemente em São Paulo analisou os dados dos pacientes em tratamento no Núcleo de Saúde Mental (NSM) do Centro de Saúde-Escola da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, em São Paulo. Conforme os resultados dessa pesquisa, a depressão foi a patologia mais comum, sendo que, de todos os pacientes com esse diagnóstico, 82% são mulheres e 74% possuem baixa escolaridade (Reis et.al, 2013).

Com relação ao outro problema de saúde, o câncer de colo do útero, juntamente com o da mama, é o mais comum entre mulheres no mundo todo. Nesse caso, condições socioeconômicas piores estão relacionadas com a alta incidência dessa doença (Girianelli, Gamarra e Silva, 2014).

Em relação à saúde das mulheres negras, é importante citar as discussões sobre o racismo institucional na saúde. Segundo Maria Lucia Silva (2004) o estado de tensão permanente ao qual a população negra está exposta causa, incluindo taquicardia, ansiedade, ataques de pânico, depressão, dificuldade de se abrir, ataques de raiva violenta e aparentemente não provocada, hipertensão arterial, úlcera gástrica, alcoolismo, dentre outros transtornos físicos e psíquicos.

Na pesquisa sobre desigualdade racial na assistência ao parto e ao pré-natal, os resultados sugeriram que pioravam os indicadores socioeconômicos na medida em que a cor das mulheres era mais escura, sendo que os piores números eram das mulheres pretas com baixa escolaridade (Leal et al, 2005).

5.4.4 Relações familiares

Outro fator que também remete à desigualdade de gênero é a criação dos filhos. Dona Telma, a avó, falou principalmente de como antigamente os filhos eram somente das mães. Era muito comum o homem abandonar a família, constituir uma nova e esquecer-se da anterior. Ao separar da esposa, separava-se também dos filhos.

Onze filhos. Criei sozinha e Deus.

Pros filho ele num dava era nada. Num dava nada e eu tinha que dar comida, tudo, arrumar... e tudo. Minhas filha foi entendeno, eu fui... eu fui fazeno bolo... ô coisa, assim... elas ia vender na rua, meus filho; ia vender prum lado, outro ia vender pra outro e eu ia vender pro outro. Sempre nós passava assim (D. Telma – avó).

De acordo com a revisão bibliográfica sobre paternidade no período de 2000 a 2012, realizada por Mauro Luís Vieira e outros (2014), as concepções e modelos de paternidade estão se transformando desde a década de 1970. Dentre os fatores que levaram a essa modificação estão: o modelo econômico industrial; a consolidação do movimento feminista; os questionamentos das desigualdades de gênero; o avanço dos métodos contraceptivos; a inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho; configurações familiares não tradicionais. Para os autores embora ainda se mantenham aspectos dos papéis parentais tradicionais, a referência paternidade passa por um período de transição com diferentes modelos e concepções de paternidade que preconizam a participação, o cuidado e a afetividade (Vieira et al, 2014).

Foi interessante perceber que, as mulheres pesquisadas, a função paterna se destacava pela ausência. Todas as participantes não tiveram a convivência com o pai, sugerindo o caráter transgeracional da questão. As mães tiveram que assumir esse papel e dar conta de todas as demandas e responsabilidades inerentes às funções dos pais. Exemplo disso é a afirmação de

Mariana, a filha, em relação à Camila, a neta: “É só minha, tem o nome dos dois, mas ela é só minha mesmo”.

Durante as entrevistas ficou nítido que essa é uma família em que a figura da mãe e da avó tem grande importância e em que os laços afetivos e familiares se mantêm difusos e fluídos. Apesar disso não se pode minimizar o sofrimento que os filhos podem sentir com a ausência do pai. Sobre esse fato, Camila, a neta, confessa:

Ah, minha infância, assim, foi boa e foi triste ao mesmo tempo. Assim, num foi mais boa do que triste. Triste em partes, né. Que eu morava com... nunca tive meu pai, mas assim... eu tive um padrasto, né. E as coisa assim, ele nunca deixou passar fome, nunca deixou acontecer essas coisas assim. Mas, nunca foi assim como um pai mesmo assim, pra dar carinho, nem... essas coisas.

Um aspecto interessante é que somente após a entrevista foi explicado que a filha na verdade também é neta da D. Telma. Mariana, assim, é filha de outra filha da D. Telma. Esse é outro aspecto a ser considerado, pois, era e ainda é extremamente comum que os avós criem alguns dos netos. D. Telma criou Mariana desde bebê e, por isso, considera-se e é considerada por ela como mãe. É uma dinâmica muito interessante, pois Mariana também considera sua mãe biológica como mãe e Camila, a neta que na verdade é bisneta, também já morou algum tempo com a avó-bisavó. A mãe de D. Telma também criou cinco netos.

Na família pesquisada, a avó de D. Telma teve 25 filhos, sua filha (mãe de D. Telma) teve 18 e Telma teve 11. Em uma realidade de acesso a métodos contraceptivos, as filhas de D. Telma tiveram números de filhos variados, mas bem menos que a mãe. Mariana teve dois filhos e sua filha Camila não teve nenhum até o momento.

A ausência de métodos anticoncepcionais era um problema capital para as mulheres que viviam naquela época, não só pela necessidade do direito ao controle da natalidade, mas também para que houvesse a possibilidade de liberdade sexual.

5.4.5 Violência Doméstica

Pensando sobre a questão da violência doméstica com foco nas gerações que compõem o estudo é interessante perceber que muitas das coisas que D. Telma avaliava como negativas na época de sua juventude ela ainda vê nos dias atuais.

Entre essas coisas está a violência doméstica e a maneira com que os homens encaravam o casamento.

Em alguns pontos ela considerava que a situação atual é pior que antigamente, como a sensação de aumento da violência. Quanto a esse ponto, foi com pesar que D. Telma contou da morte de sua sobrinha, vítima de violência doméstica.

Pertinente também foi a avaliação de D. Telma (avó) ao considerar que a Lei Maria da Penha representou um avanço, já que não havia naquela época (1955), mas que ao mesmo tempo não tem conseguido evitar que mulheres continuem morrendo vítimas de seus companheiros. Aliás, na opinião da entrevistada, esse tipo de crime teria aumentado ao invés de diminuir. Nas palavras de D. Telma: “Foi até bom agora, com essa lei, né. Mas assim, num tá quase adiantano nada. As mulheres tão morrendo todo dia aí, quase” (avó).

De fato, os índices de homicídios de mulheres no Brasil são alarmantes tornando essa uma grande preocupação para o movimento de mulheres. Segundo o Mapa da Violência de 2012, na última década, 43,7 mil mulheres foram mortas, o que representa um aumento de 230% em relação aos dados da década anterior (1992 a 2002). Em relação ao local onde ocorrem os homicídios: “Entre os homens, só 14,3% dos incidentes aconteceram na residência ou habitação. Já entre as mulheres, essa proporção eleva-se para 41%” (Waiselfisz, 2012: 10).

Embora tenhamos de considerar que importantes avanços ocorreram, é sintomático perceber de que maneira as desigualdades refletem em Camila, a neta. Ela afirma simplesmente que não quer ter filhas, somente filhos, e se justifica baseada em suas experiências e nas de suas familiares:

Eu quero tudo homem, né. Porque, num sei. Eu não me vejo tendo filha mulher. Porque pra homem, assim, é mais fácil assim, não tem que ter aquele cuidado, né. Mas pra mulher hoje, no mundo de hoje assim, é muito difícil porque a mulher sofre muitas coisas. É... além do que a mulher já sofre como mulher mesmo, ainda vem essas coisas de "ah, pode ser estuprada...", de filhos na adolescência, essas coisas assim. Sei que o homem também faz filho na filha dos outros, né. Mas aqui... aquele negócio assim... é... tem como evitar mais, né (neta).

Todos os aspectos abordados, e muito outros que não estão aqui citados, compõem o cotidiano de muitas mulheres no Brasil e no mundo. Ainda há muito que

avançar na garantia da dignidade das mulheres e, para tanto, é necessário enfrentar as múltiplas opressões que as atingem.

5.5 A interseccionalidade entre a questão racial e de gênero somada à desigualdade social, geracional e regional.

5.5.1 Desigualdade socioeconômica

O contexto de privação ao qual D. Telma cresceu e o de vulnerabilidade pelo qual não só ela, mas as outras participantes se encontram, está relacionado com a feminização da pobreza e com a especificidade da cor, em que os determinantes sociais aos quais as mulheres estão sujeitas promovem ou reforçam o estado de pobreza.

“A mulher negra sofre comumente tríplice discriminação: ser mulher, negra e pobre” (Taquette, 2010: 53). Nesse quesito são expressivas algumas das falas das participantes:

Era longe. Aí você aqui, era tudo... num tinha esse negócio de... de teia... dessa coisa... era cobertura de palha, era tampado era de paia, viu. Aí de... cê tampava, fazia uma esteira, botava na porta. Não tinha essa porta, tinha porta só de madeira, mas quem pudesse botar e quem não pudesse fazia só esteirinha, marrava, ia embora pra trabalhar, chegava, tava do mesmo jeitinho que você deixava (D. Telma-avó).

Ah, é que nessa época a gente tinha... a... a gente criava os filho... era trabalhano de roça, teno arroz pra comer. Eu mesmo, eu criei meus filho, eu ia... fiz essa... fazia a roça, comia arroz. Só num tinha era carne, mas arroz, feijão, eu tinha (D. Telma-avó).

[...]... eu acho que eu tivesse lá trabalhano de roça, quebrando coco, comeno só uma vez, meia noite, já tinha morrido (D. Telma-avó).

Num tinha as coisa como tem hoje. Lá num tinha [...], aqui eu tô mais melhor; que eu nunca tinha tido uma televisão, nunca tinha tido um rádio, nem nada, que num tinha... nem cadeira pra sentar (D. Telma-avó).

Porque... minha mãe trabalhava de quebrar coco... lá. E aí, assim, às vezes o ganho era muito pouco. Dava... dava pra gente comprar é... às vezes dava pra gente comprar saca de arroz, outra vezes já num dava. Dava pra gente comprar o que? Um quilo, todo dia um quilo, outro dois quilo. Paõzin assim, regrado, né. Farinha, essas coisa. Então assim, mas... mesmo toda dificuldade, eu, assim... minha infância pra mim foi muito boa... né (Mariana-filha).

Aí tipo ela trabalha, ela é aposentada, né. Mas ela trabalha pra poder dar as coisas pra gente, que aposentadoria aí hoje dá pra nada (Camila sobre sua avó D.Telma).

No caso da D. Telma e do período histórico em que criou seus filhos (a partir de 1955), pode-se destacar a hierarquização de gênero, a sobrecarga de trabalho, uma vez que acumulava as funções de cuidado dos filhos, tarefas domésticas e o trabalho nas plantações, e o escasso acesso aos meios de comunicação e de novas tecnologias que facilitam muitos dos trabalhos manuais. Além dessas questões, há o fato do trabalho das mulheres ser menos valorizado e pior remunerado em relação ao dos homens.

Hoje em dia a desigualdade racial e de gênero ainda se mantém. “Os negros são maioria entre os trabalhadores sem carteira, entre os não remunerados e entre os empregados domésticos. As mulheres correspondem a 93% dessa última categoria” (T. Silva, 2013: 23). No que se refere ao peso do sustento dos filhos (que geralmente não eram poucos), como já dito, ficava a cargo da mulher no caso de uma separação.

No contexto atual de D. Telma-avó não se pode deixar de destacar que devido ao salário mínimo (R\$ 724 em 2014) não ser suficiente, D. Telma precisa continuar trabalhando para garantir seu sustento. Além do dinheiro que consegue como ambulante, ela ainda conta com a ajuda de conhecidos e de familiares. Mariana atualmente trabalha como gari e recebe R\$ 1.150,00 por mês. Camila não exerce nenhuma atividade remunerada.

Assim, enquanto os outros idosos frequentam a associação local com o objetivo de se divertir, D. Telma vai para trabalhar. Embora a entrevistada participe de algumas atividades propostas por essa associação, sua principal relação com essa instituição é a de venda de alimentos e bebidas de maneira informal: “Eu vendo cerveja, vendo espetim, eu vendo milho assado” (D. Telma, avó).

Ressalta-se que o problema da pobreza não atinge somente as mulheres negras. O contexto de pobreza da população negra no Brasil é um problema central para a superação da desigualdade racial, pois limita a vida e as potencialidades desse segmento em diversos aspectos. Além disso, existe ainda o estigma e as situações de discriminação pela associação automática entre pretos e pobres. Em consonância com esse pensamento, Antônio Sérgio Guimarães (2002) afirma que não somente estatisticamente está comprovado que a pobreza atinge mais aos

negros como no imaginário, na ideologia e no discurso brasileiro há uma equivalência entre preto e pobre, branco e rico.

5.5.2 Desigualdade geracional e os jovens negros no Brasil

Além da desigualdade de gênero e social, a desigualdade geracional também foi perceptível. Nas histórias relatadas é possível destacar a importância do adultocentrismo, uma vez que era evidente a desigualdade de poder entre os adultos e as crianças e (ou) adolescentes. Camila, por exemplo, expressa isso ao falar: “Porque, tipo, quando a gente é criança, a gente num tem muito assim como se defender, né” (neta). Segundo Julia Zanetti e Monica Sacramento (2009: 24) a conjugação das desigualdades raciais, de gênero e geracional “reforçam os lugares de pobreza, subalternização e desconforto em relação aos próprios pertencimentos, traduzindo-se em desigualdades sociais estatisticamente mensuráveis”.

Além da obediência irrestrita, as crianças também eram demandadas no trabalho nas atividades realizadas pelos pais, além dos trabalhos domésticos e os cuidados com as outras crianças. Nas palavras de D. Telma: “Eu prantava, trabaiava; levava meus fio pra trabaiá, um de manhã, aí voltava, ia pro colégio. Aí quando dava de tarde, o da manhã ia pra trabalhar e o outro voltava pra ir pro colégio. É assim que eu criei meus fi” (D. Telma- avó). Já Mariana relata:

[...] então com sete, oito anos. Sozinha; com a minha cesta de verdurinha né, uma cestinha pequena assim ó. E de tanto eu ir pra feira com a minha mãe pra ela comprar, eu fazia amizade com o povo, aí eles me davam [verduras], invés d'eu ficar pra mim, eu colocava na cesta junto com a da minha mãe e vendia pra mim (filha).

Ressalta-se que tanto a D. Telma como suas filhas trabalharam durante a infância para garantir o sustento da família. Essa era uma prática comum, sendo o trabalho considerado, pela entrevistada, como meio de formar o caráter da criança e de evitar seu envolvimento com drogas ou com a criminalidade. Essa prática somente se interrompe com Camila, a quem foi permitido apenas estudar e ajudar nas tarefas domésticas. Na opinião de D.Telma, a avó:

Era tudo diferente. Hoje é... eu falo assim, hoje dá muito marginal porque o Governo num quer... num quer... só quer que estuda, num bota pra trabaiá... viu. Antigamente os... os fi se formava... de que eles quisesse, mas era trabalhano desde pequeninim. Num tinha tempo de tá maquinano na rua, nem fumando droga [...].

As palavras da D. Telma não representam somente o pensamento de uma geração, mas uma forma de educar ainda muito presente nos dias atuais, sobretudo no que se refere à correção. A história a seguir, narrada por D. Telma, expressa bem isso:

Um dia ele disse que num queria ir pro colégio porque queria ficar na rua empinando pipa, aí eu me zanguei porque eu tava ariando uma panela, sentei a panela na cabeça dele. Aí a mulher passou, disse: "eu vou dar parte de você", eu: "vai!". Falei pra ela, "vai dar parte porque... eu vou dizer pro delegado que eu fui criado numa maneira assim, viu... mas hoje, se você num fazer seu fi chorar, você vai chorar por ele, viu. E aqui eu tô ensinando porque ele não quer ir pro colégio, quer empinar pipa e eu num quero que ele vai pra rua empinar pipa, eu quero que ele vai pro colégio e ele num quer. Ficou emburrado lá na... na porta, agarrado pra num ir pro colégio; pra ir empinar pipa". Aí ela "prum!" (- barulho emitido com a boca), calou, num foi... falar. Porque eu tenho coragem de falar isso pro delegado.

Para D. Telma (avó) é necessário maior rigor na criação dos filhos e bater é uma forma legítima para educar e evitar a desobediência. Essas são referências que foram passadas de geração em geração, mas que vêm sofrendo a influência das atuais referências de valorização da infância e de outros métodos pedagógicos para a educação e a socialização.

Ainda em relação ao quesito geracional não posso deixar de mencionar a situação de extrema vulnerabilidade dos jovens negros de todo o Brasil. Camila chega a falar que: "É tipo assim, hoje em dia a gente chegou até a matar a pessoa só pela pessoa ser negra". A entrevistada parece saber, em alguma medida, que ser negro pode deixar a pessoa vulnerável à violência letal, embora ela não tenha dimensão do fato. As altas taxas de homicídios de pessoas negras (referentes a cada 100.000 habitantes) são prova de que a discriminação racial no Brasil mata. Focando na juventude negra, a situação é dramática, sendo que o movimento negro já fala em genocídio da juventude negra.

Para se ter noção da dimensão do problema: no ano de 2012, 23.160 jovens negros foram mortos, o que representa 77% do total de 30.072 homicídios de jovens em todo o Brasil. Eu somei o número de homicídios de jovens negros de 2002 a 2012 e o número é impressionante: são 215.660 vidas interrompidas em uma década (Waiselfisz, 2014). Na comparação entre estados, o Distrito Federal está em

sexto lugar¹⁷ em maior taxa de homicídio de jovens negros no ano de 2012, com um índice de 116,5 e 514 mortes.

Dentre as ações realizadas para minimizar essa situação, destaco o Plano Juventude Viva, uma parceria entre a Secretaria Nacional da Juventude e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O plano foi desenvolvido primeiramente em Alagoas por ser o estado com índices mais críticos de homicídios de jovens, com 1.171 homicídios de jovens negros e 56 de jovens brancos só em 2012 (Waiselfisz, 2014). De acordo o *site* do Plano, em 2014 ele está sendo implementado nos Estados da Bahia, Alagoas, Paraíba, Distrito Federal e Região Metropolitana e no município de São Paulo (Juventude Viva, 2014).

Também gostaria de destacar o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Criado em 2003 e instituído pelo Decreto n. 6.231, de 11 de outubro de 2007, tem por objetivo preservar a vida das crianças e dos adolescentes ameaçados de morte, com ênfase na proteção integral e na convivência familiar (Secretaria de Direitos Humanos, 2014).

Os dados do programa revelam quem são esses jovens que correm risco de vida no Brasil. Segundo a Secretaria de Direitos Humanos o perfil das pessoas atendidas pelo programa é: sexo masculino (76%), raça negra (75%), faixa etária entre 15-17anos (59%), ensino fundamental incompleto (95%), morador da capital (63%), tendo a genitora como principal referência familiar (75%), renda familiar de até um salário mínimo (57%) e a ameaça se deve ao envolvimento com o tráfico (60%). Nos dados fica evidente o quanto a questão racial, social, geracional e de gênero estão entrelaçadas na questão da violência no Brasil.

No dia 09 de novembro de 2014 a Anistia Internacional, frente aos últimos dados oficiais, lançou a campanha: “Jovem Negro Vivo” com o objetivo de mobilizar a sociedade e romper com a indiferença em relação ao tema (Anistia Internacional, 2014). Também há muita mobilização pela aprovação do Projeto de Lei n. 4471 de 2012, em tramitação no Congresso, que altera o Código Penal para que se passe a investigar os casos de “autos de resistência” ou “resistência seguida de morte”,

¹⁷ As primeiras colocações são: Alagoas com 193,9, Espírito Santo com 155,0, Paraíba com 141,8, Ceará com 125,6 e Goiás com 116,5 (Waiselfisz, 2014).

como mortes e lesões corporais cometidas por policiais (Secretaria Nacional da Juventude, 2014).

Esse projeto de lei é importante para ajudar na redução dos índices de homicídios no Brasil, o que reflete diretamente na população negra que tem sido as principais vítimas. Segundo Almir Junior e Verônica Lima (2013) os dados relativos à porcentagem de homicídios no Brasil provam que há racismo institucional na segurança pública, principalmente nas organizações policiais.

A respeito da população negra no geral, de acordo com os dados do Mapa da violência de 2014, comparando os anos de 2002 e 2012, tem-se que os homicídios de brancos reduziram 24,8% ao passo que os homicídios de negros aumentaram 38,7% o que significou um aumento de 92,6% na taxa de homicídios desse segmento. Na comparação entre estados, o Distrito Federal está em quarto lugar¹⁸ em maior taxa de homicídio de negros no ano de 2012, com um índice de 63,4 (Waiselfisz, 2014).

Tratando do aspecto regional e ainda sobre o contexto de violência letal no Brasil, o nordeste aparece sempre como a região onde ocorrem mais homicídios. Alguns dados que exemplificam essa realidade é que dentre os cinco estados com maior taxa de homicídios, três são do nordeste (AL, CE, BA) e esse resultado é independente de considerar o total de vítimas de homicídios ou considerando somente os jovens.

Em relação aos estados no qual essas taxas mais cresceram, comparando 2002 a 2012, dos primeiros cinco estados, todos são do nordeste, a saber: RN, BA, MA, CE e PB. A taxa de homicídios na população jovem na citada região é de 79,5 em 2012 tendo sido contabilizados 12.092 homicídios, isso representa um aumento de 97, 1% na comparação entre 2002 e 2012 (Mapa da Violência, 2014).

¹⁸ As primeiras colocações são: Alagoas com 92,6, Espírito Santo com 72,6 e Paraíba com 65,0 (Mapa da Violência, 2014).

5.5.3 Preconceito contra nordestinos

O aspecto regional é fundamental tendo em vista a origem da família em tela. A descendência dessa família também está diretamente relacionada com seu contexto social e regional uma vez que a família é majoritariamente dos estados do Maranhão e Ceará. Assim, não é possível desconsiderar a importância de pensar o quesito regional ao analisar suas histórias de vida. Sabe-se que há no Brasil uma desigualdade regional com as regiões Nordeste e o Norte do Brasil aparecendo como as menos desenvolvidas e, portanto, mais pobres.

O Nordeste é famoso, dentre outras coisas, pela cultura rica, pelas referências religiosas, pelo potencial turístico, pelo clima e pela vegetação bem como pelos períodos de seca e estiagem, em alguns pontos, de certos estados. Na realidade deveria se falar em nordestes, pois cada um dos nove estados possui suas especificidades e referências próprias (Ataide, 2007).

Ainda assim, destaca-se que a cultura “nordestina” é muito presente em todas as outras regiões devido às migrações em busca de oportunidades e emprego. Um desses exemplos é a cidade onde D. Telma e grande parte de sua família atualmente vivem. Ceilândia foi uma cidade criada para abrigar os migrantes que chegavam ao Distrito Federal, sendo que atualmente 48% dos habitantes são migrantes e desses 66,43% são nordestinos (CODEPLAN, 2013).

Citar as migrações é importante não somente para tratar das desigualdades regionais, mas também para abordar o problema do preconceito contra nordestinos. Ainda hoje os nordestinos sofrem com diversos estereótipos e estigmas que se fundamentam, sobretudo na desigualdade racial e na construção deturpada do Nordeste como região atrasada e pobre. “O preconceito contra os baianos, paraíba e nordestinos é um dos mais fortes e persistentes no Brasil contemporâneo, só rivalizado pelo preconceito racial” (Guimarães, 2002: 125).

Além do mito em torno na seca, há o estereótipo de que nordestinos e nordestinas são pessoas pobres, sem instrução, ingênuos e, quando migrantes, operários, desempregados e moradores de rua, sem se considerar as especificidades de cada estado e a exclusão as quais essas pessoas foram expostas (Ataide, 2007).

Cabe destacar que o preconceito contra os nordestinos (ou regional) também possui referências raciais. De acordo com Antônio Sérgio Guimarães (2002)

o preconceito contra nordestinos tem muito do quesito racial, pois, com a intensificação migração inter-regional a partir da década de 1950, ocorreram tensões sociais que culminaram com os novos estigmas associados aos termos nordestino, baiano e brasileiro, utilizados para se referirem não somente aos tipos raciais afro-brasileiros, mas também aos mestiços. Tratar dessa questão exige aprofundar sobre a história do Brasil, abordando-se aspectos socioeconômicos, políticos e culturais.

O preconceito contra as pessoas não somente do Nordeste, mas também do Norte é um tema amplo e complexo que também compõe a interseccionalidade de opressões as quais as mulheres negras brasileiras têm que conviver. Embora não tenha sido trabalhado com profundidade foi necessário citar essas questões para acrescentar o quesito regional ao contexto de desigualdade racial, social e de gênero às quais muitas brasileiras estão expostas.

Exemplo recente desse preconceito foi o que ocorreu nas eleições do presente ano. Houve várias denúncias de preconceito contra nordestinos nas redes sociais (Geledes, 2014). As mensagens faziam referência aos nordestinos como pessoas ignorantes, sem instrução que votariam na candidata a reeleição, Dilma Rousseff, por dependerem do Programa Bolsa Família. Foram diversas ofensas durante e depois da campanha, mas esse não foi um fato isolado, uma vez que já ocorreu em outras eleições e esporadicamente são noticiados casos de preconceito contra nordestinos na mídia.

No caso das participantes, nem D. Telma e nem Mariana, que são maranhenses, relataram ter sofrido discriminação por serem nordestinas. Além disso, elas não demonstraram qualquer incômodo em falar de suas origens. Não há dúvidas de que a história de vida, principalmente da Dona Telma, está impregnada com essas referências, com essa cultura, sendo um aspecto central considerar não só a região em que ela se criou, mas também o estado.

Pensar essas questões é importante porque mesmo que o racismo e a discriminação racial marquem a vida de todos os brasileiros, a localização geográfica, o nível socioeconômico, a geração e as crenças religiosas diferencia esse grupo (Gomes, 2001).

O Maranhão é um estado com muitas riquezas naturais e de grande potencial turístico. Codó, cidade onde nasceu à entrevistada, foi fundada ainda na época colonial e é hoje um dos principais municípios do estado. Em Ceilândia, onde

Dona Telma mora, há muitos maranhenses, dos 48,27% de nordestinos que residem lá, 11,71% são do Maranhão, estado que está em quinto lugar em número de migrantes na cidade (CODEPLAN, 2013).

Em alguns momentos da entrevista, D. Telma destacava que percebia muitas diferenças entre o cotidiano do Maranhão e do Distrito Federal. Além das diferenças regionais, as diferenças citadas se referiam também ao contexto sócio-histórico da época, ao avanço tecnológico e às melhorias das condições de vida. Exemplos dessas referências são:

É difícil. Foi... minha vida foi difícil. Eu falo que foi difícil porque hoje as coisa tá tudo bom pra nós mulhé porque em meu tempo pisava arroz, pisava sal pra salgar a carne, pisava café, pisava um milho; ia fazer um cuscuz de milho, pisava o milho, descasca o milho, tirar aquela pele todinha, botar de mói, pisar pra sacudir o pózin pra fazer o arroz, tinha que pisar o arroz, botar de molho, passar na peneira, tudo isso (avó).

Num tinha... num tinha as coisa como tem hoje. Lá num tinha só que eu sinto falta é só disso, mas de outra coisa aqui eu tô mais melhor; que eu nunca tinha tido uma televisão, nunca tinha tido um rádio, nem nada, num tinha nem cadeira pra sentar. Aí vim pra cá... aí comecei a trabalhar devagarzim, aí me aposentei (avó).

No tempo da televisão, que chegou preto e branco, raro uma casa que tinha uma televisão, quando tinha era uma pessoa mais rico um pouco. Nós pobre não tinha. Nós agora trabalha... ganha um salário, tem televisão, tem geladeira, tem tudo. Por quê? Mudou. Nessa época num tinha, bebia água era de pote (avó).

Ainda me lembro tanto... nois ascendeno o fogo de lenha... de lenha pra cozinhar. Num tinha fogão. Fogão era a lenha, duas trinca assim. Fazia comida. Comida gostosa, comida sadia (avó).

5.6 Educação como esperança

5.6.1 Pensando no futuro

Olhar a situação socioeconômica da família torna-se importante pela maneira como Camila, a neta, pensa seu futuro: ela, que agora tem 18 anos, não pensa em continuar sendo sustentada pela avó. Ela percebe que não há possibilidade da família custear sua faculdade e entende como necessária sua inserção no mercado de trabalho diante das dificuldades financeiras que sua família passa. Para isso ela pretende fazer um curso na área de Enfermagem, pois entende que: “Enfermagem e RH, é o que tá no momento aí eu queria fazer um curso de

enfermagem e de RH. Conseguir um emprego na área pra poder pagar uma faculdade” (Camila, neta).

É interessante como, de alguma maneira, Camila, a neta, é protegida pela família. Ao contrário do que ocorreu com as gerações passadas ela pode somente estudar e é incentivada a fazer faculdade, mesmo em uma situação de dificuldade.

Nessa família ficou muito aparente o esforço da família negra na qual uma geração projeta a outra, empurra a outra para frente. Embora essa seja uma realidade também comum a famílias pobres e brancas, no caso da família negra, existem as dificuldades inerentes ao contexto de desigualdade racial que influencia nesse processo. A realização de uns está na realização dos outros, pois vão se produzindo e aproveitando oportunidades que antes não existiam:

Ah, pros meus filhos eu quero... que nem diz minha mãe, né, que filho de pobre só tem estudo, né. Eu quero assim, ter um bom emprego pra poder dar um estudo melhor pros meus filhos (Camila-neta).

E... é, o que eu aprendi é que, a gente, assim; se tem como evitar num ter filho agora, pra poder dar um futuro melhor pros filho, que minha mãe fala que ela dá graças a Deus que eu num tenho filho cedo porque... pra num sofrer as mesmas coisa que ela sofreu. É. E eu quero, assim, ter uma família primeiro pra num... meus filhos num passar pela mesma coisa que eu passei, assim, de num ter pai, essas coisas assim (Camila-neta).

O suporte, o cuidado e a proteção da família possibilitaram que Camila desenvolvesse sua autoestima e se afirmasse como sujeito social. Esse suporte da família, ainda que não tenha levado em consideração a questão do racismo, é fundamental para a resistência da pessoa frente às macro e às micro consequências do racismo. Sobre essa questão, Nilma Lino Gomes sugere que:

Em alguns casos, é o cuidado da mãe, a maneira como a criança é vista no meio familiar que lhe possibilitam a construção de uma autorrepresentação positiva sobre o ser negro e a elaboração de alternativas particulares para lidar com o cabelo crespo (2008: 188).

5.6.2 Universidade?

Apesar de identificar elementos que sugerem uma autoestima protegida pelo apoio familiar, também chamou atenção o fato de, ao falar de seus planos futuros, Camila não considerar a possibilidade de ingressar em uma universidade pública, no caso do Distrito Federal, a UnB ou a Fundação de Ensino e Pesquisa em

Ciências da Saúde (FEPECS), nem de conseguir uma bolsa de estudos em uma faculdade privada em razão de seu desempenho escolar.

Ao contrário, os planos de Camila são: fazer um curso na área de enfermagem para que, por meio dessa qualificação, consiga uma colocação no mercado de trabalho que lhe permita pagar uma faculdade.

Isso chama atenção, sobretudo pelo fato de a UnB ter um *campus* na cidade onde Camila mora: de alguma maneira essa comunidade teve uma maior proximidade com a academia nos últimos anos.

Ainda assim, embora não se pretenda fazer uma interpretação fatalista ou determinista, uma das possibilidades para que esses sejam os planos de Camila seja a falta de perspectiva de muitos jovens negros em contexto de pobreza.

De acordo com Eliane Cavalleiro (2003) pode-se atrelar a pobreza à variável racial uma vez que os piores equipamentos sociais estão na periferia, o que impacta o mercado de trabalho, habitação, saúde, renda e etc. Tatiane Silva (2013) também compartilha essa posição quando afirma que as atuais deficiências do sistema educacional se relacionam como a desigualdade racial na educação, ressaltando que os negros têm a menor escolaridade com as piores condições de aprendizagem e maior nível de defasagem escolar. No entender de Julia Zanetti e Monica Sacramento (2009: 30):

No que se refere à educação, para além dos aspectos quantitativos, vale refletir sobre a qualidade dos conteúdos, dos saberes escolares, bem como, sobre os valores, crenças e hábitos orientados, em tese, para a vida democrática, onde encontram-se também preconceitos raciais, de gênero, de geração e de classe.

Voltando à Camila, ao falar de seu futuro, a possibilidade de cursar uma faculdade pública ou privada, via bolsa de estudos, nem ao menos foi considerada. Tais possibilidades somente foram abordadas quando introduzidas pela pesquisadora. Assim, quando questionada sobre a possibilidade de ingresso na UnB, Camila afirmou que também tentaria essa possibilidade, citou que faria o Programa de Avaliação Seriada (PAS) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Contudo, de sua fala anterior se subentende que Camila não tem esperanças de êxito em nenhum dos sistemas de avaliação citados.

Os indícios são de que Camila, além de não considerar o conhecimento adquirido em sua formação no ensino médio como suficiente, também não tem

confiança em suas habilidades e em suas competências para ingressar em uma universidade pública ou conseguir uma bolsa de estudos.

Como variáveis que influem no acesso ao ensino superior acrescentam-se as condições das escolas públicas e a qualidade de ensino ofertada aos estudantes, principalmente das regiões periféricas do Distrito Federal, longe do ideal. Embora o cotidiano escolar e as características da escola onde Camila estuda não terem sido abordados na entrevista, existem referências de que as escolas públicas do Distrito Federal, assim como a de outros estados, ainda têm muito que melhorar. Vamos a elas.

Em sua pesquisa sobre o sistema de cotas da UnB, Sales Santos (2013) aponta como um dos fatores para que a maioria dos ex-cotistas serem do Plano Piloto o fato de os professores das escolas públicas das regiões administrativas do Distrito Federal desestimularem os alunos a fazerem o vestibular ao dizerem que a UnB é lugar para estudantes ricos. O autor cita ainda como fatores a baixa renda da maioria dos alunos, a falta de bibliotecas públicas e de espaço para estudo em suas próprias casas bem como o provável baixo capital cultural dos pais desses alunos.

Essas informações não constituem novidade. Como aponta Eliane Cavalleiro (2001: 148): “Pode-se dizer que a desigualdade racial na instrução escolar resulta em certa medida do não-investimento em uma escola pública de qualidade, na qual professores e professoras estejam preparados e atentos para a diversidade racial”. De acordo com Maria Aparecida da Silva (2001), o quadro caótico da maioria das escolas públicas do país é um dos elementos que permitem delinear a desvantagem de alunas (os) negras (os) em relação a alunas (os) brancas (os).

Precisa-se estacar que o contexto comunitário tem influência sobre o contexto escolar e, com isso, também sobre a vida e a subjetividade de Camila. O vestibular da UnB é concorrido e a maioria dos alunos que ingressam automaticamente após o ensino médio são de escolas particulares. Muitos outros ingressam após permanecer em uma rotina de estudos que conta com aulas direcionadas em cursos preparatórios, muitos pagos com valores pouco acessíveis.

5.6.3 Cotas

Embora na UnB haja alunos oriundos de escolas públicas e de camadas pobres, a quantidade total é pouco representativa. Tanto que foram instituídas cotas sociais em 2014 na tentativa de melhorar essa realidade. Assim, com a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, foram direcionadas 50% das vagas para estudantes de escolas públicas. Desse percentual, será fixada uma porcentagem para estudantes pretos, pardos e indígenas (PPI) de acordo com a porcentagem dessa população no Distrito Federal (Brasil, 2012).

Ainda quanto à UnB, além dessa medida, estão determinadas 5% de vagas para negros, independente da condição socioeconômica (Brasil, 2012). Em relação às cotas raciais, cabe esclarecer que a UnB foi a primeira universidade federal a adotar essa política, no ano de 2004. Após esse período já foram realizadas diversas pesquisas comprovando os resultados positivos que permitiram contradizer as previsões negativas (Weller; Silveira, 2008; S. Santos, 2013).

Em relação às cotas raciais cumpre destacar que em 9 de junho do ano corrente (Secom - Brasil, 2014) foi sancionada a Lei nº 12.990, de 09 de junho de 2014, que reserva 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos federais para pessoas negras. A medida durará dez anos e, para se inscrever, basta se declarar preto ou pardo no ato da inscrição (Secom - Brasil, 2014). Essa ação afirmativa visa minimizar a desigualdade racial no serviço público uma vez que: “Entre os anos de 2004 e 2013, a fatia de negros que ingressou no serviço público variou de 22% a quase 30%”, números que não reflete a parcela de brasileiros considerados negros no país (Secom Brasil, 2014).

As cotas devem ser adotadas sempre que o número de vagas for maior ou igual a três e os candidatos cotistas devem realizar todas as fases da seleção normalmente. No Brasil, quatro unidades da Federação fazem uso de cotas raciais em concursos públicos: Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (Secom Brasil, 2014).

Tratar da questão das cotas raciais é interessante, pois embora pudessem ser alternativas para Camila e Mariana, elas se posicionaram contra essa política. Esse fato é paradoxal se considerarmos o contexto educacional e as

expectativas de Camila, a neta. Entre os motivos que podem ser levados em consideração na formação da opinião de Camila e de sua mãe destaca-se a mídia televisiva como principal fonte de informação para as classes populares. Ressalte-se que a mobilização de diversos setores da mídia nacional contra a política de cotas foi constante e intensa.

É provável que Camila (neta) não tenha acesso à discussão teórica acerca da exclusão racial no ambiente acadêmico brasileiro, mas simbolicamente de alguma maneira esse conteúdo chega a ela.

Essa exclusão racial no ensino superior é mais percebida e sentida que falada. Segundo José Jorge de Carvalho (2009) há uma altíssima elitização do poder branco no mundo acadêmico, que envolve exclusão regional, institucional, financeira e racial. “Em 2010, 14% dos jovens de 18 a 24 anos cursavam o ensino superior. Entretanto, a frequência de jovens brancos era 2,5 vezes maior se comparada com o acesso de jovens negros a um curso universitário” (T. Silva, 2013: 19).

Mas apesar de se reconhecer a desigualdade racial na educação brasileira, é preciso reconhecer também que, na última década, ocorreram avanços que se deram principalmente no crescimento da oferta de matrículas e na adoção de ações afirmativas (T. Silva, 2013).

Desde a primeira experiência, mantém-se uma ampla discussão sobre a adoção de cotas raciais no Brasil, não havendo ainda um consenso, inclusive na academia. Nesse contexto, cabe ressaltar que, neste trabalho, as cotas raciais são consideradas um mecanismo de democratização do acesso à universidade e de combate à desigualdade racial no Brasil, com amplas possibilidades de contribuições educacionais e sociais.

Opinião similar é a de Sales Santos (2013) que, após sua pesquisa sobre ex-cotistas, classifica os efeitos dessa ação afirmativa na UnB como: mais que concretos, animadores, promissores e benéficos para sociedade brasileira como um todo, pois, torna essa universidade menos desigual e mais democrática. Para Rita Bueno e Patrícia Brito (2013: 10): “As políticas de ação afirmativa através do sistema de cotas proporcionam a convivência entre/com a diversidade no meio acadêmico, enriquecendo saberes e respeitando o direito à igualdade de oportunidades”.

5.6.4 Educação na Ceilândia

Ao se pensar as variáveis que influenciam o contexto educacional de Camila, deve-se considerar que a cidade em que ela mora e estuda é nada mais, nada menos que Ceilândia, a cidade com maior índice de homicídios do Distrito Federal, além de ser muito presente a vulnerabilidade social. Não custa lembrar que atualmente a maior favela da América Latina é o Sol Nascente (Área de Regularização de Interesse Social - Áris) que se localiza na Ceilândia, com 78.912 moradores (Brasília, 2013).

Segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD de 2013 realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), Ceilândia possui atualmente 449.592 habitantes. Dos 126.765 domicílios ocupados, 9,5% (11.470) recebem o benefício Bolsa Família e 1,68% (2.134) recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC (Brasília, 2013).

Em relação à educação, 70,66% da população não estuda. A escolaridade se concentra no nível fundamental incompleto (38,11%) e ensino médio completo (21,98%). Ainda nesse quesito, 3,41% da população se declarou analfabeta e se somar a esse número as pessoas que somente sabem ler e escrever e aos que fizeram curso de alfabetização de adultos o percentual sobe para 5,58% (Brasília, 2013). Apesar disso, ainda segundo a CODEPLAN (Brasília, 2013: 66) “Comparando os dados das PDADs 2004 e 2011 com a atual (2013), em Ceilândia, observa-se ganhos na área social com pequeno aumento do percentual da população com nível superior”.

Assim, a academia não é uma realidade próxima de Camila (neta). Ela sequer pode contar com a experiência e as orientações de familiares próximos que tenham vivido essa experiência, isso faz com que a vivência de um ambiente acadêmico, sobretudo o de uma universidade federal exista somente no imaginário de Camila e como uma realidade distantes e não familiar. De acordo com Sales Santos (2013) a educação formal superior não era e ainda não é considerado como grau de ensino normal (ou “natural”) para negros e indígenas no Brasil, assim como, ainda não é um pressuposto comum o ensino superior público.

A distância desses mundos fica ainda mais clara nos resultados da pesquisa de José Jorge de Carvalho (2009) que apresenta a impressionante porcentagem de docentes negros em seis das melhores universidades públicas do

Brasil¹⁹. Segundo ele, o somatório do corpo docente das seis universidades citadas em 2005 era igual a 16.231 professores dos quais 87 são negros. Isso significa que somente 0,53% dos professores de seis das principais faculdades do país são negros. O maior índice dentre as seis foi da Universidade de Brasília, com 1% de docentes negros, e o pior resultado foi o da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com 0,15% de docentes negros (Carvalho, 2009).

5.6.5 O desafio de Camila

A família de Camila (neta) assim como de muitas outras jovens negras tem nas gerações seguintes a esperança de mobilidade social ascendente em termos não somente de renda e de ocupação, mas também de escolaridade.

Nesse sentido, cabe à Camila dar o salto que foi dado de sua mãe (com o ensino médio) para sua avó, chegando ao nível superior. Para algumas famílias negras a conclusão de um curso superior é uma conquista familiar. Quando Mariana foi questionada sobre o futuro dos seus filhos respondeu:

Ah, minha filha, meus filho, assim, eu... tô dano, o melhor, que eu quero que meus filho tenha um futuro diferente, né. A Camila, ela tem um sonho de fazer faculdade de Direito, né, e eu creio assim que ela [...] vai ser, né... juíza ou advogada, né, por aí e assim, ela tá batalhando pra isso e eu falei pra ela assim, que o que eu poder, né, e tiver ao meu alcance, eu vou ajudar ela (Mariana-filha).

Olhando por esse viés há uma pressão familiar não intencional em torno de Camila para que ela consiga atender às expectativas. Nesse sentido, há inclusive um esforço da família para esse fim, uma vez que, apesar das condições financeiras limitadas, Camila apenas estuda e não é chamada a contribuir financeiramente com as despesas da casa, o que a levaria a se envolver em algum tipo de trabalho remunerado.

Claúdia Cardoso (2012) encontrou resultados similares em sua pesquisa com mulheres negras ativistas na Bahia. Segundo essa autora a educação era vista como a possibilidade de romper o ciclo de exclusão de gerações, sendo que eram

¹⁹ As faculdades com o índice de professores negros, que não estão no texto são: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG com 0,7; Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ com 0,6; Universidade de São Paulo – USP com 0,5 e Universidade Estadual de Campinas – Unicamp com 0,2 (Carvalho, 2009).

as mulheres da família (mães e avós) quem se esforçavam para garantir essa progressão educacional. Daí a responsabilidade do compromisso e da gratidão pela família, muito comum nas jovens negras que avançam educacionalmente.

As palavras de Camila (neta) são representativas desse sentimento: “Minha família, assim, me ajudou bastante. Eu acho que se não tivesse ela, acho que hoje eu num taria aqui. Num seria o que eu sou agora; num taria estudando”.

Camila, no alto dos seus 18 anos, tem muitas decisões pela frente, está num momento em que tem que definir os caminhos a serem seguidos e, portanto, todos os elementos acima colocados direcionam ou pelo menos influenciam suas decisões.

Relativo a esses aspectos, Julia Zanetti e Monica Sacramento (2009: 26) reforçam que: “a análise da especificidade das jovens negras faz-nos constatar a posição de intersecção em que se encontram. Entrelaçados de forma indissociável em uma complexa trama estão seus pertencimentos de raça, gênero e geração”.

A adolescência é um momento delicado, quando muitos aspectos da identidade e da personalidade dos sujeitos ainda estão sendo construídos. Camila ressalta isso ao ir colocando as mudanças que vem percebendo em sua vida. Ela diz: “Na adolescência a gente tem como argumentar, bater o pé e falar que é e o que não é, Quando a gente é criança, a gente num tem aquele pensamento de impor a sua opinião”. Também são expressivas as mudanças de humor e postura que ela relatou:

Assim, eu sou muito boa, como deve ser, mas também eu sou muito grossa. Assim... num é que eu sou grossa, é porque às vezes eu falo de uma forma e as pessoas interpreta de outra, né. Que eu sou muito assim, sincera. E que eu sou muito boa, aí a pessoa tem que aproveitar esse meu lado, assim, enquanto eu tiver boa, que depois quando eu ficar ruim, aí num vai ter mais a Mila²⁰. Vai ser outra pessoa.

Sobre essa etapa da vida Nilma Lino Gomes (2008: 189) reforça: “A adolescência é um dos momentos fortes na construção da subjetividade negra”. Esse é um período determinante para os jovens negros e pobres porque é o

²⁰ Camila geralmente é chamada por seu apelido que é parte do seu nome, por isso adotei o apelido Mila porque é um apelido para Camila que segue o mesmo padrão.

momento de construir o futuro, ou melhor, um projeto de vida. Para isso é necessário não somente querer, mas principalmente acreditar. “Dependendo do sujeito e da sua forma de lidar com essa experiência, temos, hoje, um adulto que acumula certos traumas raciais ou que lida com desenvoltura diante dos dilemas étnicos e raciais” (Gomes, 2008: 189).

Em relação à questão educacional, o interessante é que as três participantes relatam intenção ou de voltar a estudar ou de dar continuidade aos estudos, o que demonstra que a opção pela transformação da realidade pela educação permeia todas as gerações.

5.7 Mulheres negras: Protagonismo e resistência

5.7.1 Resistência

Muito se falou das vulnerabilidades, das violências e das opressões a que as mulheres negras estão sujeitas. Agora, pretende-se tratar do que as faz sobreviver em meio a tantas dificuldades. Em nenhum momento as mulheres negras se conformaram com o papel de vítimas passivas, como diz Matilde Ribeiro (2008: 988): “As mulheres negras em seu processo político entenderam que não nasceram para perpetuar a imagem da “mãe preta”, fizeram desaforos”.

Embora ao longo do texto tenham sido apresentadas muitas das especificidades e dificuldades de ser mulher e negra no Brasil, é preciso destacar que os obstáculos não significaram uma postura meramente passiva e impotente frente suas vidas. Ao contrário disso e, a depender do contexto social, classe, raça e gênero, podem atuar como fontes para lutas e resistências dessas mulheres (Bernardino-Costa, 2013).

Pode-se considerar que esta pesquisa vai ao encontro dos resultados encontrados por Claudia Cardoso (2012) no que se refere à resistência das gerações de mulheres negras. Segundo essa autora: “As histórias de luta e resistência contra as injustiças e perversidades da colonialidade de poder e de gênero preenchem as narrativas das mulheres negras das Américas, dando corpo à amefricanidade” (2012: 158).

Cumprir destacar que, assim como as mulheres negras que participaram desta pesquisa, as que participaram da pesquisa de Ana Claudia Pacheco (2008: 04), em Salvador, apresentaram um dado comum, mesmo sendo de grupos

diferentes (ativistas e não ativistas), qual seja: “todas desafiaram as hierarquias sociais prescritas historicamente. As ativistas, através da política e as não-ativistas, recriando novas relações sociais construídas em outros contextos”.

5.7.2 Telma, Mariana e Camila: uma família

A história dessas mulheres sugere uma família que busca um impulso para o progresso, para o desenvolvimento, uma força e uma coragem que se referenciam em D. Telma. Mas, além disso, as gerações anteriores também são citadas como mulheres a serem referenciadas, ainda que já sejam falecidas. Nas entrevistas, são exemplos de como eram referenciadas:

Minha vó também era... era uma mulher muito trabalhadeira, viu. Criou os filho dela tudo e... ela morreu com cem ano, minha vó (D. Tela, a avó, sobre sua avó).

Cento e dez anos minha mãe morreu. Viveu muito e ela ainda levantava, se banhava, comia com a mãe dela e tudo. Caminhava dentro de casa, na casa da minha irmã. Aí eu trazia ela lá pra outra casa, ela ficava... ia pro forró comigo. Ela ficava lá sentada, dançava. Tudo (D. Telma, avó, sobre sua mãe).

A minha vó também... minha vó... eu já tava bem velinha assim, mas a gente levava ela pra igreja, levava ela pro forró na cadeira de roda Ela ia pra igreja, ela ia pro forró, ia pra procissão. Ia pra tudo. Levava ela pra tudo quanto é lugar de cadeira de roda. (Camila, neta sobre sua bisavó).

[Em relação à cadeira de rodas] Porque ela cansava, mas em casa ela caminhava. Agora assim, pra ela caminhar assim [na rua] ela caminhava um pedacim e se cansava (D. Telma, avó, sobre sua mãe).

Destaca-se que essa referência nas matriarcas não é uma especificidade dessa família. Claudia Cardoso também encontrou dados similares em sua pesquisa com mulheres negras, ativistas sociais, na Bahia. Segundo ela:

Grande parte das ativistas recuperou histórias de mulheres da própria família como fonte de inspiração de liderança, participação coletiva e de desenvolvimento de estratégias de sobrevivência na adversidade. São histórias que resgatam as trajetórias de avós, mães, tias cujos ensinamentos vieram de experiências vividas na prática diária com o enfrentamento aos obstáculos impostos pelo racismo, sexismo e classismo (2012: 336).

Ainda sobre D. Telma cabe informar que já idosa se inseriu em diversas atividades, aprendeu e adquiriu novas habilidades. Ela se diverte, dança, nada, joga,

diz que tem muitos amigos. Ela forma e mantém uma rede social de apoio bem ampla e suas atividades, bem como a leveza com que leva a vida, colaboram para que ela tenha uma saúde tão boa. Ela diz orgulhosa:

Eu agora eu num gosto não, mas eu já dancei tanto que já ganhei até televisão nova... olha a medalha que eu ganhei, troféu. Já ganhei tudo na vida. Dançano, nadano, correno [diz tocando nas várias medalhas]

Eu jogo dominó... hoje mesmo eu vou jogar dominó por isso que eu falei pra você vim de manhã porque de tarde é difícil me achar em casa (D. Telma, avó).

Ela e a neta destacam que, apesar de ela não ser alfabetizada, é muito independente e que joga muito bem dominó. Abaixo algumas das falas que explicitam esse fato:

Agora eu parei. É difícil eu dançar. Vou só mesmo no passeio, conversar, jogar dominó; gosto muito de jogar dominó (D. Telma, avó).

A gente joga com ela, a gente fala até que ela rouba a gente porque a gente nunca consegue ganha dela (rindo) (Camila, neta).

Uma coisa que eu vejo assim que é muito, assim... engraçado e diferente, né, que as pessoas assim, da época da minha vó, assim, muitas não sabem nem ler nem escrever, né, mas, vê se alguém consegue passar perna nela com troco. Com dinheiro, com conta, essas coisa assim, num consegue não (- risos) (Camila, neta).

Ela não sabe ler, mas ela pega ônibus sozinha. Passa troco sozinha. Ela vai pra tudo quanto é lugar (Camila, neta).

Há pouco tempo D. Telma chegou a voltar a estudar, mas teve que interromper porque a escola em que estudava fechou. Não saber ler não limita sua mobilidade, mas ela destaca um aspecto ruim com o qual convive:

Não tô [estudando] porque o colégio fechou, lá onde eu tava estudano, num tem professora, ainda vai ter. Eu quero estudar pra aprender, que eu tenho vontade de ler a Bíblia, de ver essas coisa da igreja, num sei, fico só vendo os outro ler. Ôh meu Deus.

Mariana também apresenta uma história de vida de superação e de resiliência: ela tem lutado contra o câncer e a depressão com garra e determinação. Ela não somente acompanha como também oferece apoio e suporte para que os filhos continuem estudando.

Mariana relata com orgulho sua história de vida, assim como sua profissão de gari. Ela tem muitos projetos, inclusive voltar a estudar e concluir o

ensino médio. Ela se orgulha da mulher que se tornou e destaca seus pontos positivos. Nas palavras da própria Mariana, a filha:

Olha, assim... eu sou muito... eu já fui mais, né, eu já fui bem extrovertida, né. De fazer palhaçada, de conversar mesmo. Tenho aquele dom assim, sabe, de conversar com você, de você nem me conhecer tanto e você tá passando por alguma coisa, você já chega assim e você conta tudo pra mim, sabe? E automaticamente vai saindo as palavras, assim, da minha boca. Eu gosto muito assim, de ajudar, né. Por mais que às vezes você pode ter me feito alguma coisa, mas se você tá passando por alguma dificuldade, eu me sinto na obrigação de te ajudar.

Mas de certos tempo pra cá, as depressões que eu tive assim, modificou um pouco, né. Mas, assim, eu creio que eu... aquela lá eu num vou ser mais, mas ainda continuo assim desse jeito um pouco... assim, gosto de sorrir muito, gosto de brincar muito com os amigos. E assim, tanto que... todo lugar eu tenho bastante amizade, né.

Camila, por sua vez, é uma adolescente preocupada com seu futuro, sobretudo em relação à continuidade de seus estudos. Apresenta-se como uma mulher que não leva desaforo pra casa reagindo em todas as situações em que foi diretamente discriminada por sua cor. Em relação a sua postura frente uma discriminação ela afirma: “E eu já enfrento porque se eu num me defender, ninguém vai me defender”. Ao tratar de baixa autoestima, Camila se refere a um momento de conflitos familiares que conseguiu superar e por último afirma: “e bola pra frente, que a gente tem que... que, né, a gente tem que dar uma de maluco, né, pra sobreviver no mundo de hoje. A gente tem que dar uma de maluco”.

Outro elemento importante que diz muito sobre essas mulheres são seus sonhos e objetivos que volta e meia permeavam a entrevista. Esses objetivos se relacionam com conquistas e com superação. Dona Telma foi direta e certa ao falar de seu grande sonho:

Eu, toda vida eu falei, eu tenho um sonho de um dia Deus me dar com que eu compre uma casa, eu morrer na minha casa sussegada. Eu num quero que me dá mais negócio de ter móvel bão, dessas coisa. Mas eu teno uma casa pra mim, tenho tudo.

Ter uma casa. Todo dia eu peço, ô... todo dia eu, de manhã, de noite, na hora que eu vou me deitar, eu peço a Deus pra me dar... me dar uma casa. E meu sonho é uma casa, nem que eu entro nessa casa hoje e morra amanhã, mas eu vou satisfeita porque eu tô morrendo dentro de uma casa que era... que era minha.

Mariana, a filha, também tem muitos objetivos e expectativas, dentre eles:

[...] eu sempre falo... uma coisa que eu gosto, que eu ainda não aprendi. Não tem a Paula Fernandes? Eu acho lindo ela tocar violão e cantar, porque eu canto na minha igreja. Só que eu ainda não aprendi tocar violão, eu não digo que eu vou ser igual a ela, eu digo "eu vou ser melhor porque eu vou tocar pra Jesus". Né. Eu assim, eu creio que eu ainda vou tocar violão.

Ah, meu futuro assim, eu... quero estruturar minha família, né, hoje eu tô com a minha casa, já comprei minha casa, graças a Deus e assim, eu penso em mudar de emprego. Eu quero... eu tenho assim uma vontade enorme de fazer um curso na área de vigilância, né, porque eu quero trabalhar nessa área também, que foi assim uma coisa que eu sempre quis; nunca pude fazer. Hoje, assim, eu penso assim, que depois que eu terminar, né, fazer esse curso e tudo mais eu acho que, as coisa vão melhorar mais, né, porque é algo que eu desejo muito fazer... e eu ainda vou fazer.

Como já foi dito anteriormente, as expectativas de Camila, a neta, estão na família e, principalmente, na continuidade de seus estudos. Questionada sobre seu futuro ela afirmou: "Eu quero casar. Quero ter quatro filhos. Quero fazer Direito. Aí eu tô pensando: Direito ou perícia. Mas perícia tem que mexer com química, né".

Embora se possam destacar aspectos individuais dessas três mulheres, pode-se também afirmar que o grande diferencial a emergir das entrevistas é o todo que as três formam. A maneira como as gerações vão se entrelaçando e dando continuidade nessa teia da vida. A solidariedade das mulheres negras para não só sobreviver, mas também para viver, para resistir, para crescer e para progredir é estimulante.

Nesse sentido, podemos dizer que as mulheres negras travam essa luta seja participando ou não do movimento negro, pois "[...] a luta histórica é por garantia da dignidade e de continuidade de resistência contra a exclusão social, buscando com isso a visibilidade e a participação política das mulheres e dos homens negros". (Ribeiro, 2008: 990).

Em outras palavras, a conquista de uma é a conquista das outras, a dor de uma é a dor das outras. Essa é a possibilidade de fazer o impossível, de construir um ser feminino que, com seu protagonismo, vive eternamente se renovando em cada geração, sendo uma enquanto é cada uma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sou negra ponto final
devolvo-me a identidade
rasgo minha certidão
sou negra sem reticências
sem vírgulas sem ausências
Alzira Rufino

Escolhi o dia de hoje, 20 de novembro, dia da consciência negra pra escrever minhas considerações finais porque faz todo o sentido. São muitas coisas para escrever, mas tentarei ser a mais sucinta possível. Escolhi esta parte do meu texto para me colocar diretamente e dizer o quanto de mim tem nesse trabalho apesar de acreditar que já está bem explícito.

Tenho plena consciência que a opção por um trabalho sobre mulheres negras é uma tentativa de me encontrar e me conhecer. Durante esse longo período de mestrado eu me perdi e me encontrei em diversos momentos. Como era de se esperar não saio com respostas, mas saio com algo muito melhor, essa dissertação. Cada palavra, cada ponto dessa dissertação me representa totalmente. Essa foi a melhor maneira que encontrei de lutar pelo que acredito, de representar minhas origens, minha raça. Em outras palavras, compartilho do sentimento de Isabelle Pereira (2006: 33), que diz: “trabalhar com as categorias raça-gênero me permitiu compreensões sobre a minha própria vida, o que favoreceu um posicionamento epistemológico o que considero muito favorável a minha ação intelectual”.

Inicialmente apresentei elementos históricos que demonstram não somente o contexto de vulnerabilidade ao qual a população negra sempre esteve sujeita como também sua resistência e organização compondo esse contexto. Na tentativa de caracterizar ainda que minimamente as relações raciais no Brasil, frente ao recorte escolhido, procurei destacar a característica velada que comumente encobre o racismo, a ainda persistente defesa do mito da democracia racial, a ideologia do branqueamento, o esforço para incluir a questão racial na agenda de direitos humanos e o inconformismo da população negra que procurei representar por intermédio das e dos intelectuais negros.

Seguindo na escrita, busquei tratar do tema das múltiplas opressões com o conceito de interseccionalidade, destacando alguns aspectos do fardo da mulher negra brasileira, tais como a feminização da pobreza e a desvalorização

estética. Também abordei um pouco do feminismo negro como importante mobilização social e política. Estes pontos não foram fáceis de abordar, pois, “a compreensão das interseções entre gênero e raça/etnia, que me parece, tem sido pouco explorada em termos de análise, constitui sem dúvida um grande desafio teórico, metodológico e político a ser enfrentado” (Minella, 2013: 129).

Frente à riqueza que o método da história oral possibilita, fiz alguns recortes com o objetivo de organizar a discussão das informações colhidas. Diversos elementos emergiram e, dado o caráter não generalizável da pesquisa, procurei apontar direções abertas e provisórias na tentativa de entender como se dava a influência do racismo nas histórias pessoais, coletivas e transversais.

No fim, apesar de achar que os dados encontrados falam por si, pretendo deixar destacadas algumas considerações em relação aos resultados. Primeiramente destaco, referenciada pelos dados apresentados, que o racismo, com sua interseccionalidade, impacta as vivências dos brasileiros e das brasileiras e, considerando meu recorte, das mulheres negras em particular. A interseccionalidade entre a questão racial e de gênero possui diversas nuances que, como a pesquisa demonstrou, nem sempre estão explícitas, havendo ainda muito a se pesquisar a esse respeito.

Nesse sentido, posso dizer que os objetivos da pesquisa foram alcançados uma vez que foi possível perceber os impactos do racismo na vida daquele grupo familiar de mulheres. Foram citados exemplos de como o racismo afetou diretamente a vida das participantes, mas o que gostaria de destacar da pesquisa é que, independente das questões individuais, o racismo as atinge principalmente de maneira indireta e despersonalizada e, por isso, é tão mais difícil de reconhecer. Para além do racismo velado, refiro-me ao racismo institucional.

A invisibilidade do racismo é uma realidade na sociedade brasileira e, portanto, não se pode esperar que a população negra em massa estivesse plenamente familiarizada com essa discussão. As opressões atingem diferentemente as pessoas de acordo com sua história, seu contexto e sua subjetividade, não havendo uma maneira única de ser atingido por elas. O que fica nítido é que, quem é atingido não necessariamente sabe de onde o golpe veio. Nem sempre a opressão tem um nome para os sujeitos oprimidos. Como diz Rita Laura Segato (2004: 64): “A ação silenciosa da discriminação automática torna o racismo

uma prática estabelecida, costumeira, mas dificilmente detectável”. Nesse sentido, me parece coerente apontar que o mito da democracia racial ainda influencia as possibilidades de discussão sobre a questão racial de maneira mais abrangente.

De fato, os pontos que podem ser abordados, a partir da pesquisa, como elementos que promovem a invisibilidade do racismo são: primeiramente, o fato de que, no Brasil, o racismo institucional disseminado na sociedade permite que tanto o discriminador quanto a pessoa discriminada não percebam o caráter racista da situação. Quero dizer que, a maneira como as pessoas negras são atendidas, as limitações das políticas que os atendem (ou que não atendem) permitem que a restrição da cidadania seja uma prática generalizada e, portanto, encarada como normal ou natural.

O racismo institucional no Brasil se verifica, sobretudo, na omissão frente à desigualdade racial. Mais do que se faz, é o que não se faz que colabora para que a desigualdade se mantenha. Promover igualdade exige a ação de todos. Refiro-me ao Estado, mas também à sociedade civil. Não cabe somente ao negro, de maneira individual, responsabilizar-se pela resolução do problema racial no Brasil. Se pensarmos que uma sociedade onde a diversidade é respeitada é um benefício para todos podemos entender o racismo institucional como um problema de todos, brancos e negros. O respeito à diversidade produz e possibilita riqueza social, cultural e conhecimento.

Em segundo lugar, o caráter do “racismo à brasileira” é justamente uma estratégia de manutenção dessa ideologia em contextos nos quais se prega a igualdade de direitos. Seria o racismo velado, indireto, camuflado, mas nem por isso menos prejudicial. Esse tipo de racismo é difícil de detectar e mais difícil ainda de combater. O melhor exemplo pra mim é o olhar do qual Camila (entrevistada) se referiu. Para muitos negros não é necessário que ninguém diga que eles não são bem vindos em certos espaços ou que certas coisas não são para eles. É esse elemento implícito que condiciona comportamentos, sentimentos, estranhamentos e até mesmo ações que reproduzem e alimentam o racismo.

O último, mas não menos importante, é a interseccionalidade das opressões às quais as mulheres negras estão expostas. Uma das grandes formas de se desviar da discussão sobre questão racial é afirmar que, na verdade, é uma questão de classe. Eu mesma já ouvi muito isso. O grande problema é que

geralmente ela é uma questão de classe “também”, e não “somente”. É difícil combater algo tão multifacetado, pois muitas vezes é tudo junto: racismo, sexismo, lesbofobia, preconceito contra pobre, nordestino, dentre outros, um condicionando o outro. É possível, por meio de uma análise da questão, entender por onde começar, mas o difícil é que o foco pode ser deslocado conforme a conveniência, como é largamente feito com relação à raça e à classe.

Existem muitas pesquisas sendo feitas com mulheres negras nos últimos anos e o feminismo negro já é um movimento consolidado no Brasil, então qual é o diferencial dessa pesquisa? Para mim, o diferencial está no quesito familiar e geracional.

Além disso, tive a oportunidade de ler muitos trabalhos sobre mulheres negras, sobre as que alcançaram sucesso profissional ou que foram ativistas importantes. Obviamente, o mérito desses trabalhos é muito grande, mas se pode dizer que essa não é a realidade da maioria das mulheres negras e é exatamente nesse ponto que eu gostaria de chegar. Como foi e como é a vida dessas mulheres comuns? O que elas pensam sobre racismo? Ou melhor, existe racismo para elas? Nesse sentido entendo como fundamental destacar a necessidade de mais estudos na área.

Foi interessante perceber que para D. Telma e Mariana (participantes) o racismo até existe, mas não perto delas. A verdade é que estar no lugar de vítima ou simplesmente reconhecer uma vulnerabilidade pode ser mais difícil do que parece. No caso da Camila (entrevistada), existia, mas ela era a pessoa forte que, nas poucas vezes em que sofreu discriminação, respondeu como conseguiu. Segundo ela, a pessoa que sofria mais e estava mais sujeita à discriminação era a amiga, que era “mais escurinha”.

Quando Camila diz que a amiga fingia não ligar, mas que ela sabia que ela estava constrangida, ela usa o mesmo termo que usou para falar do que sentiu ao ser discriminada. Entendo que, ela sabe do sentimento da amiga porque ela se sente igual: a discriminação sofrida na escola, nas lojas, na rua é sofrida para ambas, a amiga é mais *escurinha* do que ela assim como ela é mais *escurinha* que a mãe e que o irmão que, somente para lembrar, não quer se relacionar com meninas negras de jeito algum. Independente do quanto Camila focava na amiga, a meu ver, o foco estava sempre nela. Ela não demonstrava nenhum sofrimento ao contar todas

as histórias de discriminação, o que era muito coerente com a fala dela. E sobre esse fato também considero que ser vítima não é permanecer vítima. Experiências de discriminação ou humilhação podem ter diferentes desdobramentos, inclusive os comportamentos de enfrentamento e de resistência.

Em todas as falas eu também considerei que a postura assertiva, forte e inatingível das participantes fazia todo o sentido uma vez que estavam com uma negra que falava de outro lugar. Negra que chegou a casa delas de carro, que vinha fazer uma pesquisa para um Mestrado da Universidade de Brasília, universidade que Camila demonstrou nem esperar acessar. Acredito que eu me defenderia igualmente. Acho até que me defendo assim. De qualquer maneira, mesmo considerando todos esses fatores, eu esperava este tipo de atitude porque para mim elas realmente são: assertivas, fortes e invencíveis e minhas justificativas para pensar assim estão justamente no que eu citei como um dos diferenciais da pesquisa.

Não pretendo supervalorizar a família delas, pois ela tem problemas como qualquer outra. Entretendo os relatos delas, o que eu pude sentir e observar ia ao encontro com o que eu já tinha de bagagem sobre a questão racial e com o que lia sobre o contexto de mulheres negras no levantamento bibliográfico: os laços de solidariedade, nas irmandades religiosas, nas mobilizações políticas, na busca da ancestralidade e no fortalecimento de laços familiares. Existe uma união, um compartilhar e, acima de tudo, um proteger que faz toda a diferença. Não digo que isso se dê separadamente pelo fato de serem mulheres e nem pelo fato de serem negras, mas justamente por serem mulheres negras, considerando também a situação de vulnerabilidade social.

Independente do motivo de serem assim, o importante para mim foi perceber que são. Esses laços familiares de solidariedade trazem, em minha opinião, um diferencial para pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade ou de múltiplas vulnerabilidades, pois a interseccionalidade é sempre presente. O que posso dizer em relação ao aspecto geracional é que não percebi grandes disparidades entre as gerações. Percebi com maior ênfase as diferenças, que são fruto do contexto diferenciado que cada uma viveu. Eram épocas diferentes e contextos singulares.

O que de fato é interessante e, isso também eu pude perceber no levantamento bibliográfico e se relaciona com os laços de solidariedade, é essa continuidade, esse impulso para as gerações seguintes. Principalmente isso me trouxe a ideia de unidade. As vivências iam se transformando para si, mas também para a outra. Os supostos erros eram corrigidos para o futuro, a partir da experiência. As gerações seguintes seguiam um caminho ou criavam um caminho. As expectativas se reatualizavam, muitos sonhos eram compartilhados, em uma certa subjetividade coletiva.

Num contexto em que cada vez mais há mulheres como chefes de família e dentre elas mais mulheres negras, essa referência na mulher, eu penso que apareceu na pesquisa. Os homens até apareciam nas histórias, mas com pouca expressão. Isso não significa que não tenham feito falta, sobretudo a ausência paterna no processo de criação e de sustento dos filhos me pareceu bastante problemática, mas essa era uma realidade que elas tinham que lidar e é a realidade de muitas mulheres negras.

Nesse quesito gostaria de citar novamente o alto índice de homicídios de jovens negros. Esses jovens são filhos, são pais e são companheiros. O movimento negro há muito vem denunciando esse os homicídios, falando-se até em vazio demográfico de jovens negros.

Meu tema nesta dissertação foi sobre mulheres negras porque essa era a minha questão e ainda é. Como escrevi para minha orientadora, o processo de pesquisa foi bastante surpreendente: minha história familiar tem muitas similaridades com a delas. Em alguns momentos da entrevista me senti quase que num contexto familiar. Foi um processo de estar dentro e fora ao mesmo tempo. O tema da educação particularmente foi um dos que me deixou mais pensativa.

A primeira que entrevistei foi Camila. No momento agi com muita naturalidade, mas depois passei dias e dias pensando na resposta automática dela de que cotas era racismo. Não quero julgar se ela está certa ou não, mas uma coisa é fato: o quanto os elementos que qualificam esse debate estão distantes da população em geral, das instituições e até mesmo da academia. Destaca-se que a posição de mulheres negras contra cotas não é incomum, eu mesma já presenciei muito.

O importante para mim não são as cotas em si e sim, considerando a educação a estratégia principal das mulheres negras para alcançar a mobilidade social, refletir de que maneira se dão sua escolarização e suas possibilidades de ingresso no ensino superior. Isso me parece fundamental. Diga-se de passagem, que essa estratégia de mobilidade social funcionou para mim e tem funcionado para muita gente a despeito das dificuldades persistentes.

Hoje em dia ainda há muita desigualdade racial quando se analisa a questão do ensino superior. Muita coisa mudou, mas há muito a melhorar. Segundo dados que compõem o “Retrato Negro do Brasil”, divulgado pela Rede Angola, somente 2,66% dos que concluem medicina são negros (2014). Nesse sentido não há como negar que: “o fator da condição racial permanece, de forma irredutível, como fundamental contradição dentro da sociedade brasileira” (A. Nascimento, 2002:25).

Por fim, termino dizendo que há muito que pesquisar sobre o tema e que pesquisar é um encontro com o outro, mas também com você mesmo. Como diz Claudia Cardoso (2012: 121): “o ‘tornar-se negra’ anuncia um processo social de construção identitária, de resistência política, pois reside na recusa de se deixar definir pelo olhar do outro e no rompimento com o embranquecimento”; A luta por dignidade é diária e nós mulheres negras estamos sempre buscando, transformando, reinventando. É por isso que me sinto no direito de dizer que essa não é somente a minha dissertação, essa é a minha história, essa... é minha vida.

BIBLIOGRAFIA

ACEVEDO, Cláudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. Interpretações sobre os retratos dos afrodescendentes na mídia de massa. **Rev. adm. contemp.** Curitiba [online]. vol.12, n. esp, p. 119-146, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-6552008000500006>> Acesso em: 25 nov. 2013.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A territorialidade dos quilombos no Brasil contemporâneo: uma aproximação. In: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (Orgs.). **Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes**. Brasília: IPEA, 2013, capítulo 8, p. 137-152.

ANISTIA INTERNACIONAL. “**Jovem Negro Vivo**”. Disponível em: <<https://anistia.org.br/>>. Acesso em: 26 out. 2014

ARAÚJO, Joel Zito. O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 16, n. 03 p. 979 – 985, dez., 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2008000300016/9190>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

ATAIDE, Yara Dulce Bandeira de. Saga nordestina: identidade(s) cultural(is) e exclusão social. In: NASCIMENTO, A. D., HETKOWSKI, T. M., orgs. **Memória e formação de professores** [online]. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 43 – 57. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-03.pdf>>. Acesso em 04 set. 2014

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: BENTO, Maria Aparecida Silva e CARONE, Iray. (Org.). **Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 5º ed., Petrópolis Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BENTES, Nilma. Um afro-negro teorema: impossível enfrentar o racismo sem desagradar racistas. In: WERNECK, Jurema (Org.). **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Crioula, 2009. p. 61-74.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Colonialidade e Interseccionalidade: o trabalho doméstico no Brasil e seus desafios para o século XXI. In: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (Org.). **Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano**

internacional dos afrodescendentes. Brasília: Ipea, 2013. Cap. 3. p. 45-58.

_____. Trabalhadoras domésticas no Distrito Federal e suas Condições de trabalho. In: MORI, Natália et. al. **Tensões e experiências: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador**. Brasília: Cfemea:MDG3 Fund., 2011, p. 133 – 180. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4349:tensoes-e-experiencias-um-retrato-das-trabalhadoras-domesticas-de-brasilia-e-salvador&catid=402:publicacoes&Itemid=182>. Acesso em 19 ago. 2014.

BISPO, Silvana Santos. Mulheres negras: ativismo e paradoxos na luta antirracista e antissexista na Bahia. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, v.10, 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386701302_ARQUIVO_SilvanaSantosBispo.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Relatórios de Informações Sociais**. 2014. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 04 abr. 2014.

_____. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. 22. ed. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/140930_bps22.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. **Lei Federal n. 12.711, de 29 de agosto 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. SECRETÁRIA DE DIREITOS HUMANOS (SDH). **Programas: Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados**. 2014. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/>>. Acesso em: 26 out. 2014

_____. SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE (SNJ). **Plano Juventude Viva**. 2014. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/>>. Acesso em: 26 out. 2014

_____. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (Secom). **Dilma sanciona Lei sobre cotas raciais no serviço público**. Portal Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/>>. Acesso em: 26 out. 2014

_____. FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

BRASÍLIA. CODEPLAN. **Pesquisa Distrital de Amostra por Domicílios – PDAD - Ceilândia**, 2013. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/PDAD/2013/Ceil%C3%A2ndia-PDAD%202013.pdf>> acesso em 13 de Out de 2014.

BUENO, Rita.C.S.S.; BRITO, Patrícia. O. . **Democratização do acesso ao Ensino Superior: a experiência do primeiro ciclo de cotas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. In: XIII Coloquio Internacional de Gestión Universitaria en América del Sur, 2013, Buenos Aires. CIGU2013 - XIII Coloquio Internacional de Gestión Universitaria en América del Sur: rendimientos académicos y eficacia social de la universidad. Buenos Aires: Edutecne,. v. 1, p. 01-12, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/114819/2013248%20-%20Democratiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20acesso%20ao%20ensino.pdf?sequence=1>>. Acesso em 11 set. 2014.

CAMPOS, Carmen Hein de. Conceitos de Saúde Reprodutiva e sua abrangência. In: CAMPOS, Carmen Hein de; OLIVEIRA, Guacira Cesar de (Orgs.). **Saúde reprodutiva das mulheres: direitos, políticas públicas e desafios**. Brasília: Cfemea, 2009. Cap. 1. p. 43-52. (Coleção 20 anos de cidadania e feminismo). Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/images/stories/pdf/colecao20anos_saudereprodutivadasmulheres.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2014.

CARDOSO, Claudia P. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. 383 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2014.

CARDOSO, Ivanilda Amado. **Meninas negras uma abordagem teórica sobre gênero e relações raciais na escola**. In: IV Seminário Educação e População Negra & I Encontro Regional da ABPN no Sudeste: um balanço da última década, 2011, Niterói. IV Seminário Educação e População Negra, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios. **Caderno CRH**, Salvador, v. 36, p.209-215, jun. 2002. Disponível em: <www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=955&article=162>. Acesso em 02 mar. 2013.

_____. "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero". In: **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

CARONE, Iray. Breve Histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: BENTO, Maria Aparecida Silva e CARONE, Iray. (Orgs.). **Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 5^o ed., Petrópolis: Vozes, 2012.

CARVALHO, José Jorge. Ações Afirmativas na Pós-graduação, na Docência e na Pesquisa: uma meta inadiável. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; MOEHLECKE, Sabrina (Orgs.). **Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban**. São Carlos: Edufscar, 2009.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na Educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 141-160.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

COLLINS, Patricia Hill. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: JABARDO, Mercedes (Ed.). **Feminismos negros: Una antología**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012. Cap. 4. p. 99-131.

CORREA, Rosa L. Teixeira; GUIRAUD, Luciene. Possibilidades e limites de histórias de vida por meio de depoimentos orais na história da formação de professores. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba [online], vol. 09, n.28, p. 671-686, 2009. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=2840&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

COSTA, Sergio. **Dois atlânticos: teoria social, antirracismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____. Muito além da mestiçagem: antirracismo e diversidade cultural nos governos Lula. **Rev. Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 3, p.277-287, nov. 2010. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/693>. Acesso em: 12 set. 2014.

CRI. Articulação para o Combate ao Racismo Institucional. **Identificação e abordagem do racismo institucional**. Brasília: CRI, 2006.

DAHIA, Sandra Leal de Melo. A mediação do riso na expressão e consolidação racismo no Brasil. **Soc. Estado**, Brasília, vol. 23, n.3, p. 697-720. Dez 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922008000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Dez. 2012.

DAMASCO, Mariana Santos. **Feminismo negro: raça**, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1996). 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós- Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6132>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

D' ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multiculturalismo**: racismos e antirracismos no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2005.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**: aportes metodológicos. 3.ed. Campinas: Papirus, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. Niterói [online]. vol.12, n.23, p. 100-122. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>>. Acesso em: 10 Nov. 2014.

FADIMAN, James; FRAGER, Robert. **Teorias da Personalidade**. São Paulo: Harbra, 2002. Tradução de Camila Pedreal Sampaio e Sybil Safdié.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FELIPPE, A. M. Feminismo negro: mulheres negras e poder. Um enfoque contra hegemônico sobre gênero. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 22, Nº 2, p. 15-28, jul./dez 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Institucionalização e expansão da história oral: dez anos de IOHA. **História Oral**, v. 10, n. 1, p. 131-147, jan.-jun. 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9946/211-615-1-PB.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

_____. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. **História Oral**, São Paulo, nº 1, p.19-30, jun. 1998. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/516.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2014.

FRANÇA, D. X.; MONTEIRO, M. B. A expressão das formas indiretas de racismo na infância. **Análise Psicológica**. Lisboa, vol. 4, nº 22, p.705-720, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0870-82312004000400006&script=sci_arttext>. Acesso em 10. out. 2014.

GELEDES – Instituto da mulher negra. **Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional**. 2014. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/publicacoes/publicacoes-recentes/guia-racismo-institucional>>. Acesso em: 30 out. 2014.

GIRIANELLI, Vania Reis; GAMARRA, Carmen Justina; SILVA, Gulnar Azevedo e. Os grandes contrastes na mortalidade por câncer do colo uterino e de mama no Brasil. **Rev. Saúde Pública** São Paulo, [online], vol.48, n.3, p. 459-467, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-8910.2014048005214>>. Acesso em 10. out. 2014.

GONZALEZ, Lélia. Por Un Feminismo Afrolatinoamericano. In: Isis Internacional & MUDAR – Mujeres por un Desarrollo Alternativo. **Mujeres, crisis y movimiento: América Latina y el Caribe**. Ediciones de las Mujeres, 1988, Núm. 9, p. 133 – 141.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 2 ed^o. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na Educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 83-96.

GONCALVES, Rita de C.; LISBOA, Teresa K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Katálysis**. [online] Florianópolis. vol.10, n.esp, p. 83-92, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802007000300009>>. Acesso em: 10 set 2014.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol.14, n.39, p.103-115, Fev. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n39/1724.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2013.

_____. O insulto racial: as ofensas verbais registradas em queixas de discriminação. **Rev. Estudos afro-asiáticos**. [online]. 2000, n.38, pp. 31-48. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2000000200002>>. Acesso em 12 Ago. 2013.

_____. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos Cebrap** [online], São Paulo, N° 61, p.147-162, 2001. Disponível em: <http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/95/20080627_democracia_racial.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2014.

_____. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: 34, 2002.

_____. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: 34, 2009.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOOKS, Bell. **Alisando o Nosso Cabelo**. Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artista de Cuba, janeiro-fevereiro de 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. Disponível em: coletivomarias.blogspot.com/.../alisando-o-nossocabelo.html> Acesso em: 10 out. 2014.

_____. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 3, nº 2, p. 454-478, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>>. Acesso em: 10 out. 2014.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília: Ipea; ONU Mulheres; SPM; SEPPIR, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_retradodesigualdade_ed4.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. 22. ed. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2014.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no**

Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília: Ipea, 2002

JUNIOR, Almir de Oliveira; LIMA, Veronica C. de Araújo. Violência Letal no Brasil e vitimização da população negra: Qual tem sido o papel das policias e dos Estado? In: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (Orgs.). **Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes.** Brasília: Ipea, 2013. Cap. 7. p. p. 121-134.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estud. psicol.** Natal [online], vol.9, n.3, p. 401-411, 2004a. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300002>>. Acesso em: 18 dez. 2012.

_____. Sucesso social, branqueamento e racismo. **Psic.: Teor. e Pesq.** [online] Brasília. vol. 20, n.1, p. 11-19, 2004b. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722004000100003>>. Acesso em 18 dez. 2012.

LEAL, M. C.; GAMA, S. G. N.; CUNHA, C. B. Desigualdades raciais, sociodemográficas e na assistência ao pré-natal e ao parto, 1999-2001. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 100-107, fev. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102005000100013>. Acesso em 10 nov. 2014.

LOPES, Fernanda; WERNECK, Jurema. Saúde da População Negra: Da conceituação às políticas públicas de direito. In: WERNECK, Jurema (Org.). **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no brasil.** Rio de Janeiro: Crioula, 2009. p. 05-23.

LÓPEZ, Laura. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012.

LOPEZ, Mariane Ricardo Acosta et al. Depressão e qualidade de vida em jovens de 18 a 24 anos no sul do Brasil. **Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul** [online]. 2011, vol.33, n.2, p. 103-108. Epub. 08-Abr-2011. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-81082011005000001> > Acesso em 15 nov. 2014.

MARCONDES, Mariana M. et. al. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.** Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf>. Acesso em 19 out. 2014.

MARTINS, Lucienia L. Pinheiro. **Aforresilientes**: a resiliência de mulheres afrodescendentes de sucesso educacional. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MENEGHEL, Stela Nazareth; FARINA, Olga; RAMAO, Sílvia Regina. Histórias de resistência de mulheres negras. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2005, vol.13, n.3, p. 567-583. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300006>> Acesso em 10 mai. 2014.

MENEZES, Waléria. O Preconceito racial e suas repercussões na instituição escolar. **Cadernos de Estudos Sociais**. Vol. 19, n. 1, 47, p. 1-21, 2003. Disponível em: <<http://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1311/1031>>. Acesso em 09 jan. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos. Saúde Pública** [online]. 1993, vol.9, n.3, p. 237-248. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2014.

MINELLA, Luzinete Simões. Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna?. **Cad. Pagu** [online]. n.40, p. 95-140, 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n40/03.pdf00001> > Acesso em 15 nov. 2014

MOURA, Clovis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

_____. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global Editora, 1983.

MOREIRA, Diva. Reflexões sobre mudança sócio-racial no Brasil. In: ASHOCA EMPREENDEMENTOS SOCIAIS E TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano, 2003. p. 63-92.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986. (Princípios).

_____. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no

Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. Sociedade e cultura, v. 4, n. 2, 2007.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 2. ed. Brasília / Rio de Janeiro: Fundação Palmares / Or Editor Produtor Editor, 2002.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Sankofa: educação e identidade afrodescendente. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na Educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 115-140.

NASCIMENTO, M. C. R.; OLIVEIRA, J. S.; TEIXEIRA, J. C. ; CARRIERI, A. P. Com que cor eu vou pro shopping de bh que você me convidou? In: ENCONTRO DA ANPAD, 37, 2013, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EOR1091.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

NUNES, S. S. **Racismo contra negros: um estudo sobre o preconceito sutil**. 227f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-27072010-082636/en.php>>. Acesso em: 10 out. 2014.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo soc.** [online]. São Paulo, vol.19, n.1, p. 287-308, 2007. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v191/v19n1a15.pdf>>. Acesso em: 10. nov. 2014.

OLIVEIRA, E. **Mulher negra e professora universitária**: trajetória, conflitos e identidade. Brasília: Líber Livro, 2006, 146p.

OLIVEIRA, M. L. P; MENEGHEL, S. N; BERNARDES, J. S. Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial. **Psicol. Soc.** [online]. Florianópolis, vol.21, n. 2, p. 266-274, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010271822009000200014&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 12 ago. 2013.

OLIVEIRA, Vanilda Maria de. **Um olhar interseccional sobre feminismos, negritudes e lesbianidades em Goiás**. Dissertação. 121 fls. 2006 [Mestrado em Sociologia]. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006. Disponível em: <<https://pos->

sociologia.cienciassociais.ufg.br/up/109/o/Vanilda.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

PACHECO, Ana Cláudia L. À procura de um parceiro: raça, gênero e solidão na trajetória social e afetiva das mulheres negras em Salvador, Bahia. In: IX Congress International da Brazilian Studies Association, 2008, New Orleans. IX Congresso Internacional da Brazilian Studies Association -BRASA, 2008.

PAIXÃO, M.; GOMES, F. Razões afirmativas: relações raciais, pós-emancipação e história. **Interesse Nacional**: 2008, v.1, n.3, p.39-46. 2008.

PATIAS, Naiana D.; GABRIEL, Marília R.; DIAS, Ana Cristina G. A família como um dos fatores de risco e de proteção nas situações de gestação e maternidade na adolescência. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 02, p.586-610, jun. 2013. Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/revispsi/article/view/8427/6259>. Acesso em: 05 out. 2014.

PAULILO, Maria Ângela Silveira. A Pesquisa Qualitativa e a História de Vida. **Serviço social em revista**, Londrina [online], v. 1, n.1, p. 135 – 148, 1999. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_pesquisa.htm>. Acesso em: 10 set. 2014.

PEREIRA, Isabelle Sanches. **Identidade de raça-gênero na formação docente: Histórias de Vida de Professoras nos Cenários Familiares**. 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/pdfs/educacao/2006/isabelle_sanches_pereira.pdf>. Acesso em: 09 set. 2014.

PIZA, Edith. “Porta de Vidro: entrada para a branquitude”. In: BENTO, Maria Aparecida Silva e CARONE, Iray. (Orgs.). **Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 5º ed., Petrópolis: Vozes, 2012.

REDE ANGOLA. **Retrato Negro do Brasil**. Disponível em: <<http://www.redeangola.info/>>. Acesso em: 23 Out. 2014.

REIS, Leonardo Naves dos et al. Probabilidade de internação psiquiátrica e características sociodemográficas de portadores de depressão. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, [S.l.], v. 15, n. 4, p. 862-9, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen/article/view/18905/15655>>. Acesso em: 23 out. 2014.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2008, vol.16, n.3, p. 987-1004.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117_ARQUIVO_CristianoRodrigues.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.

ROSSATO, Cesar; GESSER, Verônica. A experiência da branquitude diante de conflitos raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidenses. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na Educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 11-37.

RUFINO, Alzira. Configurações em preto e branco. In: ASHOCA EMPREENDIMIENTOS SOCIAIS E TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano, 2003. p. 129-38.

SALES JUNIOR, Ronaldo L. de. **Raça e Justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo de justiça**. Recife: Editora Massangana, 2009.

SANTOS, Antônio César de Almeida. Fontes Oraís: testemunhos, trajetórias de vida e história. In: Evento Comemorativo do Sesquicentenário do Arquivo Público do Paraná. A produção historiográfica e as fontes orais. [mesa redonda]. Curitiba, abr., 2005. Disponível em: <<http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Testemuhostrajetoriasdevidaehistoria.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2014.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2012.

SANTOS, Isabel Aparecida dos Santos. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na Educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 97-114.

SANTOS, Luana Diana dos. "COMUNICAR É POLITIZAR": A Revista Eparrei e a participação feminina na luta contra o racismo no Brasil. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 09, 2010, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278286237_ARQUIVO_Com>

[unicarepolitizarFazendoGenero.pdf](#)>. Acesso em 04 set. 2014.

SANTOS, Sales Augusto dos. Relatório final de pesquisa de pós-doutorado - **Ações afirmativas na educação pública brasileira**: o perfil dos estudantes egressos do sistema de cotas na Universidade de Brasília. 273 f. Providence, Rhode Island: Brown University, 2013. Disponível em: <<http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/handle/1939/39403>>. Acesso em: 07 nov. 2014.

SANTOS, Sônia B. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, nº 2 p. 275-288, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/9102>>. Acesso em: 10 set. 2014.

SEGATO, Rita. Por que reagimos às cotas para negros? **Rev. o Público e o Privado**, Fortaleza, Nº. 3, p. 61-81, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=269&path%5B%5D=392>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

SEPPPIR. **Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**, 2001. Disponível em: < www.sepppir.gov.br >. Acesso em 20 maio 2014.

SILVA, Tatiana Dias. Panorama social da população negra. In: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (Orgs.). **Igualdade racial no Brasil**: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes. Brasília: Ipea, 2013. Cap. 1. p. 13-28.

SILVA, Maria Aparecida da. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na Educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 65-82.

SILVA, Maria Lúcia da. Racismo e seus efeitos na saúde mental. IN: BATISTA, Luís Eduardo; KALCKMANN, Suzana (Orgs.). **Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo 2004**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2005, p. 129-132.

SOUZA, Ana Lucia Silva. O educador, a educação e a construção de uma autoestima positiva no educando negro. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na Educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 179-194.

TAQUETTE Stella R. Interseccionalidade de gênero, classe e raça e vulnerabilidade de adolescentes negras às DST/AIDS. **Rev. Saúde Soc.**, São Paulo, v.19 nº (supl.2):

p.51-62, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/29690/0>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

THEODORO, Mário. Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Rev. de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas**, Brasília, v. 8, n. 1, p.205-219, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/11461>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 17^o reimpressão. São Paulo: Atlas, 2008.

VALVERDE, Danielle Oliveira; STOCCO, Lauro. Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, [online], vol.17, n.3, p. 909-920, set. – dez., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000300019>. Acesso em: 10 dez. 2012.

VIEIRA JÚNIOR, Ronaldo Jorge Araújo. **Responsabilidade objetiva do Estado**. Curitiba: Juruá, 2000.

VIEIRA, Mauro Luís et al. Paternidade no Brasil: revisão sistemática de artigos empíricos. **Arq. bras. psicol.** [online]. 2014, vol.66, n.2, p. 36-52.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em História**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1998.

VILHENA, J. A violência da cor: sobre o racismo, alteridade e intolerância. **Rev. Psicol. Polít.** Rio de Janeiro, [online], vol. 6, n. 12, p. 1-25, jul.-dez., 2006. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/rpp/seer/ojs/viewarticle.php?id=7&layout=html>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

WASELFISZ, Julio J. **Mapa da violência 2012**: a cor dos homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPIR/PR, 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf>. Acesso em 10 jun. 2014.

_____. **Mapa da violência 2014**: Jovens do Brasil. Brasília: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPIR/PR, 2014. Disponível em:

<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf>. Acesso em 10 nov. 2014.

WELLER, Wivian; SILVEIRA, Marly. Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras da universidade de Brasília. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p.931-947, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300013>> Acesso em: 15 nov. 2014.

WERNECK, Jurema. **Ou belo ou o puro? Racismo, eugenia e novas (bio) tecnologias.** 2005. Disponível em: http://www.criola.org.br/artigo_ou_o_belo_ou_o_puro.pdf. Acesso em abril de 2014.

_____. A era da inocência acabou, já foi tarde. In: ASHOCA EMPREENDIMIENTOS SOCIAIS E TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos.** Rio de Janeiro: Takano, 2003. p. 39-48.

_____. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: WERNECK, Jurema (Org.). **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Crioula, 2009. p. 76-84.

ZANETTI, Julia Paiva; SACRAMENTO, M. P. Jovens negras: ressignificando pertencimentos, construindo práticas. In: Jurema Werneck. (Org.). **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Crioula, 2009. p. 24-36.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “**A CONSTRUÇÃO E RE-CONSTRUÇÃO DA MULHER NEGRA EM UM PAÍS MARCADO PELO RACISMO**”, de responsabilidade de **Débora Brasil Miranda**, aluna do **Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (Mestrado)** da **Universidade de Brasília**. O objetivo desta pesquisa é *analisar como o racismo impacta a subjetividade das mulheres negras*. Assim, gostaria de consultá-la sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-la. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como entrevistas, gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de *entrevistas*. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se esta pesquisa possa contribuir com a construção de conhecimento relativo as relações raciais no Brasil sobretudo no que se refere ao contexto das mulheres. Também espera-se que além de contribuir com a compreensão do fenômeno a pesquisa possa oferecer subsídios na reflexão sobre propostas de intervenção pertinentes ao tema.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 9844-5529 ou pelo e-mail: brasil.xz@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes que desejarem e solicitarem por telefone ou e-mail, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o (a) pesquisador (a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhora.

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora

Brasília, ____ de abril de 2014.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Aspectos gerais sobre a entrevistada: dados socioeconômicos.
- Autoimagem: como se percebe, seu corpo, sua imagem, sua postura.
- Autodeclaração em relação a cor ou raça.
- Concepções sobre racismo, discriminação racial e preconceito racial.
- Concepções e considerações sobre ser mulher afrodescendente ou negra.
- Concepções das relações raciais na família.
- Vivências significativas para a construção da autoimagem.
- Lembranças significativas que remetem a questão racial.
- Experiências de violências, constrangimentos ou discriminações raciais.
- Histórico familiar de vivências relativas ao conteúdo racial.
- Referências e considerações acerca da beleza e padrões estéticos.
- Incômodos, aproximações e identificações com a questão racial.